GAUDIUM SCIENDI

Número 12
JUNHO 2017

ISSN 2182-7605

SUMÁRIO

EDITORIAL

EDITORIAL..... 7
Maria Laura Bettencourt Pires

ARTIGOS

MEDIEVALIZING VICTORIAN HEART(H)S: A. W. N. PUGIN'S MEDIEVAL COURT (1851) 15
Miguel Alarcão
Nota biográfica **16**
Abstract..... **30**

STEFAN ZWEIG EM PORTUGAL. HISTÓRIA DE UM SUCESSO 31
Teresa Seruya
Nota biográfica **32**
Abstract / Resumo **48**

CREATING PEACE: THE EDUCATION FOR GLOBAL PEACE SUSTAINABILITY PROJECT..... 51
Luis Miguel Neto & Helena Águeda Marujo
Nota biográfica **53**
Abstract / Resumo **73**

REVISITANDO "TANTA GENTE, MARIANA!": TESSITURAS FEMININAS NA NARRATIVA DE MARIA JUDITE DE CARVALHO 75
Catarina Inverno
Nota biográfica **76**

Abstract / Resumo 89

A CONNECTICUT WIT IN QUEEN MARIA'S COURT: DAVID HUMPHREYS ON THE HAPPINESS, FUTURE GLORY AND INDUSTRY OF AMERICA 91
Lara Duarte
Nota biográfica 92
Abstract / Resumo 104

OS EX-VOTOS..... 107
Aurora Madaleno
Nota biográfica 108
Resumo 127

COMENTÁRIO AO CASO LAUTSI 129
Aurora Madaleno
Nota biográfica 130
Resumo 153

UTOPIA AS COMMON GOOD..... 155
Américo Pereira
Nota biográfica 156
Abstract..... 163

MULHERES NEGRAS, POLÍTICAS DE GÉNERO E PROBLEMAS IDENTITÁRIOS..... 165
Ana Monteiro-Ferreira
Nota biográfica 166
Abstract / Resumo 174

JOÃO LOBO ANTUNES - A CIÊNCIA E A ARTE 177
Maria Laura Bettencourt Pires
Nota biográfica 178
Abstract / Resumo 186

RECENSÕES CRÍTICAS

***OS DEUSES QUE FIZERAM O CÉU E A TERRA (O ROMANCE DA BÍBLIA),* JEAN SENDY 191**
Manel Boaventura Pereira da Silva

ORAÇÕES DE SAPIÊNCIA – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS 2001-2016, ORG. JOSÉ MIGUEL SARDICA 195
Maria Laura Bettencourt Pires

CITIZEN: AN AMERICAN LYRIC, CLAUDIA RANKINE 203
Nyambura Njee

INFORMAÇÕES SOBRE *GAUDIUM SCIENDI*

- Informações 211
- Normas para submissão de artigos 215
- Conselho Editorial 217
- Conselho Consultivo 219
- Conselho de Avaliação 221

ABOUT US

- About us 225
- Rules for publication 227
- Editorial Board 229
- Advisory Board 231
- Blind Peer Review 233

Nota: O Conselho Editorial respeita a decisão pessoal dos autores de não escreverem segundo o projecto do chamado Novo Acordo Ortográfico.

Editorial

EDITORIAL

Com a publicação do 12º número da *Gaudium Sciendi* festejamos o quinto ano da criação deste periódico científico e, tal como é tradição nas festas de aniversário, iremos recordar os pormenores do seu nascimento. Com efeito, a revista electrónica da Sociedade Científica surgiu em 2012 devido a uma interpelação do então Presidente da Direcção, Prof. Carmo Ferreira, aos coordenadores das diferentes secções do Conselho Científico para que sugerissem modos de incentivar os membros da Sociedade a difundirem e tornarem conhecidos, no âmbito da instituição e internacionalmente, os resultados das suas investigações e teorias científicas.

Procurando corresponder ao pedido feito, a coordenadora da Secção de Ciências Sociais, Maria Laura Bettencourt Pires, sugeriu a criação de uma revista em formato electrónico com o objectivo de promover e divulgar mais amplamente as pesquisas produzidas e as investigações em curso nas várias áreas de estudo de acordo com diferentes linhas teóricas. A proposta foi aceite e a então coordenadora foi nomeada Directora da revista – tendo-se mantido no cargo até hoje – e o Presidente intitulou a publicação *Gaudium Sciendi* por esperar que ela viesse a difundir a "alegria do saber". A revista deve ser considerada uma plataforma onde os membros da Sociedade Científica, assim como jovens investigadores por eles coordenados, podem publicar as pesquisas que têm em mãos assim como recensões críticas das mais recentes obras editadas na sua área de especialidade.

A partir dessa data, têm sido publicados dois números por ano, constituídos sobretudo por artigos originais, recensões críticas, crónicas, poemas e entrevistas produzidos não apenas pelos sócios mas também por investigadores e/ou professores vinculados a instituições de ensino superior nacionais ou internacionais, procurando a *Gaudium Sciendi*, definir-se e posicionar-se sempre de modo valorativo em cada número. Sendo o âmbito da revista interdisciplinar e transcultural, são aceites propostas de publicação num amplo leque de disciplinas, tendo já sido publicados artigos sobre Estudos de Cultura (Nº 1; Nº 2), Matemática (Nº 1), Literatura (Nº 1; Nº 2; Nº 7; Nº 8, Nº 10), História (Nº 1; Nº 8), Direito (Nº 12), Teologia (Nº 2; Nº 3; Nº 8), Sociologia (Nº 8; Nº 10), Linguística (Nº 1; Nº 9), Estudos de Tradução (Nº 12), Epistemologia (Nº 7; Nº 8; Nº 9, Nº 10), Estudos de Género (Nº 2; Nº 7; Nº 8; Nº 9), Racismo (Nº 9; Nº 10), Estudos de Cinema (Nº 7), Filosofia (Nº 7; Nº 8), Comunicação Social (Nº 2) e História da Arte (Nº 9), entre outros. Foram também publicadas traduções de inéditos de Platão (Nº 7; Nº 11) assim como Números Temáticos (O Conceito de Alma, Nº 6; Estudos Bíblicos, Nº 3; Direito Nº 4) e Cadernos Temáticos (Sabedoria, Nº 11).

Ao longo do tempo, tem sido sempre seguido o processo de avaliação por pares (*Blind Peer Review*), sendo todos os trabalhos, que são enviados de acordo com as normas, submetidos à avaliação de especialistas que permanecem

anónimos. Depois de analisados, são enviadas aos autores cópias dos pareceres emitidos, juntamente com instruções para alterações, quando for o caso. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exactidão das referências bibliográficas, são da inteira responsabilidade dos autores.

É também seguida a chamada Política de Acesso Livre, oferecendo, portanto, a revista acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar o conhecimento científico gratuitamente ao público leitor irá contribuir para uma maior democratização mundial do conhecimento, espalhando, assim, "a alegria do saber."

Em 2015, portanto, três anos após a criação da revista, foi nomeado um Conselho Editorial constituído por dois Editores Executivos[1], além do Editor Responsável, que acumula as funções de Directora, sendo a política de selecção dos artigos definida pelos membros do Conselho Editorial e tendo, no entanto, a Directora a palavra final. Impõe-se também uma merecida palavra de louvor pelo trabalho realizado pelo membro do Conselho Consultivo que, desde o início, dá apoio técnico e informático à revista[2].

Desde a sua criação, há cinco anos, o objectivo da *Gaudium Sciendi* tem sempre sido publicar trabalhos científicos inovadores e de mérito provenientes da intersecção de áreas disciplinares e torná-los acessíveis à comunidade académica nacional e internacional, constituindo assim um fórum de cooperação académica, onde se discutem e debatem novas tendências havendo também transferência de conhecimento a nível mundial e sendo, consequentemente, um ponto de "Encontro de Culturas" que, desse modo, atrai novos investigadores e articulistas, como se verifica em cada número da revista.

Festejando-se em 2017, como acima referido, o 5º ano da criação de *Gaudium Sciendi,* tivemos muitos presentes de aniversário sob a forma de excelentes artigos de grande mérito científico e, seguindo a tradição editorial, irei

---

[1] Actualmente o Conselho Editorial é constituído pelos seguintes membros da Sociedade Científica: Prof. Doutoras Ana Costa Lopes, Marília dos Santos Lopes e Maria Laura Bettencourt Pires.
[2] Referimo-nos a Mestre Dália Guerreiro, doutoranda da Universidade de Évora.

seguidamente, fazer-lhes algumas breves referências com a intenção de aliciar os nossos leitores à sua apreciação.

O relevante artigo que abre este número é da autoria de Miguel Alarcão que, no seu estilo distintivo e conceituado, nos transporta à Inglaterra victoriana, falando-nos da "Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations", que foi apresentada no pavilhão concebido por A. W. N. Pugin, em 1851, conhecido como Crystal Palace.

Teresa Seruya, como notável germanista, fala-nos de outra história de sucesso: a de Stefan Zweig em Portugal. Refere-se à sua recepção, desde 1934, através de traduções e biografias, e ao facto de o interesse pelo famoso escritor se manter até hoje graças ao trabalho de críticos, cineastas e investigadores.

No terceiro artigo, vemos como a educação para a Paz e a psicologia positiva contribuem para o bem-estar e a prosperidade dos indivíduos. Os dois autores, Luís Miguel Neto e Helena Águeda Marujo, relatam-nos pormenorizadamente como o Projecto de Educação para a Paz Global Sustentável (E=GPS) pode concorrer para um funcionamento óptimo das nações.

A memória da escritora Maria Judite de Carvalho é evocada por Catarina Inverno que, ao analisar o conto "Tanta Gente, Mariana!", nos fala da padronização, que acompanha a viagem introspectiva da personagem principal, e do cenário físico e social em que a mesma se movimenta.

Lara Duarte, no seu ensaio, analisa as formas encontradas por David Humphreys, tanto como poeta como político, para transformar a alteridade americana oitocentista em hegemonia, e o modo como o fez a partir de Lisboa, na qualidade de ministro residente em Portugal e enviado especial de George Washington.

Em "Os Ex-Votos", Aurora Madaleno demonstra todo o seu saber de jurista ao discorrer sobre a administração extraordinária de bens eclesiásticos e o cumprimento de promessas. Cita, a esse propósito, o Código de Direito Canónico e o Código das Igrejas Orientais assim como documentos da Conferência Episcopal Portuguesa, da Congregação para o Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos.

No seu segundo artigo, intitulado "Comentário ao Caso Lautsi", disserta, com grande minuciosidade, sobre a questão legal relativa à presença de crucifixos nas salas de aula e a liberdade dos pais de educarem os filhos segundo as suas crenças.

Américo Pereira, em "Utopia as Common Good", prelecciona sobre Thomas More e a Utopia, falando de sociedades "utopianas" e das inversões de *topoi* feitas por Thomas More. Recorda-nos ainda que somos uma comunidade que, mesmo não sendo perfeita, faz o bem.

Temos o privilégio de ler sobre um tema tão controverso e pleno de interesse como "Mulheres Negras, Políticas de Género e Problemas Identitários" no artigo de Ana Monteiro-Ferreira, que, de forma brilhante, aborda questões controversas como o racismo e o feminismo.

A Secção de Artigos termina com uma evocação de João Lobo Antunes em que Maria Laura Bettencourt Pires nos fala do interesse do notável cirurgião tanto por Ciência como pela Arte. É também mencionada a sua ligação com Fulbrighters Portugal e o seu envolvimento na união da Universidade Técnica com a Universidade de Lisboa.

Neste número, foram ainda publicadas três recensões críticas: a de Manuel Boaventura Pereira da Silva da obra de Jean Sendy intitulada *Os Deuses* que *Fizeram o Céu e a Terra (O Romance da Bíblia)*, a de Maria Laura Bettencourt Pires de *Orações de Sapiência – Faculdade de Ciências Humanas 2001-2016,* uma colectânea coordenada por José Miguel Sardica e publicada pela Universidade Católica e a de Nyambura Njee da obra *Citizen: An American Lyric* da autoria de Claudia Rankine.

Antes de terminar este Editorial, permito-me – embora correndo o risco de parecer estar a tocar a nota do auto-elogio – lembrar aos nossos estimados leitores e articulistas todos os desafios e esforços intelectuais envolvidos na publicação de cada novo número. Quero, por isso, exprimir a minha apreciação pelo profissionalismo e eficiência de todos os que comigo colaboram na minha função de Directora. A esse propósito, evoco todo o saber científico e capacidade de arbítrio tanto do Conselho Editorial como do Conselho de Avaliação a fim de se

manterem os elevados níveis de sapiência e cultura da revista, cujo perfil internacional a nível académico é cada vez mais reconhecido.

Concluo, esperando com a publicação deste 12º número, em que são abordados, com tanta competência e mérito científico, temas tão variados e plenos de interesse, que reflectem bem a complexidade da nossa época, ter contribuído para celebrar condignamente o 5º aniversário da *Gaudium Sciendi*.

Maria Laura Bettencourt Pires

Directora

ARTIGOS

Medievalizing Victorian Heart(h)s: A. W. N. Pugin's Medieval Court (1851)

The Medieval Court

Miguel Alarcão

Universidade Nova de Lisboa/CETAPS

In Memoriam

Professor Fernando de Mello Moser (1927-1984)

I

1851, often chosen to signal the beginning of the mid (or high) Victorian period, witnessed The Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations; the event, commissioned by Henry Cole (1808-1882) and featuring Prince Albert (1819-1861) as a stately sponsor and a 'royal' patron, was held from May to October at the

[1] Miguel Alarcão's Bio note (1959-) 1981: BA in Modern Languages and Literatures (Portuguese and English Studies); 1986: MA in Anglo-Portuguese Studies; 1996: PhD in English Culture. Degrees awarded by the New University of Lisbon (UNL), where he has been lecturing at the Faculty of Social and Human Sciences (FCSH) since 1983, currently holding the post of Associate Professor (since 2001). Colloquial Assistant in Portuguese at the Department of Hispanic Studies of the University of Birmingham (1986-7 to 1988-9). Director of the FCSH's Central Library (Dec. 2001-Sept. 2009), Co-Coordinator of the FCSH's earliest group of researchers in Medieval Studies (1999-2000 to 2003-2004), and Coordinator of the BA in Modern Languages, Literatures and Cultures (2009-10 to 2012-13). Publications: Books: *Príncipe dos Ladrões: Robin Hood na Cultura Inglesa* (c. 1377-1837), Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2001 (PhD dissertation). "'This royal throne of kings, this sceptred isle': breve roteiro histórico-cultural da Idade Média inglesa (Séculos V-XV)". Lisboa: Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa, *Cadernos de Anglística*, nº 18, 2014 (Web http://www.ulices.org/images/site/publicacoes/cadernos/CadAngl-18-web.pdf Co-editions: Miguel Alarcão/Luís Krus/Maria Adelaide Miranda, *Animalia. Presença e Representações*, Edições Colibri, 2002. Luís Krus/Maria Adelaide Miranda/Miguel Alarcão, *A Nova Lisboa Medieval,* Edições Colibri, 2005. Carlos Ceia/Miguel Alarcão/Iolanda Ramos, *Letras & Ciências. As Duas Culturas de Filipe Furtado*. Volume de Homenagem, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009. Maria Zulmira Castanheira e Miguel Alarcão (org.), *O Rebelde Aristocrata. Nos 200 Anos da Visita de Byron a Portugal*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, "Studies in Classicism and Romanticism", nº 1 (2010) (<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1304id2302&sum=sim><http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7802.pdf>). Other publications: Around 60 articles in *Festchrifts*, proceedings and academic journals like the *Revista de Estudos Anglo-Portug*ueses (edited by CETAPS, research unit based at FCSH-UNL) and *Anglo-Saxónica* (edited by CEAUL, based at Arts Faculty, University of Lisbon).

Crystal Palace, "(…) the emblematic hothouse[2] erected for the exotic plant of Free Trade in the very centre of Hyde Park." (Wilson, p. 127) Drawing on the experience of some national exhibitions, mostly French, the British would be the first international one of its kind, setting an example soon followed by France (1855) and, nearly a century and a half later, by Portugal (1998).

A.W. N. Pugin (1812-1852)

In spite of the overtly modern and universal outlook of the Exhibition, purporting to act as a showcase of the industrial, scientific, technological and artistic primacy attained by the "workshop of the world", it also allocated space to 'Ye olde mediaeval past', through a pavilion designed by A. W. N. Pugin (1812-1852) and decorated with medieval-looking artifacts, secular and religious. Asa Briggs reports:

> Set aside from the rest of the Exhibition, 'looking dark and solemn', was Pugin's Medieval Court 'for the display of the taste and art of dead men.' Gothic gloom or Crystal Palace: 1851 had two faces. It was possible to look either forward or backward (…) When the Queen visited the Guild Hall (…) to celebrate (…) the success of the Exhibition, supper was served in the crypt, (…) fitted up (…) as an old baronial hall. Lights were carried by figures in medieval armour. Candles and gaslight and dreams of electricity; medieval armour and Birmingham hardware; pyramids of soap and massive ecclesiastical ornaments, which made the commissioners afraid of cries of 'No Popery' – all these were part of 1851. ("Crystal Palace" p. 47)

[2] Or "greenhouse", as Pugin defined it (Yarwood, p. 224).

A. N. Wilson comments upon this duality and the 'No Popery' fears,[3] a point I shall return to; but, for the time being, suffice it to say that this coexistence of modern and 'auncient' times may be seen as embodying a value traditionally cherished by British culture and civilization --- continuity ---, not to mention that, as Filipe Furtado and Maria Teresa Malafaia point out: "(…) o passado assumiu um papel de relevo, mas não como fuga no tempo, à maneira romântica; olhando-o, (…) como se de um espelho se tratasse, os victorianos demandavam a sua própria imagem nele reflectida, tentando o reconhecimento." (p. 37) But to this quest for (self-) recognition and/or (self-) identification perhaps we might add (self-)awareness as well.

What connections can then be drawn between Victorian times, often described as, inserted into or related to "the age of reform", "the age of progress", "the age of improvement", "the age of machinery", "the age of railway and steam", "the age of iron and glass", etc., and coeval recollections and reconstructions of the 'dark' and 'backward' Middle Ages? Richard Altick, among others,[4] offers some clues:

> Now that the physical and social environment was being transformed, the present seemed to be separated from the past by a (…) more formidable barrier (…). But the widening and

[3] "(…) as we have accustomed ourselves to seeing this exhibition as the symbol of nineteenth-century industrial progress and materialism, we turn the corner and – what is this? We are standing in the Medieval Court designed by (…) Pugin, in which we are confronted with Gothic High Altars, hanging lamps, and statues of the Virgin. So strongly did the Medieval Court offend Protestant sensibility that complaints were made to the Prince Consort and the prime minister [John Russell, 1792-1878] and a flood of letters to The Times regarded the erection of a Crucifixion on the Rood Screen as an 'insult to the religion of the country'."(pp. 138-139)

[4] "The Victorian period was one of unprecedented contrasts: between immense wealth and squalid poverty; between rampant historicism and an almost obsessional quest for a '19th-century style'; between powered vehicles and horse-drawn transport; between glorification of the machine and wholehearted condemnation of the enslaving drudgery it brought; between the spiritual quest and the technological thrust; between complacency and self-criticism, pomposity and humility, and between the earnestness of A. W. N. Pugin and the humour of William Burges [1827-1881]. (…) Momentous advances --- the railways, photography, motor cars, steel and glass technology, wireless telegraphy and electricity --- must be seen against the Victorians' relentless fascination with the past. It was as if they were frightened by their own technical and industrial prowess and felt a need to reassure themselves by going back in history for their styles. It was not until late in the 19th century that the Victorians began to unshackle themselves from slavish historicism and move towards truly progressive design. While the majority of styles were based on historical reinterpretations of one form or another, the huge surge of technical development affected both the kinds of objects that were made and the way in which they were fashioned. (…) Similarly, collectors of medieval art (…) encouraged the re-use of fragments of carving and panelling in Victorian furniture, or the accurate copying of medieval details in metal or stone."(Riley, pp. 8-9)

> deepening sense of history (…) reinforced the sense of continuity that was being weakened by the disappearance of physical links with the past. (…) Medievalism, (…) or what passed for it, was (…) deeply embedded in the Victorian spirit, doubtless because the need for some (…) tie with the (…) past had become all the more pressing with the advance of materialism and secularism. (…) But there was a more pressing reason for this recurrent evocation (…): the wish to discover (…) a society more stable and equitable, an intellectual temper more unified and free of doubt (…). The faster the rate of change and the more bewildering their orientation became (…), the more some Victorians longed for a fixed order. The Middle Ages, they persuaded themselves, had provided (…) a spiritual terra firma for the people who had lived then. Change was so slow as to be negligible; cathedrals took centuries to build. (pp. 101-105 passim)

Speaking of cathedrals, I shall briefly set Pugin in the religious context of the early Victorian period, as well as his role and standing in the Gothic Revival movement, of which he was probably the main exponent between Sir Walter Scott (1771-1831) and John Ruskin (1819-1900). Indeed, Pugin's consistent textual apologies and architectural campaigns for the principles of authenticity, truth and honesty[5] would be taken up by the Coniston sage, notably in *The Seven Lamps of Architecture* (1849)[6] and *The Stones of Venice* (1851-53).[7] But, as Christopher Howse noted:

> Pugin was Ruskin and Brunel [[8]] rolled into one. Like Ruskin, he climbed over cathedral roofs and up teetering ladders to capture in pencil the details of the Middle Ages. Like Brunel, he did things, day and night: visiting, writing, arguing, building, pushing on, short of money, short of backers and always short of time. (n. pg.)

II

Among Pugin's early medieval influences, one should mention a visit to Lincoln, as well as to French cathedrals, like Rouen and Rheims. In 1829, when he

[5] Chris Brooks sums it up as "(…) architectural truth – truth to structure, to function and to material." (p. 240).

[6] As Kenneth Clark points out, "*The Seven Lamps* was written in the winter of 1848. Pugin's *Contrasts*, which anticipates it at many points, was published in 1836. Ruskin never acknowledged any indebtedness to Pugin, and spoke of him with contempt, but the possibility of influence cannot be ruled out."(*Ruskin*, ed. Kenneth Clark p. 125, n.1); see also infra, n.15.

[7] Some selected passages from Ruskin's influential chapter "The Nature of Gothic" can be found in Haight, ed., pp. 586-595 or Ruskin, ed. Philip Davis, pp. 188-257.

[8] Isambard Kingdom Brunel (1806-1859), a Victorian engineer and entrepreneur and thus an epitome of the "gospel of work" ethos extolled by Samuel Smiles (1812-1904).

was seventeen, the British Parliament under a Tory Cabinet headed by the Duke of Wellington (1769-1852) passed the Catholic Emancipation Act, and Pugin's conversion would take place in Salisbury,[9] in 1835, three centuries after the execution of Sir Thomas More (c.1478-1535) and ten years before another, and more famous, conversion (1845): John Henry Newman's (1801-1890).[10] From then on, starting with *Contrasts* (1836), Pugin would advocate the existence of a direct, intimate and powerful relationship between the moral values and religious beliefs and practices of any given society and its contemporary architectural styles.

Being in activity from the 1830s onwards, it would be stimulating to dwell on the possible connections between the birth and growth of Pugin's Catholic mind and the Oxford and Ecclesiological Movements springing up in Oxbridge Britain in the 1830s and 1840s.[11] Irrespective, however, of that research, one must stress the messages and meanings that, according to Pugin, medieval --- and, particularly, Gothic --- architecture (built before England's religious break with Rome) still held for modern times,[12] a period he may have considered as one of "devotional void" (Newsome 183), in spite of the confessional diversity available within British Christianity. Indeed, to Pugin, architecture (and art in general) was not only the embodiment, expression and mirror of the moral condition of coeval societies; he also argued for a close association between faith, spirituality, perfection and

[9] Whose cathedral had been 'restored' by James Wyatt (1746-1813), a major name in the history of the early Gothic Revival, though often vilified by later architects, art historians and critics, Pugin included.

[10] Not to mention Cardinal Henry Manning (1808-1892), who converted to Roman Catholicism in 1851 (the very year of the Great Exhibition) and was nominated Archbishop of Westminster (1865-1892), succeeding to Cardinal Nicholas Wiseman (1802-1865).

[11] Speaking of Oxford, any general overview of the Tractarian movement would cover such tenets of the *Tracts for the Times* (1835-1841) as a reluctance to political or state intervention, especially of a reformist, liberal or utilitarian kind, in matters ecclesiastical; the assertion of the historical continuity of the Church in England, thereby somehow linking the Church of England with her medieval Catholic predecessor; the search for theological compatibilities between the Catholic creed and the 39 Articles; the stress laid on sacraments, decoration and ritual in worship, etc. Moving on to Cambridge, mention should be made of the foundation, in 1839, by John Mason Neale (1816-1866) and Benjamin Webb (1819-1885), of the Cambridge Camden Society (whose designation would change, in 1846, to The Ecclesiological Society) and its journal, *The Ecclesiologist* (1841-1868), both conservatively bent on normative prescriptions on, and traditionalist evaluations of, religious architecture, decoration and performance.

[12] Throughout his written works, Pugin draws a parallel and establishes a sharp contrast between the Reformation, (the survival and/or revival of) classical styles and what he calls the "destructive" principle of "paganism" and Catholic Christianity, gothic or "pointed" architecture and medieval piety.

beauty[13] and he passionately believed Gothic to be the only truly Christian style --- ergo its moral, as well as aesthetic, superiority[14] --- or, in his own words, " (…) not a style, but a principle" (*True Principles,* p. 44). Finally, Pugin's claims for the authenticity, functionality, fitness and purpose of all the elements and materials present in a building (ornament included)[15] would also be voiced by John Ruskin.[16]

Now if we consider Pope Pius IX's[17] decision, on 29th September 1850, to restore the Catholic administrative and episcopal structure in England (the "Papal Aggression"), as suggested to the Pontiff by Nicholas Wiseman (1802-1865)[18] --- author of *Fabiola* (1854) and the first Cardinal Archbishop of Westminster ---, it

---

[13] "(…) the great test of Architectural beauty is the fitness of the design to the purpose for which it is intended, and (…) the style of a building should so correspond with its use that the spectator may at once perceive the purpose for which it was erected."(Pugin, *Contrasts,* p. 1)

[14] A few quotes from *Contrasts* may help to prove the point. Thus, "Pointed or Christian Architecture has far higher claims on our admiration than mere beauty or antiquity; (…) in it alone we find the faith of Christianity embodied, and its practices illustrated." (*Ibidem* pp. 2-3); "Christian art was the natural result of the progress of Catholic feeling and devotion; and its decay was consequent on that of the faith itself; and all revived classic buildings, whether erected in Catholic or Protestant countries, are evidences of a lamentable departure from true Catholic principles and feelings (…)" (*Ibidem* p. 7); and "As it is, everything glorious about the English churches is Catholic, everything debased and hideous, Protestant."(*Ibidem* p. 51) Edward Norman describes Contrasts as "(…) a moral treatise: observing bad social and religious values attached to modern neo-classicism, and Catholic virtue expressed in the Gothicism of the past." (p. 76)

[15] "The two great rules for design are these: 1st, that there should be no features about a building which are not necessary for convenience, construction, or propriety; 2nd, that all ornament should consist of enrichment of the essential construction of the building." (*True Principles*, p. 1) and "In pure architecture the smallest detail should have a meaning or serve a purpose; and even the construction itself should vary with the material employed, and the designs should be adapted to the material in which they are executed." (*Ibidem*). Pugin's notion of "propriety" is further clarified some pages on: "(…) the internal and external appearance of an edifice should be illustrative of, and in accordance with, the purpose for which it is destined." (*Ibidem* p. 42) Finally, he adds: "How many objects of ordinary use are rendered monstrous and ridiculous simply because the artist, instead of seeking the most convenient form, and then decorating it, has embodied some extravagance to conceal the real purpose for which the article has been made!" (*Ibidem* p. 23)

[16] To Kenneth Clark, "(…) Pugin laid the two foundation stones of that (…) system which dominates nineteenth-century art criticism and is immortalized in the Seven Lamps of Architecture: the value of a building depends on the moral worth of its creator; and a building has a moral value independent of, and more important than, its esthetic value." (p. 149); see also his statement that "If Ruskin had never lived, Pugin would never have been forgotten." (p. 144) and, finally, Alexander, p. 72.

[17] 1792-1878; Pope 1846-78.

[18] "In 1847 the new pope (…) had approved in principle the idea, put to him by Nicholas Wiseman, that English Roman Catholicism – hitherto organized as a mission Church under the care of vicars-apostolic – should be administered differently. England should be divided into Catholic dioceses, taking their names not from the ancient or medieval sees of York, Exeter, Salisbury etc. but chiefly from the modern industrial centres – Birmingham, Liverpool, Nottingham, Northampton, Plymouth and so on."(Wilson p. 139); it should be added that, since the mid-1840s, the population of some major cities had swollen due to the arrival of Irish Catholic immigrants fleeing from the famine and the devastating economic and social effects caused by the crises in potato production. However, as David Mathew points out, the system of Catholic vicariates in England had already been reformed and expanded (from four to eight) in 1840 (p. 145 and p. 198).

would be relevant to read (beyond) the 'signs of the times' and reassess the suspicions and fears of renewed 'Popish plots' in mid-19th century Britain.[19] Hidden in the wings of the Romish Dove, or behind the curtains of the Gothic Revival, could there also be a Catholic revival on its way, with Pugin as one of its 'apostles' or 'high priests'?[20] True, the spirit behind the Papal letter (*Universalis Ecclesiae*)[21] would be curtailed, on 1st August, 1851, by Lord Russell's Ecclesiastical Titles Act,[22] but even so the hypothesis would warrant further enquiries on Pugin's motivation and participation in the event,[23] as suggested by a blogger:

> Why was Pugin allowed to construct a medieval court, 'with wild Gothic longings for pre-Reformation Catholicism and trappings (…)' (New Statesman, Dec. 1999). Many Anglican critics must have (…) feared a Catholic resurgence in England. Secondly why did Pugin

[19] "As the old Catholics had predicted, the creation of the (…) sees of Liverpool and Birmingham provided the No Popery brigade with the excuse for mass hysteria. The papal brief reached the English press in (…) October 1850. By Guy Fawkes Day the crowds were ready to express their anti-Catholic sentiments in traditional fashion. Some Catholic churches had their windows broken. In many places, Wiseman --- or the pope --- or both --- were burnt in effigy."(Wilson, p. 141)

[20] "It is now, indeed, time to break the chains of Paganism which have enslaved the Christians of the last three centuries, and diverted the noblest powers of their minds, from the pursuit of truth to the reproduction of error."(Pugin, *Contrasts*, p. 16); "One ray of hope alone darts through (…); that, ere the fatal hour arrives, so many devout and thinking men may have returned to Catholic unity, that hearts and hands may be found willing and able to protect these glorious piles from further profanation, and (…) restore them to their original glory and worship."(*Ibidem,* p. 45); and "(…) I cannot dismiss this subject without a few remarks on those who seem to think, that, by restoring the details and accessories of pointed architecture, they are reviving Catholic art. Not at all. Unless the ancient arrangement be restored, and the true principles carried out, all mouldings, pinnacles, traceries, and detail, be they ever so well executed, are a mere disguise."(*Ibidem,* p. 57) Pugin's final words in *True Principles* also deserve to be quoted: "Let then the Beautiful and the True be our watchword for future exertions in the overthrow of modern paltry taste and paganism, and the revival of Catholic art and dignity." (p. 67)

[21] "The eight districts of 1840 had been the London, Western, Eastern, Central, Welsh, Lancashire, Yorkshire, and Northern; the sees of 1851 were Westminster, Beverley, Birmingham, Clifton, Hexham (later Hexham and Newcastle), Liverpool, Newport and Menevia, Northampton, Nottingham, Plymouth, Salford, Shrewsbury and Southwark. The title of Beverley disappeared in 1878 when the diocese was divided between the new sees of Leeds and Middlesbrough."(Mathew 199, n.1; see map in Reynolds, p. 328)

[22] "On the tide of prejudice which Wiseman and the pope had provoked, Lord John brought before Parliament legislation to make the new Catholic dioceses illegal. (…) A very great deal of parliamentary time in the first half of 1851 was devoted to the promotion of Lord John's bill (…). The law they passed --- the Ecclesiastical Titles Act --- was so absurd that no one was ever prosecuted by its terms and Gladstone (…) repealed it in 1871. But all this was going on while Pugin erected his Madonnas and crucifixes, his roods and dossals and reredoses in the Crystal Palace in 1851."(Wilson, p. 142; see also Mathew, p. 199, Reynolds, pp. 335-36 and Briggs, "The Crystal Palace", p. 25 and pp. 32-37 passim)

[23]According to Andresen Leitão, "Pugin acreditava que a popularização do neogótico resultaria numa idêntica expansão da fé católica nas Ilhas Britânicas. A lógica desta crença (…) escapa-nos (…), mas o facto é que se tornara uma referência no mundo do design. A sua Corte Medieval [sic] era um fenómeno de popularidade junto dos visitantes (…), embora (…) uma imitação pouco atraente do estilo gótico original." (pp. 62-63)

> agree to work in a setting (…) that must have felt repugnant to him? He certainly prepared his (…) Court with his normal attention to detail and in the end (…) won the prestigious (…) Great Exhibition Prize Medal. But a medieval court hardly fitted in with the pro-science, pro-industry and modernist architectural attitudes of the (…) Exhibition. (Hels, 2009: n. p.)

If one looks at Pugin's main publications and overall activity, architecture, decoration and furniture[24] loom very large, inviting a comparison with his father, the French Catholic expatriate Auguste Charles Pugin (1769-1832). But it is now time to set off to London. 'Full steam', in proper Victorian fashion.

III

In order to focus on Pugin's contribution to the Great Exhibition, materialized in the conception and decoration of the Medieval Court, I shall discard other projects and buildings like Scarisbrick Hall, Lancashire; St. Chad's Cathedral, Birmingham; St. Mary's, Warwick Bridge, nr. Carlisle; St. Giles', Cheadle, Staffordshire; Alton Castle (or Towers), Staffordshire, for the Catholic 16th Earl of Shrewsbury, Pugin's major patron and to whom An Apology was warmly dedicated; and, finally, St. Augustine's, Ramsgate,[25] next to "The Grange", Pugin's last home. I shall likewise leave aside Pugin's role in the rebuilding of the Houses of Parliament after the fire of 1834, immortalized in J. M. W. Turner's (1775-1851) celebrated oil paintings. As is well known, Sir Charles Barry (1795-1860) gets most of the credit for the 'Phoenix-like' resurrection of Westminster Palace (Clark, pp. 129-133), leaving Pugin in the background; however, the mere existence of a team of artisans and craftsmen at work in the Palace[26] allows us to connect Pugin with the Arts and Crafts movement,

[24] According to Clark, in 1827, "(…) he [Pugin] designed new furniture for the restored Windsor Castle"(124), an information endorsed by Alexander (p. 66) and Aldrich (p. 143), who reminds us that "Windsor Castle is the only residence of the modern British monarchs to date from the Middle Ages (…)" (*Ibidem*, p. 93). Windsor remains a major stage for performing and promoting British monarchical and chivalric traditions and loyalties.

[25] According to David Watkin, "He [Pugin] built this entirely out of his own pocket at a cost of £20,000 and gave it to the Catholic Bishop of Southwark." (p. 159) Pugin's Catholicism is further attested by the location of St. Augustine's, Ramsgate corresponding approximately to the landing place of Augustine of Canterbury, Pope Gregory I's envoy to the kingdom of Kent (pp. 596-97).

[26] John Gregory Crace (?-?), John Hardman Sr. (1767-1844) and Jr. (1811-1867), George Myers (1803-1875) and Herbert Minton (1793-1858).

associated with William Morris (1834-1896)[27] and "The Firm",[28] and paramount in the decoration of well-off late Victorian households.[29]

As far as the Exhibition is concerned, Christopher Howse argues:

> **It was Pugin's triumph there that pushed him over the edge. In that vast crystal showroom of everything modern – looms and iron pianos, brewer's vats and reaping machines – nothing caught the eye (…) more than Pugin's Medieval Court, dominated by the font and a huge stove, cased in Minton tiles and protected by wrought iron so that it looked like a saint's shrine. There were textiles, glass, wallpaper and ceramics – all sure to make any Victorian villa truly Medieval. 'He has marvellously fulfilled his own intention,' declared the Illustrated London News, 'of demonstrating the applicability of medieval art in all its richness and variety to uses of the present day.' (n. pg.)**

The Great Exhibition, 1851

---

[27] **"Pugin (…) pioneered, without theorizing it, the (…) working relationship between individual craft and design and high-volume workshop production for which Morris is admired."(Alexander, p. 72) Pugin also resembles Morris in that they were both 'workaholics', although Pugin died much younger than Morris, aged 40. Megan Aldrich claims that "(…) with the death of Pugin the Gothic Revival lost the greatest practitioner it has ever known, and some of the spirit and vigour of the Revival departed with him."(p. 173)**

[28] **Morris, Marshall, Faulkner and Co. (1861), later Morris and Co. (1875); actually, like Clive Wainwright recalls, "Pugin was setting new standards for craftsmen and reviving lost craft techniques twenty years before Morris and Co. was founded."(*Apud* Alexander, p. 72). Steven Adams, to whom "A survey of the Arts and Crafts, from its origins in the writings of Pugin, Carlyle and Ruskin (…) shows that it is nothing if not diverse. (…) Under the protection of Pugin, art's purpose was to revive the architectural idiom of the Middle Ages and with it the finer spirituality of the period."(p. 124), also mentions and includes Pugin in the chapter entitled "The Founding Fathers"(*Ibidem,* pp. 19-20).**

[29] **As Roderick O'Donnell argues in his introduction, "Pugin was to be at his most influential in reforming the practice of the Gothic Revival and domestic architecture of what (…) he called the 'middle class' home, and his revolutionary influence on its construction, planning and decoration was first demonstrated in his own house, St. Augustine's Grange, Ramsgate (1843). Pugin thus stands at the wellspring of nineteenth-century architectural and design reform, which was to be reflected in the institution that would become the Victoria & Albert Museum, the publications of Ruskin, and in the architecture and decorative programme of William Morris."(Pugin, *True Principles,* p. ix)**

The Great Exhibition inspired the edition of an official catalogue in four volumes, listing all the items on display and their places of origin, while, at the same time, illustrating the Victorians' acknowledged love for collecting objects, memorabilia and bric-à-brac. In the section "Iron and hardware – Class 22", Robert Hunt's Companion describes Pugin's Court:

> **(…) in which will be found contributed by different manufacturers, many beautiful illustrations of church decoration, and furniture in the mediaeval style. Here (…) the glass manufacturer and the chemist unite to furnish forth the fine effects of the stained glass window. The quarries of Caen have furnished the materials for the stone carvings, and the clays of Cornwall (…) the tesserae and tiles; and here is also elaborately carved oak furniture, and inlaid woods, with splendid examples of the art of the brass founder, (…) giving permanence to the delicate designs of the artist. Although (…) this division has been associated with metal manufacture, it is only really so, as far as its elaborate brass fittings are concerned, (…) the display of altar plate and appointments [e]ntering largely into its attractions. Rich stuffs, paper hangings, chintzes, and carpets, combine to enhance the general effect, and each will naturally receive (…) all that attention which arises from the effect produced by the judicious combination of material. (p. 23)[30]**

Unfortunately, it is difficult to find pictures, prints and/or engravings of the Medieval Court, located on the ground floor, almost facing the monument to Edward III's Queen, Philippa of Hainault, whose character had been impersonated by Victoria in a ball held at Buckingham Palace in 1842 (Girouard, pp. 112-13).[31] Some images can, however, be found in the Internet.[32]

---

[30] The *Companion* also mentions, in "Furniture - Class 26", "(…) a Renaissance bedstead in walnut, and other articles in the same style, (…) much in imitation of the oak furniture of the Middle Ages (…)" (*Ibidem,* p. 41), "A sideboard of carved oak, the back representing the signing of Magna Charta, the panels worked in tapestry, (…) sent from Jersey (…)" (*Ibidem,* pp. 46-47) and, finally, in the "North Gallery", "(…) specimens of carving in walnut and in English oak; one piece taking for its subject the Canterbury Pilgrims of Chaucer, at the Tabard, in Southwark; another good example being the carved oak pulpit." (*Ibidem,* p. 50) Pugin's views on, and criticism of, the Gothic furniture of his day are succinctly expressed in *The True Principles*, together with Pugin's open and honourable contrition for errors made in his youth, during his Windsor assignment (pp. 40-42)

[31] See Sir Edwin Landseer's oil painting Queen Victoria and Prince Albert at the Costume Ball of 12 May 1842, dated 1844.

[32] Source: Louis Haghe's chromolithograph, entitled *The Medieval Court in the Great Exhibition*, published in Dickinson's Views of the Great Exhibition and reproduced in Brooks 248 (no. 145). This lithograph is, however, credited to Joseph Nash by Megan Aldrich (p. 170).

IV

The Crystal Palace, Hyde Park

When the Crystal Palace, re-erected in Sydenham Hill (1854), was destroyed by fire in 1936, just over a century after its Westminster namesake, Sir Winston Churchill (1874-1965) lamented what he considered to be "the end of an age". In fact, over and above any political and religious intentions and statements, Pugin's 'crusade' for the preservation of the architectural, ornamental and decorative memories of the Middle Ages can still teach us how to prevent helpless and hopeless mourning for lost legacies and irretrievable pasts; if only because, as John Keats (1795-1821) reminds us, in the opening lines of *Endymion* (1818):

> **A thing of beauty is a joy for ever:**
> **Its loveliness increases; it will never**
> **Pass into nothingness; but still will keep**
> **A bower quiet for us, and a sleep**
> **Full of sweet dreams, and health, and quiet breathing. (Cook, ed., p. 61)**

Works Cited

ADAMS, Steven. *The Arts & Crafts Movement*. North Dighton, MA: J G Press Inc., 1996 (London: Quintet Publishing Limited, 1987).

ALDRICH, Megan. *Gothic Revival*. London: Phaidon Press Ltd., 1997 (1994).

ALEXANDER, Michael. *Medievalism. The Middle Ages in Modern England*. New Haven and London: Yale University Press, 2007.

ALTICK, Richard D. *Victorian People and Ideas*. New York and London: W. W. Norton and Co., 1973.

BEST, Geoffrey. *Mid-Victorian Britain, 1851-1870*. [London?]: Fontana/Collins, 1979 (Weidenfeld and Nicolson, 1971).

BOTTO, Maria Isabel Donas. "A Grande Exposição de 1851: 'The Great Bazaar in Kensington' ou 'A Lesson in Taste'". *Actas do XVI Encontro da APEAA* – Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos (16-18.03.1995). Ed. Isabel Alves *et al*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 1996. Pp. 267-279.

BRIGGS, Asa. *The Age of Improvement, 1783-1867*. London and New York: Longman, "A History of England", 1993 (1959).

-------. "The Crystal Palace and the Men of 1851". *Victorian People. A Reassessement of Persons and Themes 1851-67,* Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1990. Pp. 23-59 (?: Odhams Press, 1954).

-------. "London, The World City". *Victorian Cities*. Harmondsworth: Pelican Books Ltd., 1987. Pp. 311-360 (?: Odhams Press, 1963).

BROOKS, Chris. *The Gothic Revival*. London: Phaidon Press Ltd., 1999.

BURCHELL, S. C. *Age of Progress*. Nederland: Time-Life International, "Great Ages of Man – A History of the World's Cultures", 1971 (Time Inc., 1966).

CLARK, Kenneth. *The Gothic Revival. An Essay in the History of Taste*. ?: John Murray, 1975 (?: Constable, 1928).

COOK, Elizabeth, ed. *John Keats*. Oxford and New York: Oxford University Press, "The Oxford Authors", 1990.

FURTADO, Filipe and Maria Teresa Malafaia, eds. *O Pensamento Victoriano. Uma Antologia de Textos*. Lisboa: Edições 70, Lda., 1992.

GIROUARD, Mark. *The Return to Camelot. Chivalry and the English Gentleman*. New Haven and London: Yale University Press, 1981.

HELS, "The Great Exhibition of London and Augustus Pugin". *Art and Architecture, mainly. The fine arts, decorative arts and architecture of Britain and its Empire, Europe, the Mediterranean and North America, 1640-1940*. <http://melbourneblogger.blogspot.pt/2009/01/great-exhibition-london-and-augustus.html>. 15 January 2009. Access 20 July 2014.

HOUGHTON, Walter E. *The Victorian Frame of Mind, 1830-1870*. New Haven and London: Yale University Press, 1985 (1957).

HOWSE, Christopher, "Pugin: The man who made the Steam Age medieval", http://www.telegraph.co.uk/culture/art/architecture/9090312/Pugin-the man-who-made-the-Steam-Age-medieval.html 18 February 2012. Access 20 July 2014.

HUNT, Robert. *Companion to the Official Catalogue. Synopsis of the Contents of the Great Exhibition of 1851.* Bibliobazaar, n. d. (London: Spicer Brothers, and W. Clowes and Sons, 1851).

LEITÃO, Nicolau Andresen. *Exposições Universais – Londres 1851*. Lisboa: Expo 98, 1994.

LEWIS, Michael J. *The Gothic Revival*. London: Thames & Hudson Ltd., "World of Art", 2002.

MATHEW, David. *Catholicism in England. The Portrait of a Minority: Its Culture and Tradition*. 2nd. ed. London: Eyre & Spottiswoode, 1948 (1936).

NEWSOME, David. *The Victorian World Picture. Perceptions and Introspections in an Age of Change*. London: Fontana Press, 1998 (?: John Murray, 1997).

NORMAN, Edward. *Roman Catholicism in England from the Elizabethan Settlement to the Second Vatican Council*. Oxford and New York: Oxford University Press, "Opus", 1986 (1985).

PUGIN, Augustus Welby. *Contrasts: or, A Parallel between the Noble Edifices of the Middle Ages, and Corresponding Buildings of the Present Day; Shewing the Present Decay of Taste*. 2nd. ed. Cambridge: Cambridge University Press, "Cambridge Library Collection", 2013 (London: Charles Dolman, 1841; orig. ed. 1836).

------. *The True Principles of Pointed or Christian Architecture and An Apology for the Revival of Christian Architecture*. Leominster, Herefordshire: Gracewing Publishing, 2003 (*True Principles*…, London: J. M. Weale, 1841; *An Apology*…, London: J. M. Weale, 1843).

PURBRICK, Louise, ed. *The Great Exhibition of 1851. New Interdisciplinary Essays.* Manchester and New York: Manchester University Press, "Texts-in-Culture", 2013 (2001).

REYNOLDS, E. E. *The Roman Catholic Church in England and Wales. A Short History*. Wheathampstead, Hertfordshire: Anthony Clarke Books, 1973.

RILEY, Noël. *Victorian Design Source Book*. London: Grange Books, 1997.

RUSKIN, John. *Lectures on Art*. New York: Allworth Press, "Aesthetics Today", 1996.

-------. *Selected Writings*. Ed. Kenneth Clark. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1991 (Ruskin Today. ?: John Murray, by arrangement with Penguin Books Ltd., 1964).

------. *Selected Writings: Modern Painters. The Stones of Venice. The Seven Lamps of Architecture. Praeterita*. Ed. Philip Davis. London: J. M. Dent/Vermont, Charles E. Tuttle Co. Inc., "Everyman", 1995.

SOMMER, Robin Langley, ed. *The Arts and Crafts Movement*. London: Grange Books, 1995.

YARWOOD, Doreen. *The Architecture of Britain*. London: B. T. Batsford, 1980 (1976).

WATKIN, David. *English Architecture. A Concise History*, London: Thames & Hudson Ltd., "World of Art", 2001 (1979).

WILLIAMS, Raymond "Art and Society". *Culture and Society, 1780-1950*, Harmondsworth: Penguin Books in association with Chatto & Windus, 1977. 137-161 (Chatto & Windus, 1958).

WILSON, A. N. *The Victorians*. London: Arrow Books, 2002 (Hutchinson, 2002).

WOOD, Anthony. *Nineteenth Century Britain 1815-1914.* 2nd. ed. Harlow: Longman Group UK Ltd., 1986 (1960).

Texto apresentado no II Congresso Internacional "Victorians Like Us - The Victorian Household: Power, Policies, Practices" (26-29.11.2014), organizado pelo Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa.

ABSTRACT

Medievalizing Victorian Heart(h)s: A. W. N. Pugin's Medieval Court (1851)

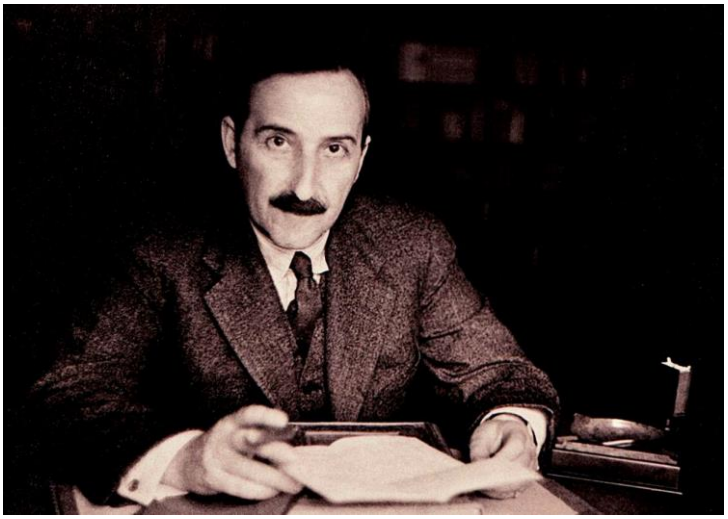
1851, is a date often chosen to signal the beginning of the mid-Victorian period, witnessed the "Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations", featuring Albert, the Prince Consort (1819-1861), as a stately sponsor and a 'royal' patron. In spite of the modern and universal outlook of the Exhibition, purporting to act as a showcase of the industrial, technological and artistic primacy attained by the "workshop of the world", propped up and sustained by economic, financial, commercial and colonial infrastructures and networks, it also allocated space to 'Ye olde mediaeval past', through a pavilion designed by A. W. N. Pugin (1812-1852) and decorated with medieval-looking artifacts. What relationships or articulations, if any, can then be drawn between Pugin's 19th century present and his cherished medieval past?; or between Victorian times, often referred to as "the age of progress" and/or "the age of improvement", and the inspirational recollection of the 'dark' and 'backward' Middle Ages?

KEYWORDS

A. W. N. Pugin; Great Exhibition (1851); Medieval Court; Anglo-Catholicism.

Stefan Zweig em Portugal.

História de um Sucesso



Teresa Seruya

Universidade de Lisboa

0. Introdução

A recente publicidade intensa e prolongada no tempo do filme *Adeus, Europa!*, sobre os últimos anos de vida de Stefan Zweig (1881- 1942) no exílio sul-americano é apenas o mais recente episódio da interessante história da presença do famoso autor austríaco entre nós, uma presença que se iniciou nos anos 30 do século passado com os nossos pais e avós e se estende até aos nossos dias. Por vezes, na situação mais inesperada, Zweig é lembrado com admiração: numa tarde de Novembro de 2016 o escritor israelita Etgar Keret lê excertos da sua obra *Sete Anos Bons* (o original é em inglês), cuja tradução portuguesa acabara de sair. Nas palavras de introdução do respectivo editor, João Rodrigues, ouve-se de repente uma referência a Stefan Zweig, destinada, segundo Rodrigues, a valorizar o trabalho dos tradutores. Alvitra o editor que também estes teriam merecido figurar na tetralogia *Os Construtores do Mundo,* pois aos tradutores se deve a existência de uma literatura universal. Aliás, não é descabido que a ideia

[1] NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA: Teresa Seruya é professora catedrática (aposentada desde Fevereiro de 2017) nas áreas de literatura e cultura de expressão alemã e da Tradução na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É responsável por dois projectos de investigação na área dos Estudos de Tradução, no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC) da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa). Escreveu sobre autores como Wilhelm Waiblinger, Goethe, Thomas Mann, Kurt Tucholsky, Stefan Zweig, Alfred Döblin, Thomas Bernhard, Christa Wolf, mais recentemente sobre Emine Sevgi Özdamar, Yade Kara, Vladimir Vertlib. É também tradutora literária, tendo publicado traduções de Goethe, Kleist, Leopold von Sacher-Masoch, Thomas Mann, Kafka e Döblin,. As suas principais áreas de investigação actualmente são os Estudos de Tradução, a história da tradução em Portugal, a interculturalidade e a literatura da migração na Alemanha contemporânea. Tem publicado estudos nestas áreas e vários volumes dedicados aos Estudos de Tradução em Portugal.

[2] Este trabalho teve uma primeira versão em alemão a ser publicada em breve (Verão de 2017) pelos *Zweighefte* do Stefan Zweig Centre Salzburg. O texto que agora apresento é uma versão muito alargada daquela, incluindo a nova secção sobre a recepção de filmes. Foram introduzidas também várias adaptações aos interesses do público leitor português.

pudesse ter ocorrido a Zweig, cuja popularidade fora da língua alemã se deve à intensa tradução das suas obras para numerosas línguas, mal eram publicadas.

Tentando uma sistematização da recepção de Zweig em Portugal, encontramo-la em três campos: a tradução, a imprensa e a Universidade. A tradução é, sem dúvida, o domínio que entre nós mais contribuiu para o seu sucesso e fama. As suas novelas, biografias e ensaios integravam as bibliotecas das famílias burguesas e ainda hoje é possível encontrar edições antigas em muitos antiquários. Trataremos apenas os dois primeiros, pois o interesse por Zweig na Germanística portuguesa é escasso, à excepção de uma empenhada germanista da Universidade de Coimbra, Fátima Gil. E, na fase inicial de criação e desenvolvimento da nova disciplina de Estudos de Tradução em Portugal, Zweig foi um dos primeiros autores investigados (Seruya 2001, 2002).

1. Stefan Zweig em português europeu[3]

1.1. A chegada de Zweig aos leitores portugueses

A tradução intensiva de Zweig começa no ano de 1937 quando a editora Civilização, do Porto, funda a nova colecção autónoma Obras de Stefan Zweig, encomendando à escritora Alice Ogando (1900-1981), autora de numerosas novelas sentimentais e também tradutora, a tradução da maior parte das novelas e biografias de Zweig.[4] Ogando traduz do francês, uma prática comum, a que chamamos tradução indirecta, num tempo em que era escasso o conhecimento da língua alemã por um lado, e a influência dominante na cultura portuguesa era a francesa.[5] Neste caso particular, Zweig era já bem conhecido em França, aliás datam dos primeiros anos do século os seus contactos e a sua grande familiaridade com a cultura francesa e os seus autores, não admirando, portanto, que a sua obra fosse lá bem conhecida. O contacto da Civilização com a tradutora portuguesa certamente que foi feito bem mais cedo, mas é no ano de 1937 que são postas à venda 11 obras de Zweig. Estas traduções indirectas em nada afectaram o bom acolhimento do novo

[3] Para uma visão completa deste assunto remeto para dois estudos que fiz em tempos sobre as traduções de Zweig em Portugal: Seruya 2001, Seruya 2002.

[4] A primeira tradução, porém, data de 1934. Trata-se de *Um Coração Destroçado,* novela traduzida por Campos Monteiro, Filho (médico e escritor do Porto) mas que viria a integrar a colecção.

[5] Para o estudo mais actualizado sobre tradução indirecta, um fenómeno muito presente na cultura portuguesa, v. Rosa/Pięta/Maia 2017

autor junto do público que, na verdade, não tinha qualquer consciência desse facto – o mesmo acontecia, por exemplo, com os autores russos que só muito depois da Revolução de Abril encontraram entre nós quem soubesse a sua língua. Zweig veio para ficar, nesta primeira fase até 1983, uma presença que pode ser medida no elevado número de reimpressões e novas edições até essa data: a título de exemplo, no ano de 1983, a novela *Vinte e Quatro Horas da Vida de uma Mulher* estava na sua 19ª edição, a biografia (romanceada) *Maria Antonieta* ia na sua 18ª edição, e mesmo *Balzac*, a última obra a ser publicada na colecção, já em 1950, chegou a 5 edições.[6] Neste ano de 1950 a colecção contava já 30 títulos. As tiragens, em média, oscilavam entre 2000 e 4000 exemplares, pelo que a totalidade das obas de Zweig em circulação andava pelas centenas de milhar, o que fazia de Zweig um dos autores mais lidos da cena literária da época. É curioso verificar que este sucesso ainda durou uns oito anos depois da Revolução dos Cravos. Ora, num contexto político que desviou os interesses dos leitores para campos anteriormente muito vigiados pela Censura, como a política, a ideologia ou o erotismo, pareceria que os temas e o estilo de Zweig já não teriam lugar. O que aconteceu, na verdade, foi a permanência de certos gostos e hábitos de leitura, em paralelo com a emergência em força daqueles temas (cf. Seruya 2017).

Entretanto, aquando da segunda passagem de Zweig por Lisboa (v. mais adiante), chegaram-lhe vários reparos sobre a qualidade das traduções de Alice Ogando, tendo, depois, sido feitos contactos no Porto no sentido de se encontrar quem pudesse traduzir directamente do alemão. Chegou-se, assim, a Maria de Castro Henriques Osswald (1893-1988), ela própria também autora, que se juntou, a partir de 1938, aos tradutores de Zweig em Portugal.[7] A lista veio a incluir ainda tradutores masculinos, alguns oriundos do Brasil. Recorrer às traduções brasileiras foi uma prática editorial na altura comum em Portugal (Zweig era ali também um autor benquisto).

---

[6] Para facilitar a compreensão dos leitores portugueses, referir-nos-emos sempre às obras de Zweig pelo título das traduções portuguesas.

[7] Esta informação foi-me gentilmente prestada pelo filho da tradutora, Walter Friedrich Alfred Osswald (1928-) distinto médico e professor da Universidade do Porto, nome maior da Bioética em Portugal, autor da obra *Sobre a Morte e o Morrer* (2013).

No ano de 1986 ainda se publicou a tradução de um romance-fragmento até então inédito, *A Embriaguez da Metamorfose*, originalmente publicado a partir do espólio em 1982, e com uma nova tradutora, Fernanda Barão (1948-). A obra teve uma recepção bastante discreta, se compararmos com a situação anterior. Não significou, portanto, um regresso do autor, nem houve reedições. Igualmente discreto foi o acolhimento de uma nova tradução (1994) de *Vinte e Quatro Horas da Vida de uma Mulher*, com a assinalável particularidade de ser ainda uma tradução indirecta do francês. Este "pormenor" ilustra bem como o nome de Zweig é um trunfo para qualquer editora que, mesmo no final do século, não precisa sequer de se dar ao trabalho de procurar quem traduza directamente do Alemão.

Até ao novo século Zweig viveu por assim dizer num limbo, embora constasse sempre do acervo de vários alfarrabistas, para não falar em bibliotecas, públicas e privadas. É assim que a Biblioteca Nacional, através da doação de particulares, possui numerosos exemplares das traduções francesas de Zweig dos anos 30 e 40, o que é um indício claro de que este autor era lido e apreciado na geração dos nossos Pais, que se guiava pelas modas e pelo gosto francês.

1.2. A segunda vida de Stefan Zweig em Portugal

Na área disciplinar dos Estudos de Tradução o fenómeno das novas traduções, ou retraduções de obras literárias (e não só) tem merecido ultimamente o interesse dos investigadores, nomeadamente a indagação sobre as motivações conducentes à elaboração de novas traduções de uma mesma obra (Koskinen/Paloposki 2010). Há sempre um leque de motivos circunstanciais, subjectivos até, mas a razão objectiva do fenómeno chama-se o envelhecimento das traduções. A tradução é uma reescrita, como tal inevitavelmente se socorrendo do estado actual de uma língua, pois aos leitores de cada presente se destina. Como reescrita, o grau de criatividade linguística que se pode permitir é mais reduzido do que numa criação original (embora a originalidade seja sempre relativa). A experiência de leitura comprova aquele envelhecimento: não conseguimos hoje ler traduções da *Ilíada* ou da *Odisseia* datadas do século XIX, embora os que foram considerados os seus originais continuem a suscitar traduções actuais, como aconteceu entre nós com as recentes

traduções de Frederico Lourenço.[8] Em relação aos motivos circunstanciais, avulta o propósito de re-actualizar, fazer reviver um autor, propósito este do qual não se podem evidentemente excluir critérios comerciais. No caso de Zweig, ambos se conjugam. Mas podemos acrescentar um terceiro, que tem a ver com a tradução directa do alemão, numa altura em que, em relação sobretudo às línguas europeias mais faladas (inglês, francês, alemão, espanhol), a tradução indirecta já não é admissível. No entanto, se olharmos à editora responsável pelo início da nova fase (2004) da presença de Zweig no mercado literário, a Antígona, outros motivos se podem adivinhar. As obras escolhidas foram *O Combate com o Demónio*. *Hölderlin*, *Kleist*, *Nietzsche* e a colectânea de novelas *Confusão de Sentimentos*, duas obras maiores de Zweig traduzidas por dois competentes tradutores, respectivamente José Justo e Manuela Gomes. A Antígona apresenta-se nos seguintes termos:

> Fundada em Junho de 1979, a Antígona iniciou a sua actividade com a publicação do livro *Declaração de Guerra às Forças Armadas e outros Aparelhos Repressivos do Estado*. Esta obra emblemática anunciava já o programa editorial que se tem vindo a concretizar, sem desvios, nos últimos trinta e um anos. Hoje, com mais de 200 títulos, a Antígona mantém a sua paixão inicial pelos textos subversivos, e vai continuar, ainda por muito tempo, a empurrar as palavras contra a ordem dominante do mundo. (www.antigona.pt, acedido a 29/05/2017).

Em face destas linhas programáticas poderemos estar a assistir a algo de novo na recepção de Zweig em Portugal. De autor lido e apreciado pela burguesia, que exalta e descreve primorosamente a sua alma, com tudo o que ela comporta de sonho, traumas, projectos, abismos, de biógrafo-romancista de figuras da História e da cultura, Zweig é agora recuperado pelo seu lado subversivo da aparência de estabilidade de uma sociedade ameaçada a cada momento por forças disruptivas da vida social, vindas dos instintos, das paixões, dos desregramentos (*Hölderlin, Kleist e Nietzsche*, o conjunto de novelas *Confusão de Sentimentos*), que contam com a cumplicidade do autor.

[8] Não posso, neste contexto, aprofundar o assunto do envelhecimento das traduções, mas é impossível não acrescentar que contém uma zona próxima do inexplicável.

Um ano depois (2005) é publicada a nova tradução da autobiografia de Zweig *O Mundo de Ontem. Recordações de um Europeu*, da autoria de outra germanista, Gabriela Fragoso. A relevância que é dada à tradução directa do alemão insere-se na nova tendência de "rehabilitação" de Zweig, sublinhando ao mesmo tempo a sua actualidade. E, na verdade, o grande sucesso que acolhe as memórias deste europeu cosmopolita dura até aos dias de hoje, acompanhando a premência continuada da temática europeia (apesar da visão saudosista e algo deficitária que Zweig nos transmite da Europa anterior à II Guerra). Curiosamente, esta fora a obra de Zweig que menos reedições teve (ia na 4ª em 1983).[9] Mas agora, com a velha Europa mergulhada em profunda crise, aumenta a nostalgia de um tempo - do fim do século XIX até à I Guerra e, depois, o dos chamados "gloriosos anos vinte" que antecederam a tomada do poder por Adolf Hitler em 1933 – em que os valores da liberdade e da paz por um lado, a prosperidade e o progresso social por outro, mas também a preponderância cultural dos criadores (escritores, poetas, músicos, pintores) marcavam a vida das sociedades.[10]

Também o Stefan Zweig das novelas burguesas, chamemos-lhes assim, foi objecto de novas traduções directas. Assim, as famosas *Vinte e Quatro Horas da Vida de uma Mulher* e *Carta de uma Desconhecida* foram dadas à estampa em 2008 pela mão de outro germanista, Fernando Ribeiro. Embora a imprensa registasse a sua publicação com curtas recensões, comprovando que editar Zweig é sempre notícia, as duas novelas não tiveram o eco de outrora. Entretanto, ocorreu o fenómeno surpreendente e raro entre nós de duas diferentes novas traduções do mesmo texto, as "miniaturas históricas", num curto espaço de tempo: *Momentos Estelares da Humanidade* (2007, tradução de Paulo Rêgo) e *Grandes Momentos da História da Humanidade: Catorze Miniaturas* (2009, tradução de Fernando Ribeiro). Inesperado penso ser igualmente o renovado interesse pelas lendas de Zweig: o volume *O Candelabro Enterrado*; seguido de *Raquel contra Deus* sai em 2008 (em tradução de Jorge Teles de Meneses) numa pequena e pouco conhecida editora de Cascais.

---

[9] Manuel Rodrigues, o autor da primeira tradução (1946), fê-la directamente do Alemão.

[10] Não é possível, neste contexto, desenvolver a ideia de Europa nas memórias de Zweig, algo que fiz recentemente (Abril de 2017) em duas lições do curso livre da Faculdade de Letras com o tema "Imagens da Europa na Literatura do Século XX", organizado em conjunto pelo CLEPUL e pela Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa.

Há uma obra de Zweig que, à partida, despertaria o interesse dos leitores portugueses. Trata-se de *Magalhães. O Homem e o seu Feito*, um caso único de tradução (directa) no mesmo ano da sua publicação original (1938) na editora vienense Reichner, e no mesmo ano da passagem de Zweig por Lisboa.[11] A nova tradução (2007) desta biografia do navegador português, da autoria de Gabriela Fragoso faz todo o sentido dentro do "Zweig revival" a que estamos a assistir. Esta tradução veio culminar o meritório interesse académico de Fátima Gil pela obra, o qual culminou na sua tese de doutoramento de 2005, entretanto publicada (Gil, 2008).

A publicação, pela primeira vez, da correspondência de Zweig com o historiador da cartografia e opositor do Estado Novo Armando Cortesão marca, em 2012, algo de novo na história da recepção de Zweig em Portugal. A partir do Fundo Armando Cortesão da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Fátima Gil, professora e investigadora da Faculdade de Letras desta Universidade, com muitos méritos no estudo das relações de Zweig com Portugal (Gil, 2002, 2008 e 2012), deu a conhecer estas *Cartas de Inglaterra* trocadas entre Zweig, na altura vivendo em Londres, e Armando Cortesão, no exílio desde 1932 e a viver em Londres desde 1935 (regressou a Portugal em 1952). As cartas que restam neste fundo documentam bem o estado de espírito do autor austríaco exilado, a quem Cortesão prestou sentida homenagem na Seara Nova aquando do trágico suicídio do casal Zweig em 1942.[12]

Desta que é a mais recente fase da vida de Zweig em Portugal fazem ainda parte três retraduções, sempre do alemão: *Novela de Xadrez* (2013, tradução de Álvaro Gonçalves), *Segredo Ardente* (2014, tradução de Gilda Encarnação), *Mendel dos Livros* (2014, tradução de Álvaro Gonçalves). É de sublinhar, no caso das traduções de Álvaro Gonçalves para a editora Assírio & Alvim, que o tradutor acrescenta ao texto propriamente dito prefácios, tábuas cronológicas e bibliografia, um cuidado com a edição de uma tradução que é raro no panorama português e que, evidentemente, muito valoriza o livro.

---

[11] **O título da primeira tradução, por Maria de Castro Henriques Osswald, é simplesmente *Fernão de Magalhães.* O da tradução actual é literal em relação ao original: *Magellan. Der Mann und seine Tat.***

[12] **V. sobre todo este assunto Gil, 2012.**

A obra ficcional e ensaística de Zweig é, hoje em dia, largamente conhecida em Portugal e, como se viu, objecto de actualização pelas retraduções. Mas neste momento de grande atenção ao escritor deparamo-nos ainda com uma primeira tradução, do ensaio biográfico *Montaigne* (2016), escrito em 1942, escassas semanas antes da sua morte, e apenas publicado postumamente. A obra merece referência pelo relevo que lhe foi dado por um reconhecido crítico literário e poeta, Pedro Mexia, na revista do mais influente semanário português, o *Expresso* (30.07.2016).

O fenómeno das reedições/reimpressões participa também no processo de manter viva a presença do nosso autor entre o público leitor. É um fenómeno que corre paralelo às retraduções e que não deixa de causar bastante estranheza. Mas se o considerarmos do ponto de vista comercial, toda a estranheza se esbate: Zweig vende bem. No entanto, não queremos prescindir de um ponto de vista mais rigoroso, de acordo com o que afirmámos acima sobre o envelhecimento das traduções. Formulamos, então, a pergunta meramente retórica: porque se reeditam traduções indirectas velhas de 70 anos, quando já não faltam bons tradutores de alemão? São as seguintes as obras em causa: *Amok* (1937, 2013)[13], *Vinte e Quatro Horas na Vida de uma Mulher* (1937, 2013), *Carta de uma Desconhecida* (1937, 2013), todas publicadas pela editora Relógio D'Água. Destaca-se o caso de *Noite Fantástica* (1937, 2016), da responsabilidade da editora Alêtheia, que apresenta pequenas diferenças em relação à tradução original, aliás nem sempre melhorias… A autoria desta tradução vem identificada numa prática a todos os títulos reprovável, seguida por certas editoras portuguesas: colocar a editora no lugar do(a) tradutor (a), decisão editorial esta que rasura por completo a identidade humana do tradutor (a).[14] É como que um grau zero da desconsideração de uma função sem a qual o livro não poderia ter sido publicado….

A editora que introduziu Zweig em Portugal, a Civilização, ainda activa, parece ter querido juntar-se ao renovado interesse pelo seu antigo autor e reedita em 2013 *Coração Impaciente* (1939, 2013), já na altura uma tradução directa. As famosas

[13] Data da primeira edição portuguesa e da reedição/reimpressão.

[14] Fui buscar esta feliz expressão a Alexandra Ambrósio Lopes que a usou na sua tese de doutoramento em Estudos de Tradução para defender a tradução como autoria (*Poéticas da Imperfeição. Autores e Tradutores na Primeira Metade de Oitocentos: Walter Scott e André Joaquim Ramalho e Sousa* (Universidade Católica Portuguesa, 2010)

biografias (romanceadas), muito conhecidas e populares, são agora também reeditadas na sua forma primeira: *Maria Stuart* (1937, 2015 na Alêtheia) e *Maria Antonieta* (1937, 2013 na Casa das Letras). Também o livro sobre o Brasil (*Brasil, País do Futuro*) pertence a este grupo. Foi reeditado em 2014 na velha tradução (1941) do brasileiro Odilon Galotti, pela editora Feitoria dos Livros, apenas com um novo prefácio. Como se vê, são várias as editoras que disputam a mais-valia de publicar Stefan Zweig, o que é mais um sinal claro do prestígio do autor entre nós.

2. Stefan Zweig na imprensa (jornais e revistas)

2.1. Zweig de passagem por Portugal

Zweig passou duas vezes pelo nosso país, em 1936 a caminho do Brasil e em 1938. Da primeira visita não há registos dignos de nota, o que não significa que não tivesse sido já referido em revistas antes de 1938 (Gil, 2002: 31ss). Mas é no início de Fevereiro de 1938 que a sua presença em Portugal é amplamente noticiada. Zweig está instalado num hotel do Estoril e conta fazer contactos com autoridades portuguesas. A sua obra já era bem conhecida em Portugal desde o ano anterior, como se disse acima e, além disso, o autor mantinha uma relação de amizade com o editor da Civilização, Américo Fraga Lamares: justamente a fotografia mais divulgada pelos jornais portugueses mostra uma série de notáveis a despedirem-se do autor, entre os quais se contam o Visconde de Lagoa, autor de um trabalho sobre Fernão de Magalhães, o referido editor Fraga Lamares e algumas personalidades estrangeiras. Contactos de Zweig com autoridades portuguesas não houve. O seu biógrafo brasileiro Alberto Dines, que o conheceu e conviveu com ele, defende na biografia *Morte no Paraíso* (Dines 2005 na 1ª edição portuguesa, o original brasileiro é de 1981, 3ª ed. brasileira 2002)[15] que Zweig tinha querido sondar junto de Salazar as possibilidades de Angola vir a acolher os judeus fugidos a Hitler, mas o ditador não o recebeu, apesar da mediação da comunidade judaica. Acrescente-se, porém, que Zweig tinha outros contactos com figuras do regime que o ajudaram na passagem da

[15] O primeiro relato de Dines data de 1995 (Dines 1995)

sua primeira mulher Friderike von Winternitz por Portugal a caminho do exílio americano. [16]

Depois da partida de Zweig o interesse na imprensa portuguesa manteve-se e, como já se disse, a publicação das suas obras continuou a um ritmo continuado. Mas foi o seu suicídio (juntamente com a segunda mulher Lotte Altmann) que voltou a encher a imprensa de notícias, relatos e comentários em 1942. A memória da visita a Portugal ainda estava bem viva e chocava com a brutalidade e o inesperado do que sucedera. O tom geral das reacções foi de respeito e compreensão pelo acto desesperado do autor. Posteriormente, e até final dos anos 40, encontram-se comentários em jornais e revistas sobre a sua obra e, de acordo com a inspiração político-literária dos órgãos em que eram publicados, assim se elogiavam mais ou as novelas e as biografias ou os ensaios, considerados património da herança europeia, como se pode ver, por exemplo, na revista *Seara Nova*. Não aprofundo aqui todo este assunto, pois foi competentemente tratado por Fátima Gil (2002).

2.2. Stefan Zweig na imprensa portuguesa no século XXI (selecção)

Nesta secção pretendo apresentar algumas posições sobre Zweig que têm surgido em jornais portugueses. Podem dividir-se em testemunhos de recepção de origem mais ou menos privada, ou motivados por publicações.

No primeiro caso avulta o saudoso ensaísta e crítico de cinema João Bénard da Costa (1935-2009) escreve no *Público* que Zweig "de vez em quando [lhe] salta ao caminho" (2003: 6). Recorda (pode acrescentar-se: em nome da sua geração) que, em jovem, havia livros de Zweig espalhados por toda a casa. Conclui mesmo, e com razão, que Zweig "devia ser o escritor de língua alemã mais traduzido para português", competindo-nos apenas corrigir a hesitação ("devia") pela certeza… Estava presente em qualquer biblioteca privada que se vai herdando, até aos dias de hoje. Bénard da Costa visitara em 2002 a exposição de manuscritos e raridades bibliográficas coleccionados por Zweig ao longo da sua vida, mas foi o seu encontro com a autobiografia *O Mundo de Ontem*, lida em tradução francesa, que mais o

[16] Curiosamente, estas informações, que constam da biografia de Dines e são, nomeadamente, citadas por Norma Courie (2002: 136ss.), não se encontram em biografias de língua alemã, como a de Hartmut Müller (1998).

marcou, mergulhado que estava no seu "activo pessimismo cultural". O que salienta do texto é a crítica de Zweig ao sistema repressivo da educação do mundo dos seus pais, nomeadamente no camo da sexualidade, que é contraposto às mudanças positivas verificadas na juventude do seu tempo. Embora Bénard da Costa manifeste compreensão pela decisão preparada de Zweig de deixar o mundo, pois para ele, como judeu, o único verdadeiro problema filosófico (Camus é aqui evocado) seria o suicídio, prefere "ficar em Viena e não passar a Petrópolis" (todas as citações Costa 2003: 6).

Francisco Assis, político, deputado, intelectual, também dedica a Zweig uma das suas crónicas, no mesmo jornal, por ocasião da eleição do novo Presidente da Áustria e da questão do populismo. Neste contexto, a leitura de *O Mundo de Ontem* serve a Assis para denunciar os "esquecimentos" de um Zweig influenciado pelo "mundo da alta cultura europeia marcada por um ambiente profundamente cosmopolita", levando-o a ignorar "os aspectos sombrios do Império austro-Húngaro e os múltiplos atavismos da própria sociedade austríaca" (Assis 2016: 49). Ou seja, Assis critica a visão demasiado idílica que o autor tinha de uma Europa culta, liberal, cosmopolita (que o era sem dúvida!), mas tal fixação impediu-o de estar atento ao "processo de gestação das forças demoníacas que em pouco tempo tomariam de assalto a velha Europa", levando-o a fechar os olhos "a uma realidade que ofendia mortalmente o seu belo ideal europeu" e, sobretudo, a perder a vontade de lutar pelo "mundo de amanhã". Algo inesperadamente, Assis termina o seu artigo elogiando o "lado luminoso" do "mundo de ontem" de Zweig, que só poderá persistir no "mundo de hoje" se enfrentarmos os populismos que grassam pela Europa.

A propósito do ódio, "esse nosso velho inimigo", o jornalista também do *Público* Nuno Pacheco, falando sobre a guerra, vai buscar à autobiografia de Zweig o retrato que este faz de Ernst Lissauer (1882-1937). Poeta e dramaturgo judeu, muito prussiano, tornou-se tristemente célebre pelo seu *Canto de Ódio à Inglaterra* (1914), do qual depois emanaria a saudação em voga no Exército "Gott strafe England!" (Que Deus castigue a Inglaterra!). Lissauer acabaria isolado e sozinho em Viena, e já não viveu o ressuscitar do ódio na Alemanha a partir da década de 30. Este contributo de Nuno Pacheco revela que *O Mundo de Ontem*, depois de actualizado

pela nova tradução, reforçou consideravelmente a sua presença entre os leitores portugueses.

No grupo dos testemunhos motivados por publicações ressaltamos dois textos do poeta e crítico Pedro Mexia. Em "Última Agenda" (*Expresso* – Revista, 02/07/2016) Mexia fala-nos da mais recente publicação de Alberto Dines: *Stefan Zweig – Sua Última Agenda 1940-1942*. Esta agenda reconstrói a rede dos novos amigos do autor no Brasil. Recorde-se que Zweig chegou a encarar a sua chegada ao Brasil com a expectativa de que a cultura europeia ali pudesse continuar, o que lhe trouxe alguns momentos de esperança. Mexia refere e comenta os nomes de personalidades famosas do mundo que mantinham contacto com o exilado Zweig. Demora-se na amizade com Romain Rolland (digo eu, objecto de muitas e muitas paginas da autobiografia), que esfriou perante a atitude de simpatia de Zweig em relação à URSS e, acrescente-se, outras vezes quando Zweig hesitava muito em tomar posições públicas sobre assuntos políticos que não ofereciam dúvida ao pacifista radical que Rolland era.

Aquando da vinda a público do ensaio *Montaigne*, Mexia sente-se em sintonia com Zweig na incompreensão inicial perante o grande ensaísta francês. O sentimento de estranheza permanece em Mexia, o que não o impede de salientar traços da personalidade de Montaigne com que se identifica: a auto-análise, a modéstia, "nada afirmar audaciosamente, nada negar irreflectidamente" (citação do próprio ensaio), a "recusa da amargura mesmo no abatimento", a pergunta inútil: que sei eu?, "uma pergunta de bibliófilo, tão indispensável como inútil", entre outros (*Expresso* – Revista, 30/07/2016).

Continuando com os testemunhos motivados por publicações, destaca-se o tom elogioso que acolheu a reedição da biografia *Maria Antonieta*. No jornal *Expresso* o crítico Luís M. Faria desenvolve o tema pertinente da popularidade de Zweig. Admitindo (como raramente se tem feito entre nós) que o autor "não tem reputação muito elevada em certas zonas do mundo literário", o que lhe advém da própria popularidade (construída pelo sentimentalismo e tendência romanticizante dos seus textos), Faria classifica-o como um escritor "genuinamente popular", que equilibra a eventual fragilidade daqueles traços pela "profunda cultura" que

alimenta o estilo do autor. E na biografia em questão não deixa de reconhecer a Zweig os méritos como biógrafo, pelo modo como soube, por exemplo, "iluminar o contraste" entre a força de carácter da rainha de origem austríaca e o seu marido a quem isso faltava (Faria, 2013, p. 33).

2.2.1. A imprensa sobre Stefan Zweig no cinema

Nesta secção dá-se conta de como filmes à volta da vida e/ou obra de Zweig foram apresentados e comentados pela imprensa. Coube à revista *Visão* noticiar, em 2002, e a partir de uma colaboração brasileira, a 3ª edição da já referida biografia de Alberto Dines, *Morte no Paraíso*, bem como a sua adaptação ao cinema pelo realizador brasileiro Sylvio Carlos Back (Lost Zweig). Back (1937--) é de origem húngara e alemã e escolheu dois actores alemães para encarnar Zweig e Lotte. A autora do artigo descreve o tumultuoso processo de produção do filme, mas demora-se sobretudo a sublinhar, da biografia de Dines, os aspectos referentes à passagem de Zweig por Lisboa e que já foram tratados acima (Courie 2002).[17]

O filme de Wes Anderson "Grand Budapest Hotel" (2014, prémio do júri do Festival de Berlim deste ano) foi explicitamente ligado a Zweig a partir do momento em que o realizador americano o mencionou no genérico como fonte de inspiração. O crítico de cinema Francisco Ferreira opina que foi este momento de Anderson que permitiu aquela ligação, o que não será inteiramente correcto: cremos que, para quem viu o filme sem saber das palavras de Anderson, e conheça Zweig, veria ali muita citação, muita alusão ao autor. De qualquer modo, o que fica é que o filme foi muito bem classificado pelos críticos portugueses, foi um sucesso de bilheteira e permitiu, assim, que se falasse amplamente de Zweig durante algum tempo. Em entrevista ao jornal *Expresso*, o realizador conta como quis fazer um filme na Europa, mas o colocou num país imaginário, em 1932, ao mesmo tempo que "descobriu" Zweig (Ferreira, 2014, p. 8). São de registar o que Anderson diz sobre Zweig: "Autor importante e, a dada altura, alvo de um culto entretanto extinto na Europa. Zweig permaneceu praticamente desconhecido até há bem pouco tempo na América onde a sua obra foi retraduzida e reavaliada" (*Ibidem*: 8). Não sei em que Anderson se

[17] Que eu saiba, o filme não passou em Portugal no circuito comercial.

apoia para decretar a morte do culto de Zweig na Europa, mas os dados disponíveis sobre retraduções da sua obra apontam exactamente na direcção contrária.

Outro crítico, Luís Miguel Oliveira, fala da inspiração em Zweig para a imagem idealizada da Mitteleuropa do período entre guerras (Oliveira, 2014). Mas quem se demora mais em comentários sobre o realizador e o filme é Jorge Mourinha (2014: p. 6 ss). O crítico faz uma reportagem a partir de Berlim e, no que à relação do filme com Zweig interessa, afirma que este deve "tanto às obras do romancista [*sic*] austríaco Stefan Zweig, memorialista do esplendor vienense do início do século, como à Europa de Leste recriada na Hollywood pelos emigrados europeus". O empréstimo a Zweig ("a Viena austro-húngara de Zweig", a "elegia por uma civilidade (ou civilização?) perdida") é confrontado por Anderson com os "totalitarismos (nazi ou comunista) que absorveram a Europa de Leste após 1939 e desfazem a magia precária do Grand Budapest (…)". Trata-se de um empréstimo que, no entanto, tem muito de livre, pois Anderson, nas suas próprias palavras, preferiu criar "o seu próprio livro de Zweig". Não se duvida, mas certo é também que Anderson vê Zweig em uníssono com muitas vozes de hoje: Zweig, nas palavras do realizador, foi o "melhor retratista" de um mundo desaparecido, de uma "cultura que foi sendo refinada ao longo dos anos , que se tornou no centro de Viena, mas que de súbito começou a chegar ao fim. Para ele, foi obviamente uma perda de que não conseguiu recuperar – e é isso que me fascina." Do caderno do *Ípsilon* de que estamos a citar faz ainda parte um texto de Isabel Lucas em que esta tenta responder à pergunta: "O que terá seduzido um realizador de Hollywood do século XXI num dos mais atormentados escritores europeus, um judeu inconformado com o destino da sua civilização, numa Europa em Guerra?" (Lucas, 2014), pergunta já respondida, cremos, na anterior entrevista-reportagem de Mourinha.

O próximo (e, até agora) último momento intenso da repercussão pública de Zweig através do cinema ocorreu há poucas semanas (escrevo na primeira semana de Junho) com a chegada, ao circuito comercial, em fins de Fevereiro de 2017, do filme de Maria Schrader "Stefan Zweig – Adeus, Europa" [*Vor der Morgenröte*, no título original] a que se seguiu o respectivo DVD, acompanhado por um campanha de publicidade diária tanto no caderno cultural do jornal *Público*, o *Ípsilon*, como em

Newsletters de Instituições como o Goethe Institut de Lisboa. Em entrevista de Jorge Mourinha com Schrader fica-se a saber que o interesse inicial partiu de um produtor francês, que queria fazer um filme sobre Lotte Altmann. Schrader, no entanto, não considerou a figura protagonista da história, tendo-se, em contrapartida, interessado vivamente pela figura de Zweig, pelo tema do exílio e da Europa em fase difícil, embora sem a mostrar, considerando que as imagens da II Guerra e do Holocausto estão "gastas". Seria assim, nas palavras de Schrader e do seu co-argumentista Jan Schomburg, "mais intrigante mostrar a natureza tropical enquanto pensamos no Holocausto". A estrutura do filme, conforme a descreve Schrader – prólogo, quatro capítulos e um epílogo – respeita a cronologia biográfica de Zweig a partir de 1937, quando participa no Congresso do PEN em Buenos Aires. E pode dizer-se que Schrader também é fiel à verdade histórica quando afirma que a chegada ao Brasil foi um momento de esperança no imenso desencanto que habitava o autor desde que decidira deixar a Europa, embora o "país do futuro" não fosse alimento suficiente para a vida de um europeu que continuava a viver no mundo de ontem… O filme ficou algumas semanas nos cinemas de Lisboa.[18]

3. Conclusão

Os elementos de recepção que seleccionámos para este trabalho mostram à evidência que Stefan Zweig é um autor vivo e lido em Portugal. Pode acrescentar-se que *O Mundo de Ontem. Recordações de um Europeu* é, sem dúvida, a obra que mais testemunhos congrega e mais inspiradora para o mundo de hoje se revela, pesem embora a nostalgia de um mundo perdido que é seu timbre e a completa impossibilidade de o fazer reviver e aos valores que lhe deram forma. Não deixa de ser significativo que o espírito do nosso tempo se compraza com nostalgias em vez de construir futuros.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS CITADOS

COSTA, João Bénard da (2003), "O vinho e a taça". *Público*, 10/01/2003, p.6

COURIE, Norma (2002), "Stefan Zweig. Perdido no Paraíso". *Visão*, 07/03/2002, pp.136-138

[18] Vi o filme em 2016 em Heidelberg e nada senti do entusiasmo da crítica portuguesa.

DINES, Alberto (1995), "Death in Paradise: A Postscript", in: Mark H. Gelber / Klaus Zelewitz (Org.), *Stefan Zweig. Exil und Suche nach dem Weltfrieden*.Riverside / California: Ariadne Press, pp. 309-326

---------- (2005), *Morte no Paraíso. A Tragédia de Stefan Zweig*. Lisboa, Rocco (a 3ªed., do mesmo ano, é do Círculo de Leitores (segundo a PORBASE).

FARIA, Luís M. (2013), "Maria Antonieta – O Retrato de uma Mulher Comum". *Expresso-Actual* , 17/08/2013, p. 33

FERREIRA, Francisco (2014), "Trans Europe Express", entrevista com Wes Anderson. *Expresso – Actual*, 05/04/2014, pp. 6ss.

GIL, Maria de Fátima (2002), *Stefan Zweig em Periódicos Portugueses dos Anos 30 e 40 do Século XX.* Cadernos do CIEG [Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos], nr. 3, Coimbra

---------- (2008), *Uma Biografia 'Moderna' dos Anos 30. Magellan. Der Mann und seine Tat, de Stefan Zweig*. Coimbra: Minerva Coimbra/Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos

---------- (2012), *Cartas de Inglaterra. Correspondência de Stefan Zweig para Armando Cortesão.* Cadernos do CIEG [centro de investigação em estudos germanísticos], nr. 32, Coimbra

KOSKINEN, Kaisa & Outi Paloposki (2010), "Retranslation". *Handbook of Translation Studies*, ed. Yves Gambier and Luc van Doorslaer. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1-5

LUCAS, Isabel (2014), "Zweig e a grande ambição de Wes". *Ípsilon*, 11/04/2014, p. 11

MEXIA, Pedro (2016), "Última Agenda", *E–Revista do Expresso*, 02/07/2016, p.1 06

---------- (2016), "Torre", *E–Revista do Expresso*, 30/07/2016, p. 106

MOURINHA, Jorge (2014), "Wes Anderson abre-se ao mundo que acabou". *Ípsilon*, 11/04/2014, pp. 6ss.

MÜLLER, Hartmut (1998), *Stefan Zweig*. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Taschenbuch Verlag

OLIVEIRA, Luís Miguel (2014), "O coleccionador". *Ípsilon*, 11 / 04/2014, p.29

PACHECO, Nuno (2016), "O ódio, esse nosso inimigo". *Público*, 06/10/2016, p. 53

ROSA, Alexandra Assis/Hanna Pieta/Rita Bueno Maia (2017), *Translation Studies,* Guest Editors, Special Issue: "Indirect Translation: Theoretical, Methodological and Terminological Issues", Vol. 10, Nr. 2, May 2017

SERUYA, Teresa (2001), "Tradução e cânone: a propósito das traduções de Stefan Zweig em Portugal". *Estudos de Tradução em Portugal. Novos Contributos para a História da Literatura Portuguesa*, org. Teresa Seruya. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 211-228

---------- (2002), "Vida e morte de Stefan Zweig em Portugal". *Deste Lado do Espelho. Estudos de Tradução em Portugal,* org. Alexandra Lopes e Maria do Carmo Correia de Oliveira. Lisboa: Universidade Católica Editora, pp. 151-167

---------- (2017), "Tradução e revolução: encontros e desencontros. O caso das colecções de literatura (1974-1980)" (no prelo).

RESUMO

Stefan Zweig em Portugal. História de um sucesso

Neste contributo pretendo fazer uma história abreviada da recepção do autor austríaco Stefan Zweig (1881-1942) em Portugal, desde a sua primeira tradução em 1934 até ao presente, em que se verificam várias novas traduções (retraduções) e reedições da sua obra novelística, biográfica e ensaísta, assim como adaptações ao cinema da sua vida e obra. Trata-se, na verdade, de uma história de sucesso. Entre 1937 e 1983 Zweig, através da editora portuense Civilização, foi traduzido e reeditado inúmeras vezes. Títulos como *Vinte e Quatro Horas na Vida de Uma Mulher, Carta de uma Desconhecida, Amok* ou das biografias *Maria Antonieta* e *Maria Stuart* ficaram no ouvido e nas estantes das gerações dos anos 30 e 40. E quando Zweig passou por Portugal em 1938 a imprensa não se cansou de o noticiar (e elogiar), o que voltou a acontecer por ocasião da sua trágica morte no Brasil. Presto depois atenção ao regresso de Zweig à vida literária e cultural portuguesa no século XXI. Analiso o fenómeno das retraduções e seu significado e comento o eco da autobiografia *O Mundo de Ontem* em críticos literários, intelectuais e cineastas, não esquecendo os contributos da investigação universitária.

PALAVRAS-CHAVE

Stefan Zweig, tradução indirecta, retradução, recepção, popularidade

ABSTRACT

Stefan Zweig in Portugal. The story of a successful writer

In this contribution I intend to reconstruct a brief history of the reception of the worldly famous Austrian writer Stefan Zweig (1881-1942) in Portugal. His first translation dates from 1934, but it was between 1937 and 1950 that most of his novellas, essays and biographies (30 titles) were published by Civilização, a publisher from Oporto. His works were mostly translated from French and enjoyed great popularity among the reading public, considering that some have reached 19 editions. When Zweig came to Portugal on a short private holiday in 1938 his presence was largely announced and commented (and praised) by the press. The same happened after his tragic death in Brazil in 1942. A Zweig revival takes place in the early 21st century, which shows a renewed interest in this author, now directly translated from German. I will examine this phenomenon, with a considerable number of retranslations and I will tackle the question of what books have been chosen for new translations. I will also look at the impact of Zweig's life and work on film-makers such as Wes Anderson and Maria Schrader, whose successful works were largely noticed in the press, thus reinforcing Zweig's visibility in the Portuguese cultural life. It has to be mentioned that literary critics and intellectuals are now paying a particular attention to his autobiography *The World of Yesterday*. *Memories of an European*, which provides enough food for thought in a time of deep crisis in the European ideals.

KEYWORDS

Stefan Zweig, indirect translation, retranslation, reception, popularity

Creating Peace: The Education for Global Peace Sustainability Project

Luis Miguel Neto

Helena Águeda Marujo

Universidade de Lisboa

> ***We need a global response that addresses the root causes of conflict, and integrates peace, sustainable development and human rights in a holistic way – from conception to execution (...) Our priority is prevention – prevention of conflict, of the worst effects of natural disasters, and of other manmade threats to the cohesion and wellbeing of societies.*** **A. Guterres, *UN General Assembly High-level dialogue*, January 2017.**

1. Problematizing: heritages, concepts and purposes from peace and wellbeing studies

For millennia, philosophers, religious thinkers, activists, and scholars from different social, human and political sciences have written about and demonstrated for peace, while denouncing war and its devastating consequences. To fully understand the concept of peace, the fields of peace and conflict studies have grown exponentially since their initiation in Scandinavia about sixty years ago. They have forged a transdisciplinary and professional identity separate from security studies, political science and international relations. The link between peace and psychology, in particular with the branch of positive psychology - that studies wellbeing and virtuousness in persons, communities, institutions, and nations, even in the most vulnerable (Marujo & Neto, 2014; Neto & Marujo, 2013) –

become relevant after twenty years of organized scientific investments on the topics of wellbeing and happiness.

But study peace and wellbeing is not easy, since scholars, and psychologists in particular, have resisted to study the positive side of human experience and consider them less rigorous than the study of human suffering and tribulations.

Indeed, globally, researchers support peace and the pursuit of happiness. Nevertheless, as Webel and Galtung defend (2007, p. 4):

> **"a 'depth psychology' of peace is also merely inchoate. Psychologists who research and teach peace, like their philosophical comrades, do so on the margins of their discipline, and usually as a supplement to more 'rigorous, scientific' investigations".**

And the authors continue:

> **"(...) those who attempt to bring peace studies and peace research into their 'professional' work, at least in much of the Anglophonic world, risk marginalization and even exclusion from their disciplinary practices, powers and perks. As a result, scholars who wish to study, research, teach**

---

[1]**NOTA BIOGRÁFICA : Luís Miguel Neto is an Assistant Professor at Instituto Superior de Ciências Sociais e Politicas (ISCSP), University of Lisbon, where he is the Scientific Coordinator of the Executive Master on Applied Positive Psychology. He launched the project Contributions for Public Happiness, at Lisbon University, in 2015/2016, funded by the Rectorate. He is now one of the promoters of the Program for Peace Education, launched in March 2017 at ISCSP, Lisbon University, and of the ISCSP-Wellbeing, both recipients of a Merit Award. He has received his EdD in Family Therapy from the University of Massachusetts, and he got a post-graduate degree on Systemic Family Therapy from Sevilla University in Spain. He is a Senior Researcher at Centro de Administração e Políticas Públicas at Lisbon University. He is an invited scholar at St. Joseph University in Macao and at North-West University in South Africa. He has published more than 50 papers and book chapters, nationally and internationally, co-edited a book for Springer on *Positive Nations and Communities* and co-authored 5 books on psychology for the general public. He is a member of the Board of Directors of the International Positive Psychology Association.**

Helena Águeda Marujo has a PhD in Psychology from the University of Lisbon. She is currently an Assistant Professor at Instituto Superior de Ciências Sociais e Politicas (ISCSP), University of Lisbon, where she serves as the Executive Coordinator of the Master Program in Development of Politics for Human Resources Management and also as the Executive Coordinator of the Executive Master in Applied Positive Psychology. She is a Senior Researcher at Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP, University of Lisbon) and coordinates a Mission Unit on Wellbeing University (ISCSP-Wellbeing), which was the recipient of a Merit Prize in 2017. She co-launched the project Contributions for Public Happiness, at Lisbon University, financed by the Rectorate. She was one of the organizers of the Program for Peace Education, launched in March 2017 at ISCSP, Lisbon University. Helena has more than 50 scientific publications, including the authorship of six books. One of the books is *Positive Nations and Communities* (Springer, 2013), currently being translated into Chinese. She is a member of the Board of Directors of the International Positive Psychology Association, and an invited scholar at North-West University in South Africa and at St. Joseph University in Macao.

> **and practice peace have begun in the past half century to create their own counter-institutions, where they may do so without the risk of continued academic and professional isolation".**

This is a tremendous challenge, that lies in front of us, and that contradicts the meaning and etymology of peace in itself.

Indeed, according to the online etymology dictionaries, as it is the case of Webster's (1993), in Old French the word *pais* indicated "reconciliation, permission, silence". The Modern French word is *paix* and its Latin origin is *pacem*, nominative *pax* (11th Century), and means "agreement, absence of war, tranquillity". Its Proto-Indo-European root – peg – indicate "to coagulate, become fixed" and is shared with pacisci, meaning "to agree". It also meant "quietness", denoting "absence or cessation of hostility or war". In the middle of the 12th century, the original word *pes* meant "freedom from the civil disorder" in the Anglo-French tradition.

Of particular interest for our topic of aligning peace education with wellbeing studies is the fact that the word peace replaced the Old English *frið* (or *sibb*) which meant happiness. In the 13th and 14th century the word was also linked with the meaning of "welfare, prosperity and safety", which can be connected with our current notion of positive sustainability and development. The link with positive psychology becomes even more evident.

As stated in the 27 of March 2017 United Nations High Level Dialogue event on "Building Sustainable Peace for All: Synergies between the 2030 Agenda for Sustainable Development and Sustaining Peace", the concepts of Sustainable Development and of Sustaining Peace

> **"are complementary and mutually reinforcing. Sustainable development underpins sustainable peace and more peaceful and inclusive societies create an environment conducive to sustainable development. Sustainable peace is both an enabler and an outcome of sustainable development (…) Moreover, by recognizing that sustainable peace could only be achieved when all segments of society are empowered and included, Member States have ensured that Sustaining Peace is in line with the people-centered foundation of the 2030 Agenda".**

This vital comprehensive, interconnected and coherent approach has been proposed by scholars specialized in peacebuilding, and is the foundation of the Education for Global Peace Sustainability Project (from now on designated as

E=GPS). Therefore, peace is considered to be at the cornerstone of social harmony, economic equity and political justice. Hence, there is no sustainable future nor sustainable wellbeing without self-sustaining peace.

"'Peace' might be like 'happiness', 'justice', and other human ideals, something every person and culture claims to desire and venerate, but which few if any achieve, at least on an enduring basis" (Webel and Galtung, 2007, p. 6). Peace, justice and happiness are all very looked-for, but also very elusive. Peace appears to compel social harmony and political empowerment, whereas happiness has largely been considered a singular and personal, subjective matter. But as much as peace can be parallel to individual happiness – constantly present, inherent to our psychological disposition and erratically unequivocal in our social behavior and our cultural norms (Webel and Galtung, 2007), also well-being can be addressed as a collective endeavor, a civic and not only a private issue, a happiness that is public – Publica Felicitas - focused in the common good and quality of life through relational goods (Bruni & Porta, 2016; Marujo & Neto, 2014). Thus, peace is undoubtedly a pre-condition for our individual and communal well-being.

To define peace, we need to address it in terms of what it is and what it is not. Peace is seen as the opposite of violence and three forms of violence are possible: direct; structural; and cultural. The concept of peace also need to be debated relative to different levels, stretching from the individual to the global, namely in terms of close, transitional and distant realities as seen from the perspective of the person and of citizenship (Carmo, 2016; Sousa Franco, 2007, 2009, 2016a, 2016b, 2016c). Finally, peace is seen as a relatively enduring structure which improves peace values but also tackled as a process of interface among structures which might be more or less peaceful or violent (Cabezudo & Haavelsrud, 2007).

Undeniably, like 'happiness', wellbeing', 'freedom', or 'justice', we often recognize peace by its absence. Therefore, peace is often defined or determined negatively, as the 'the absence of war' or as 'nonviolence'. Consequently, several authors, such as Johan Galtung, have proposed an important distinction between 'positive' and 'negative' peace, and the Webster's *Third New International Dictionary* addresses definitions encompassing political or "outer" sense, and "inner", subjective conditions (as a mental or spiritual state) (Webster's 1993: 1660).

"Positive peace" signifies the concurrent presence of many needed states of mind and society, such as harmony, equity, etc. "Negative peace" has traditionally indicated the 'absence of war' and other forms of wide scale violent human conflict. Positive peace is when social justice has replaced structural violence. In contrast to negative peace, positive peace is not limited to the idea of getting rid of something, but includes the idea of establishing something that is missing. It is creating rather than avoiding; seeding rather than inhibiting. In this realm, it is totally aligned with the positive psychology and solution-focused approaches approach, which also are focused, not in what is missing or wrong with people or systems, but in what is optimal in those persons and communities, and how to appreciate and elevate the best (Neto & Marujo, 2016).

There is evidence of more investment on the study of "negative peace". One reason resides in the fact that the Virtuousness in peace and the emergence of war are considered two opponents. In 1983 Schrodt has suggested that an essential tension in human society lies between those who perceive a clear personal benefit from the condition of war and those who obtain personal benefit from the condition of peace. The sustainable progress of society is hence determined by the dynamics of tension between these opposing forces. Mervin Freeman (2000, p. 225) has studied this tension and also contributed decisively to the field, from the perspective of "negative peace". The author underlines some relevant processes, associated with the lack of peace. For example, "Anxiety (presented both in soldiers and civilians in war zones) narrows the cognitive map, foreshortening perspective. Fight or flight are frequently the only alternatives envisioned by a victim", a statement borrowed from Bion and Rickman (1943). Based on observations undertaken during the Gulf war by Pennebaker (1989, cit. in Freedman, 2000) "the more the individual reported talking about their personal (war) traumas, the better their physical and psychological health in the subsequent months and years". Freeman's review of different perspectives on the subject of the psychological effects of war upon soldiers and civilians, also includes an observation made by N. Milgram (1993, cit. in Freedman, 2000):

> **"Analysis of psychiatric casualties during the Gulf War confirms the traumatic character of the use or the threat of use of unconventional weapons. Investigators ... conclude that the specific threat of chemical attack or an actual attack ... would increase the number of psychiatric causalities enormously with the medical causalities, tax the nation's health system to its limits (...) these kinds of uncertainty may well become debilitating at the level of the individual or society, the policy maker or the ordinary civilian".**

This data justifies activities targeted at preventing the outbreak, escalation, continuation and relapse of conflict. Addressing its root causes, assisting parties in conflict to end hostilities, and ensuring national reconciliation will support the peace efforts and help move towards recuperation, restoration and development. This will help us deal with the complexities of negative peace.

In his entry of the *Encyclopaedia of Psychology*, Joseph Montville (2000, p. 75) defines Peace as "a state in which individuals, families and collectively, societies and countries move along naturally from birth, through the stages of development to death repeating the cycle of life". Montville (2000, p. 75) also brings his contribution to Peace Studies through the concept of systemic breakdown, an "institutional failure with weak political institutions in a society and malfunctioning systems", when the provision of food, water, shelter, education and employment isn't guaranteed and, therefore, the emergence of individual and collective violence is 'most predictable'. The violence "can be seen as an assault on identity and collective self-worth" (*op cit.,* p. 75). This aligns with the perspective that the denial of Abraham Maslow's most basic hierarchy of needs – food – generates the most predictable individual and group violence.

An internal approach to peace relates and resonates with Howard Gardner (2006, pp. XIV) position about the possibility stated in his book *Changing Minds*: "I've sought to understand those precious individuals who use their skills and minds to help bring about a better World".

Even though Howard Gardner approach might be seen as an anticipation of the positive psychology movement, with its diverse techniques and methods, it would be important to consider the influence of John Maynard Keynes upon his thought. Gardner quotes the famous economist (p. XIV), with this lines:

-When the facts change, I change my mind. What do you do, Sir?

-The difficulty lies, not in new ideas but escaping from the old ones.

These quotations help to re-consider the importance of the human mind and attitudes in the individual and collective change processes, namely in the described concept of systemic breakdown, which points to a global sustainable perspective of human development. This belief is at the basis of diverse peace education projects, namely through the training of intra-individual mechanisms and processes, from self-regulation of emotions, to values education and non-violent communication practices.

Alongside, at a broader and abstract dimension, some other processes should be considered. One is Arendt's (1998) hypothesis about the banality of evil. The high frequency and intensity of images of war might have as a consequence the lowering of importance of morality and human connection with the portrayed victims, in a cognitive scheme that also implies a desensitization, diminishing the emotional responsiveness to a negative or aversive stimulus. Another approach emerges from Joseph Wolpe (1969), a South African psychiatrist, as the *collective desensitization process*. It was used firstly as a basis for psychological healing related with the cure of phobias and anxiety situations, but this process might also explain the decrease of human connections and feelings towards the victims of war and violence. Studies on memory are also implicit in a broader perspective on peace education. A research approach explored by Gordon H. Bower (1981) concludes about the underlying effects of emotions on the way people remember things. For Bower and colleagues, the events we remember are related with the emotions felt during the situation. They focused on the effects of memory of highly charged emotional situations, the so-called flashbulb memories. These lines of research point to the deleterious effects of emotions on memory, and subsequently underline the sense of identity and individual worth and value of the persons who suffered extreme emotional situations, like war. However, the studies about memory have a more positive set of conclusions coming from the research of Elizabeth Loftus. Even accepting the conclusions of the above mentioned specialists on memory, Loftus (2005) adds the possibility of memory reconstruction with the help of an expert. This line of thinking

and action might be important in reconstruction the sense of self and value of victims of war and violence situations. Similarly related with the memory studies' approaches, two political movements and attitudes might and should also be considered: A *'never forget'* preventive attitude and the *memoria historica* project (an historical movement based in Spain). These two movements and approaches have a common denominator when applied to prevent the expansion and repetition of war and conflict. For instance, in the *never forget* perspective, experiences like the holocaust should be reflexively taught to the younger generations. It is assumed that the learnings emergent from the past experience of war and conflict might help to prevent future situations. Regarding the *memoria historica* movement, it addresses a different issue, more related with collective healing through the reconnection of the relationship with former family members that died in war and the respect to know the truth – from where they are buried to want really happened to them.

Finally, we bring forward the issue related with *measurement*. At this level, one of the strongest approaches related with the idea of Development as a new name for Peace is the *Human Development Index*, used by the United Nations (UN) and the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), and based on theories of Economy development of Amartya Sen (2005) and Muhammad Yunus (2007). Another measurement approach worth taken into consideration is the *Global Peace Index (GPI)*, organized every year by the Institute for Economics and Peace. This group is dedicated to shifting the world's focus to peace as a positive, achievable, and tangible measure of human well-being and progress. The Institute for Economics and Peace (IPE) achieves its goals by developing new conceptual frameworks to define peacefulness; providing metrics for measuring peace; and uncovering the relationships between business, peace and prosperity as well as promoting a better understanding of the cultural, economic and political factors that create peace (IPE, 2016). A third form of relevant measurement, although apparently indirectly related with peace, is the Happy Planet Index, developed by the New Economics Foundation. This Index considers the integration of economic development, subjective wellbeing/happiness and the ecological foot print of Nations. This implies that it goes well beyond the common measurement of

economic development, the Gross Domestic Product, including wellbeing, peace and sustainable development at its heart.

Therefore, to optimize positive peace, and prevent conflicts, we need something vital in our individual and collective lives: education.

2. Educating for peace

As recently addressed by A. Guterres, in the UN General Assembly high-level dialogue, in January 2017:

> **"First, education; education is a prerequisite for both peace and economic development. Good quality education systems can help transform societies, especially those affected by conflict […] Second, youth unemployment deprives millions of young people of the opportunity to fulfil their potential, and plays a part in violent conflict and the rise of global terrorism".**

Education for peace and wellbeing sustainability can be described as a transformative learning process that furnishes students, teachers, and school systems with the new knowledge and ways of thinking needed to attain peace, happiness and responsible citizenship, while restoring the health of the living systems.

The history of peace education is complex and recent. Peace education is not limited to formal systems of education but also to informal education in the home and non-formal education in various voluntary organizations.

Therefore, it needs to be discussed in terms of its content and communication form in relation to the contextual conditions within which the educational action takes place. It shows divergent opinions regarding which principles should guide the selection of content and also which principles should guide the selection of methods of learning and teaching (Cabezudo & Haavelsrud, 2007). One implication is that that peace education presumes some fundamental rights and warranties, i.e. democratic circumstantial conditions must exist in order to assure that peace education occurs in relation to its role of creating social transformation. This is the case with participatory methods, and with the national and community contexts in which the education occurs.

The E=GPS project will take into consideration several frameworks. Firstly, it will include the *humanistic perspective*, where the theory of psychological needs (Abraham Maslow, forefather of positive psychology), the person-centered approach (Carl Rogers) and the non-violent communication perspective (Marshall B. Rosenberg, 2003, 2012; Lucy Leu, 2003) will be addressed. Secondly, it will integrate the *cooperation studies*, with a specific emphasis on the research and work of Professor Michael Argyle (1991). The *Jigsaw inclusive and cooperative learning approach* (Aronson, 2000; Aronson & Bridgeman, 1979; Aronson & Patnoe, 1997; Aronson, Blaney, Stephan, Rosenfield, & Sikes, 1977) will also be of relevance, due to its goals as an inclusive methodology. The program will use *Conflict management techniques*, particularly in the solutions oriented perspective (Bannink, 2010), and also other *solution oriented methods and techniques*, like the scaling questions and the Miracle question. The psychology of emotional regulation, as a relevant strategy to internally inhibit, or modulate one's state or behaviour in a given situation – for example the subjective experience (feelings), cognitive responses (thoughts), emotion-related physiological responses (for example heart rate or hormonal activity), and emotion-related behaviour (bodily actions or expressions) (Dan-Glauser, & Gross, 2011), will also be addressed. Following we explain the reasons associated to these choices.

The work of Abraham Maslow inaugurated a perspective in the scientific literature of Psychology that became associated with a humanist perspective. This theory became a reference in the explanation of conflict and war conditions. In his theory of human needs, Maslow created the famous pyramid of the hierarchy of needs, which distinguishes between different levels corresponding to different nature of needs. At a most basic level lay the deficiency needs, physiological, safety, love and belongingness and self-esteem. At this level, a complete and full satisfaction of human needs is required, otherwise an emotional state of frustration will take place, leading to conflict at the interpersonal, group and society levels. The second level of human needs refers to growth needs, including cognitive, aesthetic, and self-actualization. If the growth needs are fulfilled human beings develop capacities related with knowing and understanding, order, beauty and symmetry which make possible to fulfil their potential. The climax of this level of growth needs

leads to self-transcendence, when people find meaning and fulfilment in helping and connecting with others. Beyond the explanatory power of this model for human motivation and personality, conflict and war situations can also be explained as a lack in the satisfaction of these needs, and the moral and social implications of the model might be summarized in Maslow's motto: "What a man/woman can be, he/she must be".

The psychological humanist tradition is also related with the work of Carl Rogers. His views on being human and his person-centered approach made him, not only a 20th century key-person in areas of counselling, education and social work, but also a "Pioneer in attempting to resolve international conflict through more effective communication" (Collin *et al.*, 2011, p. 130-137). In 1987 he was nominated for the Nobel prize. His viewpoints include some significant ideas which are still part of the important humanist tradition in Human and Social Sciences, and Philosophy:

> **-"The subjective human being has an important value (...) that no matter how he may have been labelled and evaluated he is a person first of all" (Collin *et al.*, p. 136);**
>
> **-"The good life is a process, not a state of being (...) it means launching oneself fully into the stream of life" (Collin *et al.,* p. 137)**

One of Carl Rogers students and disciples was Marshal Rosenberg, the creator of the non-violent communication model (NVC), and an expert on conflict resolution through the use of effective human communication. According to Rosenberg, the non-violent communication process has four elements and aims to have people clearly express how they are without blaming or criticizing and, simultaneously, empathically receiving how the other are without hearing blame or criticism. The practice and training of the model deals with the creation of effective human communication through the use of reflected skills of:

a) **Observation;**
b) **Expression of feelings;**
c) **Expression of needs;**
d) **Making of requests.**

The identification of communication situations, episodes and discourses, which might be labelled as *Jackal's discourse* – conflict inducing – and/or *giraffe's discourse*, is also characteristic of this approach. In a play-like training, the practices of several conflict mediation and resolution processes inside real war and conflict zones, had occurred.

In what concerns the line of research and action linked with the studies of cooperation, we are going to take into account professor Michael Argyle's book "Cooperation: the basis of sociability" (Argyle, 1991).

It starts with the issue concerning definition and range of Cooperation:

-"All social behaviour is cooperative, however some relationships and cultures are more cooperative than others" (p. 241);

-"The main types of cooperation, in work, family, friends, and a special kind of cooperation often called 'Coordination' in the service of others joint goals and activities" (p. 242);

-"These kinds of cooperation are found in all human societies, including those called 'individualistic' or 'competitive' by anthropologists. The early rational economic model of shared group goals only applies to the first kind" (p. 242).

Argyle's reflection regarding the research on cooperation lead him to conclude that the so called "tragedy of the commons" has not only to do with lack of conformity and public morals, but also to the decrease of cooperation.

The author distinguishes specific learning contexts of cooperation:

-Family;

-Friendship;

-The Israel experience of the Kibbutz, when the total number of the social unit doesn't overcome 500 members;

-The Australian experience of 'Mateship'

As a general conclusion of cooperation studies the author stresses the importance of small group processes and techniques as a common way to enhance cooperation. However, and most significantly, this doesn't apply to intergroup relations. At that level, the cooperation very often fails. These data gains special relevance in peacebuilding.

There are important counter examples pointed out by Argyle that should be taken into consideration in the E=GPS:

-The Jigsaw classroom method, from the educational practices envisioned by Elliot Aronson (Aronson, 2000);

-The Solution-oriented methods (Bannink, 2010);

-The Intercultural training implying the direct knowledge, observation and participation in cultures different from one own. This is the case of 'movements' like Peace Corps and the European ERASMUS program.

The views of Aronson and collaborators regarding the cognitive dissonance theory were a way to have him explaining cruelty in human relations and the emergence of prejudice in the intergroup relations and attitudes. Also, the Jigsaw classroom inclusive method that he created makes him an important figure to take in consideration in the foundations and practices of the E=GPS Project.

Specifically, the work published by the author in 1978, the Jigsaw Classroom, proved to be a powerful tool to enhance and ameliorate the relationships between different ethnic groups at high school level in the USA. The main idea is to divide the tasks between different group members that, in a second phase, are going to share their specific knowledge with members of other and different groups. This practice lead to significant attitude change and diminishing of prejudice in the groups involved. We have been using the method in our classrooms, where we have diversified groups, in terms of gender, age, race and ethnicity, social and cultural origin… with very positive results.

As a clinical psychologist who specialized in the application of the Solutions-oriented method in conflict management, Frederik Bannink's work (2010) is also relevant to this project.

Particularly significant for the E=GPS project, besides the use of the solution-oriented techniques that she developed, is her reflection on the diverse experiences of the Truth and Reconciliation Commissions, especially the ones in South Africa. Also considered in her work are the restorative justice programs, like the VOM-Victim Offender Mediation in Ontario Canada, and the FGC, Family Group Conferences, originated in 1989 in New Zealand and countering the concerns and values of the indigenous Maori conventions.

The work of Frederik Bannink evolved from the application and use of the Solutions Oriented Method, developed by De Shazer and collaborators.

This approach looks carefully and rigorously for the exceptions of problems such as violence, war and conflict, and tries to amplify those exceptions. It applies techniques like the *scaling question* and the *miracle question*, sensibly designed in order to make possible the emergence of hope in individuals and groups. It has been mostly used in very desperate individual situations, such as re-incident alcoholism, violence and other inhumane situations. The possibility of its use in the aftermath of war and conflict situations makes it relevant to peace education projects.

Peace and conflict episode analysis, and equitable communication and expression of differences, based on Pearce and Little John (1997), will be another bedrock of the program. The collaborative analysis of peace makers (namely Thomas Aquino, Nelson Mandela, Mahatma Gandhi, Martin Luther King, Dalai Lama, Pope Francis, Desmond Tutu, among others) – from decision making processes to the study of biographies – are also relevant in this Course. Knowledge about wellbeing processes and strategies, from a Public Happiness (*Felicitas Publica*) point of view will be covered, promoting levels of consciousness that can elevate the persons involved. All these strategies will be adapted to the age and conditions of the participants – they can be teachers, parents, children, university students or community leaders.

The intercultural experiences are also an inspiring model to learn positive ways to integrate and respect differences, divergences and multiplicity.

3. Structure, outcomes and methodologies of the E=GPS

The E=GPS program will focus on five key outcomes:

1) **The co-production of a collective vision of peace as transformative development, which reflects some communal purpose to be achieved and which actively, includes a large rank of social actors (students at all the school levels, teachers, parents, community leaders, politicians at the regional level, and so on).**

2) **The maturation of non-instrumental relational goods between actors committed to the education process. The significance of the identification and diversity of the actors, their roles, contributions and motivations for the relationship, and their potential offerings presumes a precise discussion of how power and reciprocity is addressed, in a process that aims for real involvement and participative leadership, to create legitimacy and proper reciprocity.**
3) **The building and increasing of institutional capacities to help supply policies required by a peace education process – either formal or non-formal practices in education for peace building. This aims to deepen discussion of the substance and instruments devoted to innovative practices and also of the financial sustainability of the project.**
4) **To strengthen social cohesion, resilience, multiple intelligences and virtuousness - from hope and optimism to self-regulation to gratitude - as much as human security, interpersonal trust and civic participation in the various steps of the peace education planning and ongoing process. This includes analysis of limitations and risks that the project can carry with it.**
5) **To contribute to the attaining and use of outcomes through empirical evidence and markers which reflect transformation regarding peaceful conditions, collective learning's and variations within groups, communities and societies where the process of peace education and peace knowledge takes place.**

To co-construct peace education and attain the above mentioned outcomes, the E=GPS embraces different methodologies and steps:

- **an on-site Post-graduated program on "Peace and Public Happiness Sustainability" in Portugal (at Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, University of Lisbon) for Portuguese speaking countries (at least during the first year);**
- **the publication of a state-of-the-art Handbook (aligned with the topics of the ten courses of the Post-Graduate Program) (1st year);**

- **a website on "Peace and Public Happiness Sustainability" (where data from the Observatory and the science of peace and wellbeing will be shared) (2nd year);**
- **an Observatory (to identify resources and needs on peace and wellbeing in territories involved at the national and regional levels (1st and 2nd year);**
- **Seminars and workshops to give visibility to good practices on the topics addressed, and to help develop skills and competencies on peace, global citizenship, human rights and collective wellbeing/public happiness (1st, 2nd, 3rd and 4th year);**
- **a Massive Online Open Course on "Peace and Public Happiness Sustainability" (2nd year, condensed version);**
- **a distance learning Post-Graduated Program on Peace and Public Happiness Sustainability (3rd and 4th year);**
- **Laboratories of Supervised Internships on peace actions and education in territories involved at the national and regional levels (2nd, 3rd and 4th years);**
- **Creation of pedagogical material (3rd and 4th years)**
- **Research projects (3rd and 4th years);**
- **Scientific and dissemination publications (Master Thesis, Doctoral Thesis, scientific papers, a book) (4th year);**
- **Seminars (2nd and 3rd years);**
- **a final Conference presenting the footprint of the Chair (involving all the partners), focusing on transference of knowledge, and also in rigorous evaluations based in qualitative and quantitative indicators (evidence-based impact assessments to promote a learning culture) (4th year);**
- **Merit and Innovation Awards (for best practice/organization; for best research; for best publication) (4th year).**

Accordingly, as qualitative results we foresee an increase of knowledge at postgraduate level, but also at all the levels of teaching (due to training teachers, educators and community leaders) having as consequence better prepared citizens to cope with the needs for peace in their countries. We expect that those trained by the program – through classes, supervised internships and participation in the

Observatories - will be abler to apply the science of peace and wellbeing, in their own territories and communities.

The annual Symposiums to disseminate good practices on cultures of peace and the yearly Workshops to develop skills and competencies on peace, human rights, global citizenship and wellbeing will also be a vehicle to attain qualitative outcomes. In particular, the benchmarking among diverse projects in diverse communities and countries, and the development and practice of competencies such as non-violent communication, solution-oriented methods, empathy, gratitude, fraternity, mediation, problem-solving, critical thinking, active non-violence, among others.

4. Conclusion

> **"Looking back, say 50 years, the progress in peace and conflict studies is astounding (…). Perhaps one of the most important factors indicative of this progress (…) is the use of the word 'peace' itself. Peace is used unashamedly, no apology needed, as a subject to be explored in all possible directions, no holds barred." Johan Galtung and Charles Webel, 2007, p. 397**

Peace education and peace studies are essential components of a nascent human interdisciplinary and transnational science of well-being, one in which managing conflict, but also promoting virtuousness and the best in people plays a key role.

In the area of education, the contemporary tendency is towards quality global and sustainable education that aims to build the knowledge, competencies, attitudes, behaviours and values that will enable anyone to leave in a sustainable and wellbeing context (UNICEF, 2014), promoting a value more important than national interests and transcending paradigms. It is a right of all and is a long-term process that can take place in any learning environment.

Peace, like happiness or justice, is sometimes less tangible and at other moments an amazing social gift. It is always potentially within us, even if difficult to discern and ostensibly impossible to accomplish everywhere and every time. The quest for peace may seem quixotic, in special because peace is not either faultless or eternal.

As Cabezudo and Haavelsrud (2007, p. 294) defend,

> **"peace education and the praxis and learning that it entails, is a challenge across genders, generations and cultures and an important part of life-long leaning. Peace education – peace learning – takes place in informal, non-formal and formal settings. It involves cultural action for peace and this organic set of actions helps shape the way in which peace is defined and generated in different contexts".**

While we are aware of the limitations and challenges of peace education, this project is our dream for one of so many imagined alternative peaceful futures, that might contribute, in its humility, to endure a long-lasting, ethical and positive peace. Sustained peace is a shared task and responsibility that needs to be fulfilled and is a common responsibility and a critical interface with all major goals of sustainability and happiness – without moralism, but with transformative pragmatism.

REFERENCES

ARGYLE, M. (1991). ***Cooperation: The Basis of Sociability*****. New York: Routledge.**

ARENDT, H. (1998). ***The Human Condition*****. (2nd ed.) Chicago: University of Chicago Press.**

ARONSON, E. (2000). ***Nobody Left to Hate: Teaching Compassion after Columbine.*** **New York: W. H. Freeman.**

ARONSON, E., & Bridgeman, D. (1979). Jigsaw groups and the desegregated classroom: In pursuit of common goals. ***Personality and Social Psychology Bulletin, Vol. 5,*** **pp. 438-446.**

ARONSON, E., & Patnoe, S. (1997). ***The jigsaw Classroom: Building cooperation in the classroom*** **(2nd ed.). New York: Addison Wesley Longman.**

ARONSON, E., Blaney, N. T., Stephan, C., Rosenfield, R., & Sikes, J. (1977). Interdependence in the classroom: A field study. ***Journal of Educational Psychology, Vol. 69,*** **pp. 121-128.**

BANNINK, F. (2010). ***Handbook of Solution-Focused Conflict Management*****. Cambridge: Hogrefe.**

BION, W. R., & Richman, J. (1943). Intra-group tensions in therapy. ***Lancet, 2*****, pp. 678-681.**

BOWER, G. H. (1981). Mood and memory. ***American Psychologist*****, 36, pp. 129–148.**

BRUNI, L., & Porta, P. L. (2016). Happiness and Quality of Life reconciled. ***Handbook of Research Methods and Applications in Happiness and Quality of Life*** **(pp.1-19). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publising.**

CABEZUDO, A., & Haavelsrud, M. (2007). Rethinking peace education. In C. Webel & J. Galtung, *Handbook of Peace and Conflict Studies* (pp. 279-298). New York: The Routledge.

CARMO, H. (2016). *A paz e a cidadania global no contexto de uma estratégia de educação para a cidadania*. Paper presented at Simpósio Internacional de Educação e Pedagogia sobre Paz e Cidadania global. Lisboa.

COLLIN, C., Benson, N, Ginsburg, J., Grand, V., Lazyan, M., & Weeks, M. (2011). *The Psychology Book*. London: Dorling Kindersley Limited, Penguin Group.

DAN-GLAUSER, E. S., & Gross, J. J. (2011). The temporal dynamics of two response-focused forms of emotion regulation: Experiential, expressive, and autonomic consequences. *Psychophysiology, 48:* 1309–1322

FREEDMAN, M. (2000). War and Conflict. In A. E. Kazdin (Ed.). *Encyclopedia of Psychology*, Volume 8 (pp.223-225). New York: Oxford University Press.

GARDNER, H. (2006). *Changing Minds: The Art and Science of Changing Our Own and Other's People Minds*. Boston, MA: Harvard Business School Press.

GLOBAL PEACE INDEX. Retrieved 24 of February 2017 from http://economicsandpeace.org/

GLOBAL PEACE STUDIES - San Francisco University. Retrieved 29 January 2017 from http://bulletin.sfsu.edu/courses/E=GPS/

GUTERRES, A. (2017). Sustainable peace for all. *UN General Assembly high-level dialogue, January 2017.* Retrieved 12 February 2017 from http://www.un.org/pga/71/event-latest/building-sustainable-peace-for-all-synergies-between-the-2030-agenda-for-sustainable-development-and-sustaining-peace/

IEP - INSTITUTE FOR ECONOMICS AND PEACE (2016). Retrieved 14 of February 2017 from http://economicsandpeace.org/

LEU, L. (2003). *Nonviolent Communication Companion Book: A practical guide for individual, group or classroom study*. Encinitas, CA: PuddleDancer.

LOFTUS, E. (2005). Planting misinformation in the human mind: A 30-year investigation of the malleability of memory. *Learning & Memory, 12* (4), pp. 361-366.

MARUJO, H. Á., & Neto, L. M. (2014). *Felicitas Publica* and community well-being: nourishing relational goods through dialogic conversations between deprived and privileged populations. *Journal of Psychology in Africa, 1,* pp. 102-114.

---------- (2016). Quality of life studies and positive psychology. In L. Bruni & P. L. Porta (Eds.), *Handbook of Research Methods and Applications in Happiness and Quality of Life* (pp. 279-305). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.

MILGRAM, N. (1993). Stress and coping in Israel during the Persian Gulf War. *Journal of Social Issues, 49*, pp. 103-123.

MONTVILLE, J. V. (2000). Peace. In A. E. Kazdin (Ed.). *Encyclopedia of Psychology*, Volume 8 (pp.75-76). New York: Oxford University Press.

NETO, L. M., & Marujo, H. Á. (2013). Positive Community Psychology and Positive Community Development: Research and Intervention as Transfomative-Appreciative Actions. In H. Á. Marujo & L. M. Neto (Eds). *Positive Nations and Communities: Collective, Qualitative and Cultural Sensitive Processes in Positive Psychology* (pp. 209-230). Dordrecht: Springer.

PEARCE, W. B., & Littlejohn, S. W. (1997). *Moral Conflict: When Social Worlds Collide*. Thousand Oaks: Sage Publications.

PENNEBAKER, J. W. (1989). Confession, inhibition, and disease. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 22, pp. 211-245). New York: Academic Press.

ROSENBERG, M. (2003). *Nonviolent Communication: A Language of Life*. Boulder, Colorado: Sounds True.

---------- (2012). *Living Nonviolent Communication: Practical tools to connect and Communicate Skilfully in Every Situation*. Boulder, Colorado: Sounds True.

SCHRODT, P. A. (1983). A Model of Sporadic Conflict. In D. A. Zinnes (Ed.), *Conflict Processes and the Breakdown of International Systems*. Denver: Graduate School of International Studies, University of Denver.

SEN, A. (2005). Human rights and capabilities. *Journal of Human Development,* 6 (2): pp. 151–166. *doi:10.1080/14649880500120491*. Pdf version

SOUSA FRANCO, M. (2007). *Diário da Assembleia da República*, I Série, nº 92, 8 de Junho de 2007, pp. 49-51.

---------- (2009). Atentados contra a Vida e Dignidade Humana - A Violência e as Mulheres, Violência - Não!, Nacional Seminars on Violence, 28 and 29 of November, 2005, Pro Dignitate Fundação de Direitos Humanos. *Gráfica de Coimbra*, Coimbra, pp. 55-64.

---------- (2015). No Centenário da "Educação Cívica" de António Sérgio, proposta de "Educação para a Felicidade". Paper presented at Homenagem a António Sérgio, Lisboa - Liceu Camões, December 2nd, organized by CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, published on CASES: www.cases.pt

---------- (2016a). Agenda 2030 da ONU: uma sugestão. Jornal *Observador*", June 7th, and Jornal "Campeão das Províncias", Coimbra, June 16th.

---------- (2016b). *Educação para a Paz Global - Proposta Educativa: ponto da situação*. Lisboa, 13 de Julho: Unpublished paper.

---------- (2016c). Urge educar para a Paz, no Ano Internacional do Entendimento Global, publicado no jornal online *Observador*, 17 de Junho.

THE GOOD WORK PROJECT. Retrieved 23 February 2017 from http://thegoodproject.org/projects/the-good-work-project/

UNITED NATIONS, General Assembly, Seventieth session. (2017). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development* (A/RES/70/1). Retrieved 27 August 2016 from: http://undocs.org/A/RES/70/1

WEBEL, C., & Galtung, J. (2007). *Handbook of Peace and Conflict Studies*. New York: The Routledge.

WEBSTER's *Third New International Dictionary of the English Language* Unabridged (1993). Springfield, IL: Merriam-Webster, Inc.

WOLPE, J. (1969). *The Practice of Behavior Therapy*. New York: Pergamon Press.

UNICEF (2014). Retrieved 28 August 2016 from: WWW.UNICEF.ORG/education and http://learningforpeace.unicef.org

Yunus, M. (2007). Retrieved 14th February 2017 from http://www.muhammadyunus.org/index.php/professor-yunus/publications/creating-a-world-without-poverty

ABSTRACT

Peace concepts, aspirations, propositions and tactics have changed throughout history. Historic age, culture, politics and science affected the thoughts about the ideal of an everlasting peace - the eternal dream – but peace has been mostly considered a nobel aim, and the capacity for peace was predominantly contemplated as an individual and social virtue, and a learning asset. Therefore, throughout the years, peace education programs emerged. The current state of the world keeps reminding us that more efforts to create peace are not redundant, and that there is an urgency to keep developing and spreading more initiatives on education for peace, in particular scientifically based, rigorously assessed, flexible, and straightforward programs that can be deliver to the simplest and the most complex world arenas. This article addresses a framework for a humble, but also distinguished and valuable input to understanding and promoting peace, that refers to the contribution that surfaced from the emergent positive psychology movement, namely its studies on collective wellbeing and public happiness. Positive psychology is the scientific study of what enables individuals and communities to thrive, and peace is clearly one crucial aspect towards human flourishing. Both – positive peace building education and positive psychology - are strengths-oriented and aim for the optimization of the best in people, focusing attention and strategies in developing the peak functioning of individuals, groups, communities and nations. The study and promotion of virtuousness, goodness, social cohesion, justice and wellbeing is therefore inherent to the framework of the Education for

Global Peace Sustainability Project - *E=GPS*. The contextualization and specifics of the program, and its consubstantiation and aims, are therefore detailed.

KEY-WORDS

Peace; Peace education; positive psychology; wellbeing; happiness studies

RESUMO

Os conceitos de paz, e as aspirações, proposições e tácticas pela pacificação, mudaram ao longo da história. O momento histórico, a cultura, a politica e a ciência afectaram os pensamentos sobre o ideal de uma paz duradoura - o sonho eterno - mas a paz tem sido considerada, genericamente, um objectivo nobre, tendo a capacitação para a paz sido predominantemente contemplada como uma virtude individual e social e um recurso de aprendizagem relevante. Em consequência, ao longo dos anos foram surgindo programas de educação para a paz. O estado atual do mundo continua a lembrar-nos que não é redundante realizar mais esforços para gerar a paz, e que há mesmo uma urgência para continuar a desenvolver e difundir mais iniciativas sobre educação para a paz, em especial que tenham base científica, avaliação rigorosa, sejam flexíveis e possam ser aplicados nas arenas mundiais mais simples e nas mais complexas. Este artigo aborda uma proposta para uma contribuição humilde, mas também distinta e considerada valiosa, para entender e promover a paz, e refere-se à contribuição que emergiu do recente movimento de psicologia positiva, ou seja, dos estudos sobre bem-estar coletivo e felicidade pública. A psicologia positiva é o estudo científico do que permite que os indivíduos e as comunidades prosperem, e a paz é claramente um aspecto crucial para o florescimento humano. Ambos - educação positiva para a construção da paz e psicologia positiva - são orientados para a optimização do melhor das pessoas, concentrando atenção e estratégias no desenvolvimento do funcionamento óptimo dos indivíduos, grupos, comunidades e nações. O estudo e a promoção da virtuosidade, do bem, da coesão social, da justiça e do bem-estar é, portanto, inerente ao quadro do Projecto de Educação para a Paz Global Sustentável (E=GPS). A contextualização e as especificidades do programa, e a sua consubstanciação e objectivos, são detalhados neste texto.

PALAVRAS-CHAVE

Paz; Educação para a Paz; Psicologia Positiva; Bem-estar; Estudos da felicidade

REVISITANDO "TANTA GENTE, MARIANA!":

TESSITURAS FEMININAS NA NARRATIVA DE MARIA JUDITE DE CARVALHO

Catarina Inverno

Universidade Nova de Lisboa

> **"We turn to literature to discover what makes other human beings suffer and laugh, hate and love (…). A novel or a poem or a play, or a theoretical essay for that matter, is an attempt to make others see something that really matters to the writer."[1]**

A literatura é na sua textualidade um espaço particular de reconfiguração do real pela codificação em que o reflecte, o produz ou o reinventa a partir da leitura interpretativa vivencial do Eu, seja enquanto produtor seja como seu consumidor nesse processo bidimensional em que se (re)constrói a narrativa. Tal compreender-se-á domínio privilegiado em que a linguagem se precisa, se transfigura e se cumpre[2] no diálogo estabelecido pela presença ausente ou subjacente dos interlocutores que, nesse espaço dialogal, condicionam o enunciado nas várias interpretações. A escrita é assim foco de leitura plural, pelo que se entende gérmen de exposição de quem se denuncia ou confessa literariamente e de identificação do(s) interlocutor(es) com a narrativa do Eu que se expressa em sensações verbalizadas reveladoras de si e da realidade que nesse filtro pessoal (re)desenha. Podemos assim compreender a literatura enquanto veículo de revisitação da realidade balizada temporal e espacialmente, isto é, como meio de interação nessa "inusitada alegria de comunicar com o outro, que de algum modo o compreende, através de uma mensagem

---

*** NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA: Catarina Inverno é doutoranda em Línguas, Literaturas e Culturas; mestre em Estudos Sobre as Mulheres – As Mulheres na Sociedade e na Cultura; e licenciada em Línguas e Literaturas Modernas na variante de Estudos Portugueses e Ingleses pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde concluiu também o Ramo de Formação Educacional. Tem outras formações em áreas associadas, nomeadamente pela Universidade de Lisboa e pela Cambridge University. Integra os grupos de investigação CICS/Faces de Eva e IELT como investigadora colaboradora. Coordenou os números 25 e 30 da revista *Faces de* Eva e tem promovido eventos nas áreas dos Estudos sobre as Mulheres, Literatura, Cultura e Educação. Recebeu em 2011 o Prémio de Mérito de Melhor Mestre pela FSCH/NOVA.**

[1] Moi, 2008, p. 268.
[2] Kristeva, 1988, p. 329.

estruturada, de modo a fazer ouvir a voz silente, mas viva do significante"[3], independente a qualquer subjectividade. Nas suas vertentes de escrita e de leitura, o texto literário assumir-se-á então instrumento de formação do indivíduo, de identidade e de pertença, assim como ferramenta de afirmação de si (na concretização verbal de desabafos, ansiedades, expectativas ou frustrações, por exemplo) e do real ou fuga a este.

Para Jones[4] a literatura será no feminino, pelo feminino e para o feminino uma resposta consciente às realidades sociais e culturais que, segundo Irigaray[5], subversivamente se desenvolve no cerne do discurso patriarcal, nomeadamente ao vozear silêncios impostos pela condição de Outro face a um padrão masculinizado substancialmente vigente. Se considerarmos, por exemplo, no século XX português o reencontro social e cultural com o "ser mulher" far-se-á singularmente por via plumitiva em obras de cariz literário ou não, mas que comummente buscam a partilha de uma realidade subtilmente paralela às narrativas constituídas dogma social.

Como nos panoramas da restante Europa e americano, o Eu feminil desvela-se na observação masculina, mas afirmar-se-á igualmente nas questões de feminilidade e, particularmente na primeira metade do século passado, de cidadania através de uma escrita dita como sendo própria. Ao longo das décadas desse século questionaram-se também formas e conteúdos literários, padrões e estilos que de algum modo se concretizaram desvios à tessitura social e cultural que, nomeadamente ao longo das primeiras décadas do Estado Novo, se pretenderá manter imperativamente. Na verdade, em articulação com a tríade salazarista Deus, Pátria e Família há a considerar a funcionalidade padronizada do feminino e do masculino. É certo que pelas palavras de Ana de Castro Osório, Maria Archer, Irene Lisboa, Maria Lamas, Florbela Espanca enquanto João Falco, entre outras, se compreende a voz de um feminino silenciado que se revela nas suas falências, nos seus anseios, nas suas verdades ou desassossegos. Nestes, como em outros exemplos, a Mulher afirma-se objecto literário, mas igualmente agente produtora de narrativa ao contemplar-se na

[3] Fernandes, 1995, p. 337.
[4] Jones, 1981, p. 330.
[5] Irigaray, 1997.

realidade e desvelar-se de acordo com a que tem como lhe sendo, feliz ou infelizmente, própria. Todavia, estes punhos feminis da narrativa portuguesa não descuraram naturalmente o outro lado social masculinizado – afinal, qualquer todo se constitui nas suas duas metades e não se concretizará verdadeira e/ou verosimilmente se na sua referencialidade se ausentar de uma das suas partes. Neste sentido, não estranhemos por exemplo personagens como Adérito no conto juditiano "A Vida e o Sonho" de Tanta Gente, Mariana!, esse indivíduo que se preenche na invariabilidade do real concreto e rotineiro e dessa fantasia parca da determinação que transfigura o irreal consumando-o. Do mesmo modo se leem também as mulheres (mesmo se na perspectiva parcial do Eu masculino) nas narrativas de Manuel da Fonseca, Luís de Sttau Monteiro, Manuel Alegre, entre outros. Lembremos em jeito de exemplo os parágrafos do conto "O Largo" de O Fogo e as Cinzas de Manuel da Fonseca, cujo narrador não esqueceu, mesmo nessa cenarização invariavelmente varonil, as mulheres e a esfera privada e familiar a que se mostram condicionadas primeiro e, posteriormente, pela transformação sofrida nos espaços físico e social nessa desvinculação à esfera íntima do lar – mudança metaforizada na libertação feminina patente nos cabelos soltos e curtos e nos lábios pintados em que se apresentam ao exterior familiar quando só então saem sozinhas.

É um facto que o país se tem naturalmente transformado nas suas diversas dimensões ao longo de mais de quatro décadas pós-Revolução dos Cravos. Naturalmente a literatura o reflecte. Não obstante, os cenários quotidianos mantêm, à luz da actualidade literária, questões que se prenderão a uma intemporalidade persistente no que retratam como se a questão que Betty Friedan designou há cinquenta anos como "the problem with no name" em *The Feminine Mystique* (1963) não só diga respeito a esse feminino (ou feminismo) americano(s) – e a outros independente de geografias, como também aos homens autonomamente à sua nacionalidade. Será então este vazio perturbador que se alimenta de rotinas factor existencial de todo e qualquer indivíduo? E como se manifesta desde então no indivíduo feminino que a literatura em Portugal, mesmo na transição à Democracia, perpetua?

Segundo Cixous, a escrita feminina resulta do reencontro da mulher com o seu corpo, pois, recuperando a sua sexualidade, libertar-se-á do discurso centrado no falo e alcançará identidade, tornando inesgotável a sua produção literária[6]. Tal manifestou-se particularmente na literatura nacional pelo cunho feminino (veja-se o exemplo da literatura de cariz erótico de Maria Teresa Horta ou outras literaturas como a de Maria Velho da Costa e de Isabel Barreno muito para além das Novas Cartas Portuguesas, entre outras). Por exemplo, Maria Judite de Carvalho transborda esta delineação identitária no conto novelístico "Tanta Gente, Mariana!" quando, pelo confronto do Eu físico com a certeza do seu fim, investe a protagonista numa viagem interior pela memória enquanto percurso de conhecimento de si e, pelo exemplo da personagem, de análise ensaística das condicionantes da circunstância feminina em Portugal nos meados do século XX. A índole intimista do discurso materializa essa procura do Eu de si mesmo na dualidade do seu isolamento (não obstante o grupo humano em que se emoldura) num contexto imagético de um quotidiano (des)interessantemente banal – não fora o diagnóstico médico de fatalidade recente da situação de Mariana. É neste quadro que o discurso narrativo de Maria Judite de Carvalho, tornando a personagem central narradora da sua própria narrativa, ganha contornos de uma confissão pública de um tempo que se centra caricaturalmente nas vivências de Mariana e que reflecte ou deveras questiona problemáticas sociais e existenciais como a solidão, a insatisfação do indivíduo (nomeadamente feminino) e as clausuras da sociedade nos princípios que aparentemente defende e perpetua.

A narradora estrutura em "Tanta Gente, Mariana!" os relatos episódicos das suas vivências não de forma linear, mas sobrepondo-os numa construção metafórica da (des)construção de si. Não consideraremos este percurso interior labiríntico, porque toda a acção a desvelar é passada e é nessa relação passado/presente que nos vai sendo contada. As analepses, até pela sua brevidade, acentuam o idealismo inicial da narrativa traduzida na consciência de Mariana da proximidade do seu fim: a vida é breve, precária e transitória, como se apelando à vivência do momento nesse *carpe diem* de Pessoa enquanto Reis mesclado à não estranheza da novidade constante do mestre pessoano de quem olha como novo o que, na verdade, sempre lhe fora

[6] Cixous, 1975.

constante: "Cheguei há pouco e lembro-me vagamente de ter vindo. (…) O mundo é de repente um amontoado de coisas estranhas que vejo pela primeira vez e que existem com uma força inesperada. O pessegueiro do quintal a preparar-se para a flor, a velha cadeira desventrada onde costumo sentar-me, a cama de florão, que já pertenceu à mãe da D. Glória. Imagens trémulas que por fim mergulham no mar das minhas lágrimas"[7].

Essa experiência feita numa viagem física, aparentemente pouco demorada, entre o consultório (lugar de revelação, de exposição pública e, consequentemente, de aparência) e o quarto alugado (domínio privado, de intimidade e nesse sentido de fraqueza) compreende-se suficientemente (in)temporal para reviver criteriosa e analiticamente pela memória a sua vida. É também espaço de transição entre os círculos público e privado, pelo que a aparência serena no consultório – perante o médico enquanto Outro – se desmorona na clausura da intimidade do espaço tido como interior. Assim, o confronto de Mariana com a certeza da morte condu-la ao confronto com a sua vida, evidenciando, por um lado, a inalterabilidade do tempo e, por outro, o drama existencial da protagonista. É pois nessa interacção e inter-relação passado/presente, despoletada pela consciência do real, que a narradora explicita esse aprisionamento estereotipado e predestinado da condição do "ser mulher" e salienta os sentimentos de fracasso, frustração e insatisfação do Eu relativamente a si e ao(s) Outro(s). Assim, Mariana paralela e paradoxalmente se (des)constrói como Eu singular dotado de valências próprias e como pertença da multidão em que se insere, esse todo que lhe regulará atitudes e comportamentos, conferindo-lhe princípios sustentados pela prática comum que jaz nas definições ou imposições dos valores do contexto epocal. Não obstante, Mariana personifica a ambivalência do sujeito submisso e do sujeito desviante ao padrão social, isto é, demarca-se em duas caricaturas da realidade feminil portuguesa da época (como aparentemente se insurge na actualidade): no contraste com os seus pares evidenciado na relação e caracterização directa e indirecta do Outro social feminino (por exemplo, Lúcia e a mãe D. Corina) e na relação com o Outro social masculino.

[7] Carvalho, 2011, p. 9.

É pela visão do Outro feminino que se esboça a feminilidade na conjuntura de valores que regiam ainda a massa social portuguesa nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Neste tempo a mulher portuguesa crê-se ainda dotada de gestão e cuidados domésticos; já não confinada aos espaços interiores do lar, mas (ainda) educada nos princípios da família, da religião e do Estado; moderada nas atitudes e disciplinada nos comportamentos; e ainda substancialmente obediente à padronização social. Mariana contrasta. Ao entender essa condição imposta de "ser mulher" como antinatural e por isso obrigação, subverte o espaço comum social da época em que reside, problematizando naturalmente a(s) realidade(s) a este inerente(s). Se no discurso da mãe de Lúcia e no aparente comportamento da segunda (nunca afirmado, mas sempre meramente sugerido pela caracterização indirecta que é feita da personagem) se confirmam os limites do espaço doméstico e familiar como regalia de cuidado da mulher numa doutrina pregada e incutida geracionalmente, consideramos contrário a essa submissão comum o desvio de Mariana, mesmo se questionando a ausência materna nos processos de crescimento e formação individual como ditosa dessa inadaptação e desvio desta, já que a didáctica seria gizada socialmente e aplicada indivíduo a indivíduo de acordo com o papel social esperado. Na obra a narradora afirma então relativamente ao que observa no Outro feminil que lhe é próximo mesmo se diferente: "Logo em pequena recebeu da mãe um certo número de opiniões infalíveis que hade legar aos filhos, integralmente, ainda enriquecidas com os haveres do marido"[8]. Será assim, ainda neste período pós Segunda Grande Guerra, função da mulher "tornar mulher" pelos condicionalismos pré-existentes as suas descendentes, preparando-as para o futuro promissor de esposa e de mãe, numa parceria de inactividade por submissão da mulher contrastiva aos paradigmas de actividade masculinos. Nesse sentido, esta cultura de feminino transmitida de mãe para filha compreende-se como um dote que atesta as capacidades da segunda (e igualmente as da primeira pela missão que ainda lhe cabe enquanto educadora) – esse dote que Lúcia, como outras, "recebeu" da mãe e que compreende "um certo número de opiniões infalíveis", porque o indivíduo feminino poderá constituir-se opinativo mas não factual e, por isso, se deve orientar pelos

[8] Carvalho, 2011, p. 28.

dogmas que com ele são partilhados; essas "opiniões infalíveis" que irá traduzir e transmitir "integralmente" aos seus filhos, rapazes e raparigas, para que a padronização social se conserve e sejam estes aceites pelos seus pares; esse dote sentencioso que se enriquecerá materialmente pois, cumprindo o elemento feminino o seu papel, o elemento masculino consumará o que lhe cabe, ou seja, garantir a vida material substanciada da sua família. Assim, ao que pela via feminina é maquinalmente amestrado, enriquece-se o indivíduo nessas orientações formativas do ensinamento materno e na materialização da riqueza produzida pelo ascendente masculino.

Mariana contradiz esta perspectiva, sugerindo-se no contexto de então o desvio ao que aos olhos atuais se assume como natural ou comum (não obstante a valorização ainda considerada socialmente das faces conjugal e maternal das mulheres). Essa resistência consubstancia-se nomeadamente em dois momentos ao longo da narração: na construção da figura materna e, paralelamente, na suposta tolerância da sua própria marginalização pela consciência de si edificada no reflexo da sua inexistência semelhante a Lúcia. Na primeira circunstância compreenderemos uma desconstrução do retrato feminino de décadas anteriores em que, genuinamente, o indivíduo-mulher se constituiria elemento interno ou interior ao lar num espectro mais marcante que na geração de Mariana. É a protagonista quem nega a inflexibilidade da figura materna estereotipada, coagindo-a na sua construção pessoal enquanto modelo por si considerável. Mariana, em resultado de querer "saber como era essa mãe"[9], personifica nessa sua configuração maternal o modelo desviante que ela mesmo corporizará na narrativa. Para Mariana, – e, aparentemente, soberano às circunstâncias epocais mais rígidas e perentórias – aquela que lhe dera a vida não seria uma "escrava" por gosto da sua casa como D. Corina: "fazia a comida, tratava da roupa [porque] (não tinham criada) mas não era uma boa dona de casa, isso não"[10]. Na imagética de Mariana, mais do que a sua condição social ou de género, a predisposição hereditária aparenta-se conjuntura para a sua realidade. Sugere essa inevitabilidade de ser filha de alguém que rompe com o rotineiro, o comum, o

[9] Carvalho, 2011, p. 45.
[10] ***Ibidem***.

submisso ou, de igual modo, sugere-se certa de que não poderia ser filha de quem o fosse, como se assim justificando a forma como se vê, a realidade humana com que se identifica, a imagem que tem de si para si. Nesse compósito Mariana não poderia ser parte de uma estrutura de submissão – sê-lo seria "não ser" na composição narrativa em que se encontra inserida, perdendo o protagonismo ou realidade, dadas as intenções subjectivas da sua agência intencional legitimadora de uma sociedade que se pretende desvelar e que se critica nos seus limites e excessos. Assim, a mãe de Mariana, mesmo cozinhando e tratando da roupa (acções justificadas pela ausência de uma serviçal), não seria boa dona de casa, aquela que por condicionantes económicas se verga ao trabalho doméstico ou, quando munida de conjunturas suficientes, contrata quem se debele nesses afazeres: "Se são pobres, esfalfam-se a trabalhar, se são remediadas ou ricas arranjam uma ou mais pessoas para se esfalfarem em seu lugar"[11]. Para Mariana estas mulheres não são viventes das suas existências, mas aquelas para quem as vivências do seu tempo de vida não se concretizam por se acondicionarem, quer activa quer passivamente, aos afazeres do lar. São estas mulheres como marionetas de uma realidade que integram, mas na qual aparentemente não tomam parte activa: "A vida a correr lá fora, os maridos e os filhos a correrem com a vida, metidos nela, e as donas de casa a esfregar, a limpar, a dar brilho aos metais. Ou a ver as outras a fazê-lo. (…) O que a vida já correu e elas sem a verem. Sem darem por nada"[12]. Mariana não se concebe assim; a sua identidade desvela-se imprópria a estes propósitos. Talvez por isso e porque em processo de autoconhecimento tolere a marginalização a que será sujeita por aquela que, mesmo sendo seu par (a "amiga de sempre e para sempre"), lhe é espelho por inversão (ou subversão?) da sua identidade. É pois pela realidade de Lúcia, nomeadamente familiar e em particular marital, que a narradora nos conduz ao confronto com a realidade que retrata. Lúcia personifica em si todas as mulheres que "sabe[m] fazer tudo" por ser "muito importante para uma mulher" e "os homens gosta[re]m de ter a casa arrumada, a roupa arranjada, as refeições a horas"[13]. Assim, enquanto Lúcia materializa a mulher que sabe "conservar o seu bom-nome"[14], Mariana desvincula-se

[11] ***Ibidem***.
[12] ***Ibidem***.
[13] Carvalho, 2011, p. 45.
[14] ***Idem***, p. 44

dessa realidade, por exemplo com a separação de António e nas especificidades da sua relação com Luís Gonzaga. É pois também na construção das suas relações com o(s) Outro(s) masculino(s) que o esboço de falência talhado por comparação com as outras figuras femininas e pela sua representatividade na obra se completa, totalizando uma imagem feminil esclarecedoramente de rupturas.

Estas fracturas ou cisões que pautam a vida de Mariana na reflexão analéptica que narra justificam o autorretrato, materializando comparativamente a visão do Eu de si mesmo, do seu isolamento e do seu fracasso (em particular face ao Outro que, colectivamente, concebe expetativas impositivas referentes a si): "A minha vida é como um tronco a que foram secando todas as folhas e depois, um após outro, todos os ramos. Nem um ficou. E agora vai cair por falta de seiva"[15]. A comparação imagética transcrita restaura a metáfora da árvore literariamente corrente não sugerindo a força comummente associada, mas o seu contrário, reiterando a passagem temporal e as experiências vividas nessa transitoriedade como factores de uma gradual (mas constante) perda de vida que, nesse processo e de forma sentenciada, se vai anunciando. Trata-se ainda de uma sugestão de causas exteriores ao Eu que se desagrega e que se transfere dessa mutilação exterior para a interiorização dessa vida progressiva ou gradativamente ressequida. A predisposição para esta morte social, emocional e psicológica anunciada – paralela e contrastiva à morte física, conjuga-se quase medievalmente na postura do Eu feminino relativamente ao Eu masculino que a legitima: primeiro por via paterna e depois na conjugalidade. Por isso refere a narradora nesse tom confessional que "nem o (…) pai (…), nem mais tarde o António e depois o Luís Gonzaga"[16], porque a abandonaram e consequentemente a remeteram ao isolamento, lhe possibilitaram realizar-se, ou seja, impossibilitaram-na de adquirir essa "seiva" necessária ao Eu enquanto Eu individual e que, sendo inexistente, a fará "cair". Há pois a sugestão de uma inadaptação à realidade consequente do desvio ao padrão protagonizado por Mariana, a fatalidade no paralelismo entre o Eu ressequido em si e o corpo que se desvela manifestamente caduco pela doença na certeza da morte, o autoconhecimento como fruto possível do processo de catarse dos seus

[15] ***Idem*, p. 14.**
[16] ***Ibidem*.**

fantasmas passados. Mariana desconstrói-se então pela sua relação com o pai, que falecendo prematuramente assim a isola na sua própria realidade; pela sua relação com António, o marido que a troca por Estrela com quem casa não meramente no registo, mas perante Deus e os homens; pela sua relação com a maternidade abruptamente não experienciada com o aborto sofrido e obstada pelo mesmo; e pela sua relação não consumada com Luís Gonzaga no assombro de um sacerdócio imposto.

É esta a constatação de Mariana que inicia o processo inconsciente, porque não planeado ou propositado, do regresso a si mesma perante a certeza, o imediato e a inevitabilidade da morte. Esse "hoje (…) vinte de Janeiro" inicia a contagem para o fatal, o que não lhe possibilita opção ou escolha – essa "verdade pomposa, carregada de palavras difíceis, muito técnicas"[17], e que, principalmente, a confronta com a sua solidão presente como parte confinante de toda uma trajectória de vida passada: "Sinto-me só, mais do que nunca, ainda que sempre o tivesse estado. Sempre."[18].

É, pois, nestas dicotomias Vida/Morte e Passado/Presente que concomitantemente Mariana se dá a conhecer a si mesma e ao seu interlocutor. Se momentaneamente a protagonista é protótipo estereotipado pelo tecido social – casada com António e ansiosa e firmemente nutrindo o desejo de maternidade, logo parece encaminhar-se fatalmente para a rutura dessa condição de sujeito-mulher plena com o abandono do marido, a casualidade da gravidez vivida singularmente, as exigências de independência consequentes dos fatores anteriores e a incapacidade de o concretizar. A sociedade enquanto meio confere-se (então e mesmo no presente) de preconceitos que a priori desmantelam as hipóteses de integração ou pertença de um indivíduo feminino com as particularidades de Mariana, sejam estas características ou esses condicionalismos casuais ou imperativos. A perda gradual (e já não latente) de vida de Mariana será assim igual e simbolicamente a privação da vida em sociedade mediante os padrões sociais instaurados, assim como o descompromisso com a sua emancipação. É neste sentido que consideramos a falência social de Mariana simultânea, inevitável e consequente à sua falência pessoal, pelo que o processo

[17] **Carvalho, 2011, p. 12.**
[18] ***Idem*, p. 13.**

iniciático da viagem pela consciência da morte à consciência da vida se traduz no esvaziamento do sujeito de si e de si na realidade que compreende como sua.

Numa época literária empenhada profundamente ora na luta social ora tendencialmente evidenciando aspirar à evasão (pelo sonho ou pela viagem, por exemplo) face à clausura do país; num espaço físico e temporal "suspenso no vácuo, como se nada se passasse, em total rutura com a realidade contemporânea"[19]; e num clima de fechamento coletivo, Maria Judite de Carvalho traduz no seu universo literário e, em particular, nas suas personagens femininas a infinita solidão do isolamento, tantas vezes imposto pela sociedade em que as personagens se parecem asfixiar pela realidade ou se procuram evadir pelo sonho e pela imaginação. Na narrativa de Maria Judite de Carvalho "nada é como deveria ser: os caminhos são quase sempre paralelos, o desencontro é permanente e quando há encontro há desentendimento na maneira de se conceber a vida"[20]. É essa concepção ou o choque entre realidades que se constituem singularmente diferentes o que modela a visão lírica de um Eu, que se desvela perante os seus colocutores, à crónica de costumes enquanto retrato de uma sociedade reflectida pelo sujeito enunciador a partir das suas vivências pessoais e, de forma reconstruída, pelos Outros que, pelas suas narrativas de vida, lhe atribuem significado ou significação. É, segundo Jacinto do Prado Coelho, esta "febre lúcida"[21] que possibilita penetrar na solidão e traumas individuais dessas vidas literárias (e quiçá indiscutivelmente reais) cuja existência parece sem ânimo ou não insuflada. Até mesmo neste sentido, a literatura serve de espelho ou de janela "fingida", porque traduz não o exterior, a aparência ou visível, mas o interior, o íntimo ou impercetível.

Assim, como em outras obras, Maria Judite de Carvalho em Tanta Gente, Mariana! joga com os contrários: por um lado desvelando esse Eu solitário que coexiste no espaço físico e o coabita com a multidão em que socialmente se inserirá, mas com que intimamente se confronta; por outro lado, reportando uma realidade sujeita a reflexão pela problematização que dela é feita nesse mesmo retrato,

[19] Esteves, 1999, p. 24.
[20] *Ibidem*.
[21] Coelho, 1980, p. 278.

nomeadamente pelo desengano do título da obra que desde logo contraria a ideia de solidão – esta que é assunto basilar a toda a narrativa e que, perspicazmente, na aglutinação de "Maria" e "Ana", que formam o nome da protagonista e que simbolicamente são referentes" a senhora cheia de graça", serve de veículo à (re)construção ou reconhecimento da identidade própria. No texto juditiano pela voz narrativa trabalha-se assim a "arte do implícito"[22] nessa consciência de que como "todos os escritores, no momento em que escrevem, têm presente um público para além deles próprios"[23] e que, nesse "saber calar" participam na construção da identificação ou reconhecimento do público leitor que escuta essas narrativas com as personagens que personificam a ação. Há a considerar pois a leitura do "não dito", esse que traduz a intenção solícita do emissor que, tornando a arte literária seu agente, tanto extravasa o dizível ou verbalizável como o esperado pelo cânone social.

Em "Tanta Gente, Mariana!", o processo juditiano não marginaliza, não critica ou vitimiza a protagonista. Não há pretensão de construir uma imagem de vítima de circunstâncias, mas a de uma mulher que, apesar das suas falências individual e social, se realizou enquanto indivíduo porque vivente de uma realidade construída por si no espaço urbano e comunitário em que, como ser social, deve buscar pertença. Não obstante, Mariana não se muda, não se transfigura, não se metamorfoseia com essa finalidade. E se, como afirmado por Berger e Luckman (1966), a identidade individual se forma através das etapas da socialização primária e socialização secundária, por certo em Mariana os pressupostos do mundo interiorizado e aceite pelo indivíduo sem questionamento – sobretudo nessa identificação proporcionada pelo "outro generalizado" – resvalam no decorrer desse processo de autoconhecimento (promovido pelo confronto com o seu fim e materializado nessa viagem física, mas essencialmente interior relatada na obra), um processo em que Mariana se descobre, se reconhece, se afirma e se realiza nesse sentido identitário, nesse "saber-se".

Assim, a protagonista da obra juditiana tomada por referência é não só exemplo de feminino não acolhido socialmente, aquela que desabita o espaço que lhe é peculiar e como se naturalmente reservado (lembremos que Mariana não vive numa

[22] Moisés, 1951, p.357.
[23] Escarpit, 1969, p. 165.

casa, mas num quarto que lhe serve não de corpo ou espaço de intimidade, mas de clausura), aquela que na lembrança fílmica da sua vida confirma e se consciencializa dessa não vivência da sua existência; Mariana é, todavia, a mulher que, na identidade de que se reveste, trouxe para si não os espartilhos da sociedade da sua época, mas a tentativa e, consequentemente, a possibilidade de uma construção de valências próprias. É assim que se realiza e assim que, enquanto personagem literária e pelo relevante papel que à literatura se concede, participa de forma mais ativa na construção e produção sociais. Mariana é essa "senhora cheia de graça" pela luz que literariamente transporta nas sombras da (ainda) condição feminina da mulher portuguesa no início da segunda metade do século XX, essa que contagiando as Outras participará na subtil construção, transformação e formação das sociedades presente e futura – essa que hoje, neste presente inicial do novo século, mais de quarenta anos passados da Revolução possibilitou a individualidade feminina, a visibilidade exterior ao lar, a desenvoltura social e profissional de muitas mulheres (apesar de todas as condicionantes que se vão, mais ou menos subtilmente, perpetuando) desde essa época em que pela voz de Um Homem não Chora Sttau Monteiro se questionava como "então o homem quer sair do seu planeta quando ainda não conseguiu, sequer, fugir da aldeia em que vive"[24].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, P. e Luckman, T. *The Social Construction of Reality*. New York: Doubleday, 1996.

CARVALHO, Maria Judite de. *Tanta Gente, Mariana!*. Alfragide: Leya, 2011.

CIXOUS, Hélène. "The laugh of the Medusa" in *Feminisms: An Anthology of Literary Theory and Criticism*. New Jersey: Rutgers University Press, 1975.

Coelho, Jacinto do Prado. "Maria Judite de Carvalho: As Palavras Poupadas" in *Ao Contrário de Penélope.* Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1980.

ESCARPIT, Robert. "A Obra e o Público – Os públicos" in *Sociologia da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1969, 165-189.

[24] **Sttau Monteiro, 2003, p. 14.**

ESTEVES, José Manuel da Costa. "Seta Despedida de Maria Judite de Carvalho: Uma forma abreviada sobre a dificuldade de viver" in *O Imaginário de Maria Judite de Carvalho*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1999.
FERNANDES, Maria da Penha Campos. *Mimese Irónica e Metaficção – para uma poética pragmática do romance (contemporâneo)*. Braga: Universidade do Minho, 1995.
IRIGARAY, Luce. "This sex Which Is Not One" in *Feminisms: An Anthology of Literary Theory and Criticism.* New Jersey: Rutgers University Press, 1997.
JONES, Ann Rosalind. "Writing the Body: Toward an Understanding of L'Écriture Féminine" in *Feminist Literary Theory* 7, 1981, 247-263.
KRISTEVA, Julia. *A História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1988.
MOISÉS, Massaud. "Maria Judite de Carvalho" in *O Conto Português*. São Paulo: Editora Cultrix, 1951, 357-361.
MONTEIRO, Luís de Stau. *Um Homem Não Chora*. Lisboa: Areal Editores, 2003.

RESUMO

Na proximidade do vigésimo aniversário do desaparecimento de Maria Judite de Carvalho há a recordar a mulher e a lembrar a autora de uma singular obra narrativa, dramática e poética. O universo juditiano revela uma multiplicidade situacional que concretiza a realidade observada (e cronicada) pela autora nos meados do século XX português e se traduz numa paleta diversa de figuras, habitualmente femininas, que germinam a possibilidade identitária de quem lê, assim denunciando esse real aparentemente impensado e firmado geracionalmente. Pelo conto "Tanta Gente, Mariana!" exemplifica-se essa padronização acompanhando a viagem introspetiva da personagem principal e o cenário físico e social em que a mesma se movimenta. Entre outras questões, somos levados à reflexão de um tempo de aparência pela mão de uma mulher que se constitui desvio à norma.

PALAVRAS-CHAVE

Maria Judite de Carvalho, feminino, "Tanta Gente, Mariana!", pós-Segunda Guerra Mundial, Portugal

ABSTRACT

In 2018 twenty years will have passed since Maria Judite de Carvalho's death. It is then a particular time to remember the woman and the authoress of unique narratives, theatre and poetry. Maria Judite de Carvalho's universe reveals a situational multiplicity that decodes reality as it is observed (as well as regularly chronicled) by the author in the middle 20th century. Such realism is translated through a wide variety of characters (usually female characters) that defy readers and identity/identities while denouncing a supposedly unthinkable reality that seems to be transmitted

throughout generations. "Tanta Gente, Mariana! exemplifies such pattern as if taking part of the main character's introspective journey or as if being part of the physical and social scenery that is recreated. Readers are then led to think about such sceneries as if taken by hand by a woman who considers herself a deviation from the norm.

KEYWORDS

Maria Judite de Carvalho, feminine, "Tanta Gente, Mariana!", post-World War II, Portugal

David Humphreys

A Connecticut Wit in Queen Maria's Court: David Humphreys on the Happiness, Future Glory and Industry of America

Lara Duarte

Universidade Católica Portuguesa

A word is dead when it is said,

some say.

I say it just begins to live

that day.

Emily Dickinson[2]

A proud American, not born and reared in Hartford, like Twain's Connecticut Yankee, but close enough, Derby native David Humphreys, one of a group of American writers collectively known as the Hartford Wits, did not sustain a blow to the head caused by a man armed with a crowbar, named Hercules, mysteriously awaken in Camelot and somehow become a minister in King Arthur's court – because he is not a fictional character. He was, however, accidentally appointed minister resident to the Court of Lisbon in 1791; and, like Samuel Clemens' Mr Morgan, would also come to realise the folly of partaking of the overly romanticised ideas of battle and chivalry surrounding America's early foreign policy – some would say a lot of its later foreign policy too – but that is a matter to be settled elsewhere.

As in A Connecticut Yankee in King Arthur's Court, a word of explanation is required.

---

[1] Lara Duarte is a senior member of the Universidade Católica Portuguesa Research Centre for Communication and Culture (CECC). She was Assistant Professor of North-American Culture and English at the Catholic University of Portugal (UCP) for many years and holds a Ph.D. in North-American Literature (University of Lisbon), an M.A. in English Studies (University of Lisbon) and a Post-Graduate Degree in Conference Interpreting (Universidade Autónoma de Lisboa/EU Commission). Her interests include Early American poetry, American culture, post-colonial literature and culture studies. She has published a number of papers on nineteenth-century American Poetry and Culture. In addition to lecturing, she is an EU ACI and interprets regularly in Portugal and abroad for national, regional and international organisations. She has also been a guest interpreter trainer at Universidade Autónoma de Lisboa and Universidade do Minho.

[2] Adapted from a paper presented at the 33rd Annual Meeting of the Portuguese Anglo-American Studies Association (APEAA), held at UCP, Lisbon, on 20-21 September 2012.

I

"International political economy is a growth industry," writes Helen Milner in her essay "International Political Economy: Beyond Hegemonic Stability" (1998, p. 112), and, according to the "the hegemonic stability theory,"[3] a stable and open world economy requires the dominance of one country, or leading power, "to coordinate and discipline" other countries and ensure the conditions conducive to economic growth (1998, p. 113). In other words, economics and politics dovetail. Paradoxically, free trade and economic growth would seem to require a hegemon, without which lack of stability and protectionism take root. By most accounts, throughout the 19th century that hegemonic power was still Great Britain. Yet, as early as the 18th century, the United States were debating how to secure commerce and navigation in the Mediterranean sea and exercise leadership to prevent "the depredations of the piratical states on the coast of Barbary" from spreading to the Atlantic, weighing whether, in the words of Thomas Jefferson in his 28 December 1790 "Report on American Trade in the Mediterranean", "to obtain peace by purchasing it" or "to vindicate their commerce by arms."

From the very inception of the American Republic in 1776, the United States had to contend with the piracy-as-diplomacy policy of the four main North-African powers, known collectively as the Barbary States – Algiers, Tunis, Tripoli and Morocco. For the Americans, independence was as much about commercial freedom as natural rights but, barely one year after the Treaty of Paris (1783) recognised the United States as an independent state, the Moroccan capture of the brig Betsey and the taking of her crew captive, followed by the Dey's demand for a peace treaty, including payment of a tribute to prevent the future taking of American merchant ships, drove home the harsh reality that economic independence was not a direct corollary of political emancipation.

The new nation deemed the way of peace to be most in line with its founding principles but the original choice of appeasement over war belied its claim to

[3] For more on the "hegemonic stability theory," cf. Charles Kindleberger, *World in Depression, 1929-39*.

exceptionalism in the defence of such natural rights as liberty and equality for, in reality, as Robert Weisbuch has argued in his book on the self-conscious rise of American literary nationalism, Atlantic Double-Cross, albeit in the grips of revolutionary fervour, the country had yet to debunk the old traditions and habits masquerading as universal (p. 59) and free itself from the yoke of British influence, the Atlantic no Lethean stream.[4] For those who believed it to be, survival in the New World, it quickly became apparent, depended on doubling back and repeating the journey countless times, the Barbary conflicts, "an extension of America's War of Independence" (Lambert, p. 8), a painful reminder that free trade, based on equality and reciprocity, was not welcome in a mercantilist world still faced with the "ungentle laws and customs" invoked under the "divine right of kings" (Twain, "Preface").

Paradoxically, as historian Frank Lambert asserts in his book *The Barbary Wars: American Independence in the Atlantic World* (2005), "by demanding the full measure of independence at home, the American states undermined the independence of America in the Atlantic World" (p. 27). Dominance without dominion, they were set to discover, is hard to come by.

II

Probably best known as the man standing behind George Washington in US Capitol Rotunda painting "Washington Resigning His Commission," by John Trumbull, and as aide-de-camp to the President during the Revolutionary War, rather than as the man of letters and literary celebrity he also was, David Humphreys was one of the first American diplomats entrusted with the task of making peace with the Barbary powers. As Commissioner Plenipotentiary charged by George Washington in 1793 and 1795 with negotiating and concluding Treaties of Amity and Commerce with Algiers and Tripoli, Humphreys, soldier, statesman, poet, "belov'd of Washington" (Humphreys, Vol. 1, p. i) would play an instrumental role in American foreign policy in the Mediterranean. This paper aims to chart his poetic and political course on the

[4] "The Atlantic is a Lethean stream, in our passage over which we have had an opportunity to forget the Old World and its institutions" (Thoreau, "Walking", p. 662).

subject of Barbary from his arrival in Europe in 1790 to the signing of the Treaty of Tripoli.

From as early as 1782, Humphreys appears to have had little doubt as to whether "paving the way with gold or cannon balls" (Eaton, p. 85) would best help deal with the corsairs. As he saw it, upholding the unalienable rights of life, liberty and the pursuit of happiness, enshrined in the Declaration of Independence, demanded robust military action in the face of perfidy. His intensely patriotic poetry repeatedly makes reference to America's particularly difficult relations with Algiers in often quite ferocious terms.

In verses he penned in 1782, entitled, "A Poem on Industry. Addressed to the Citizens of the United States of America," Humphreys questions rhetorically, "In proud Algiers, shall Freedom's Sons be slaves?" before directing his attention to his countrymen and asking:

"At home–can Freemen, lapp'd in silken ease,
Not hear the groans that load the eastern breeze;
Or hear unmov'd, absorb'd in sordid gain,
The dreadful clanking of the Captive's chain?" (1794, pp. 18-19).

Deliberately seeking to touch a raw nerve, he persists – "Was it for this–in Britain's angry hour–/You met, undaunted, far superior pow'r?" (p. 19) – before calling the "brave Citizens" of America to arms.

"Woe to proud Algiers;" he writes in 1785, "to your princes woe!" the tone reminiscent of the prophets of old. These are but a few of over four hundred lines of over four hundred lines from another of his poems, which bears witness to the depth of the anger caused by the capture of American merchant ships and their crews in the Mediterranean, a feeling fuelled by the growing suspicion among his countrymen that Great Britain was at least in part to blame for the disruption of American trade:

Woe to ye people! woe, distress, and fears!
Your hour is come to drink the cup of tears:
A ghastly paleness gathers on your cheeks,
While mem'ry haunts your ears with captive shrieks;

Then stifled conscience wak'ning dares to cry,
"Think on your crimson crimes, despair and die." –
Then ruin comes, with fire, and sword, and blood,
And men shall ask, "where once your cities stood?"
(Humphreys 1968, p. 59)

Clearly a new alliance was on his mind, for two of the last four stanzas of a poem published one year earlier, "A Poem on Industry. Addressed to the Citizens of the United States of America" (1784), are dedicated to and celebrate Portugal for its ancient seafaring prowess and leadership. Whereas Algiers is "proud," (p. 18) Lusitania, portrayed as being at the helm of an advancing army, is "bold" for having taken the lead in forging commercial ties between nations:

BOLD in the van, lo! LUSITANIA sails,
And spreads her canvas-wings to prosp'rous gales;
That daring Pow'r when Europe's spirit pin'd,
No danger dreaded, and no toil declin'd.
Nor must that patriot Prince, forgotten, sleep,
HENRY, who rous'd the genius of the deep;
Explor'd the path for commerce o'er each main,
And link'd the nations in a golden chain. (p. 21)

III

Prior to the Revolutionary War, American products had been transported mainly in British bottoms but also on American ships carrying British-backed passes of safe conduct, and had enjoyed the protection of the British Navy. That protection had been withdrawn. Many now believed that, if not actively encouraging the Barbary marauders to attack vessels flying the American flag, Britain was at the very least seeking to undermine American trade by signalling they would not protect the merchants if attacked (Cutting, pp. 66, 67). To add insult to injury, given the growing insecurity in the region, British maritime insurance underwriters refused to provide policies to ships sailing without British colours and a pass, and there were reports of

British complicity in allowing the corsairs, strongest beyond the Strait of Gibraltar, to roam farther, along the British coast, so they could capture American ships setting sail from Britain's ports (Lambert, pp. 47, 48).

In his Short Account of Algiers, published in 1794, Mathew Carey squarely lays the blame for the piracy at the feet of the British, denouncing them for "plunging our fellow-citizens into slavery" (p. 44), but most historians today agree that at least some of the blame for the escalation of the situation in the Mediterranean must be attributed to the Americans themselves. The post-war Articles of Confederation had been designed to keep a check on central government. Lacking the powers to collect taxes, Congress could only ask the states for money, and they were more intent on protecting their own individual interests than on worrying about the longer-term implications of not having a strong foreign trade policy.

Until, that is, as Humphreys' remarkable invective against the "miscreants" in "On the Happiness of America" reveals, public sentiment dictated otherwise, swinging in favour of a stronger Congress. Two events were behind the groundswell of opinion. In the summer of 1785, Algerine corsairs intercepted the schooner Maria as it passed Cape St. Vincent, and, a week later, the Dauphin, "50 leagues Westward of Lisbon" (Jefferson, 1 June 1792), enslaving the crews and, whereas, in the case of Morocco, the treaty finally agreed and ratified on 18 July 1787 secured safe passage for American sailors through the Strait of Gibraltar without any engagement for future tributes, the case of Algiers was an altogether different matter. The Dey demanded a ransom payment in exchange for the release of the American captives, his duplicitous ways incensing the Americans and renewing the debate in the U. S. over the country's policy toward the Barbary States and the need for a national government with enough coercive power to deal with them.

As word spread of the taking of American freemen by the Barbary pirates, the clamour for concrete and effective action to be taken increased. Americans began to rally around the cause, calling for speedy and more decisive action on the part of the government, petitions were signed and fundraising events thrown in a bid to help free their enslaved countrymen. Public pressure further increased as first-person accounts of the captivity began to emerge in the form of correspondence from some of the men

held in Algiers. Slave captivity narratives and tales of woe rose in popularity. Susanna Rowson's historical play Slaves in Algiers, or A Struggle for Freedom, was performed to popular acclaim for the first time in June 1794. The first American edition of Robinson Crusoe (1719)[5] appeared that same year. By 1795, there were at least a dozen more editions of the book, in which Crusoe is captured by Turkish pirates known as the Salé Rovers (after the Moroccan port).

Little wonder then at the tone used by Humphreys in "On the Happiness of America." In the poem, he decries, in great detail, the torture of freemen at the hands of the Barbary "rovers" and issues a resounding call to arms but, above all, as one contemporary review states, he "execrates" the pirates of Algiers "with as much spirit as he panegyrises his countrymen" ("Humphrey's Poem on the Happiness of America", p. 363):

> **Infernal furies on those monsters haunt!**
> **Pursue the foot-steps of that miscreant crew,**
> **Pursue in flames, with hell-born rage pursue!**
> **Shed such dire curses as all utt'rance mock**
> **Whose plagues astonish, and whose horrors shock!**
> **Great maledictions of eternal wrath,**
> **Which like heav'n's vial'd vengeance, singe and scathe!**
> **Transfix with scorpion stings the callous heart!**
> **Make blood-shot eye-balls from their sockets start!**
> **For balm pour brimstone in their wounded foul;**
> **Then ope, perdition! and ingulf the whole!**
> **(p. 53)**

---

[5] Although commonly referred to as simply *Robinson Crusoe,* the book's complete, original title stirred the imagination of the Americans (bold face added): ***The Life and Strange Surprizing Adventures of Robinson Crusoe, of York, Mariner: Who lived Eight and Twenty Years, all alone in an un-inhabited Island on the Coast of America, near the Mouth of the Great River of Oroonoque; Having been cast on Shore by Shipwreck, wherein all the Men perished but himself. With An Account how he was at last as strangely deliver'd by*** **Pirates.**

It would be years before the Barbary issue was resolved and the poem, a continuum of 1,094 lines through nine editions, originally entitled "On the Happiness of America", would, in its tenth and final form be reduced to half its size. The first 678 lines of the original poem were left untouched. The remaining lines, including the eleven above, became the core of "A Poem on the Future Glory of the United States of America" (italics added; Cifelli: pp. 50-52).

IV

In 1791, David Humphrey's is, quite incidentally it would appear, appointed Minister Resident to the Court of Lisbon, thus becoming one of his country's first ambassadors to a foreign country. George Washington's original intent was to send Humphreys on a secret mission to Europe to obtain "any interesting public intelligence" in London, to pave the way for establishing formal diplomatic ties with Lisbon and, in view of the imminence of war between the House of Bourbon and Great Britain, to brief William Charmichael, U.S. *chargé d'affaires* in Madrid, on the decision to forge an alliance with Spain, given the importance of securing rights to the Mississippi River, a commercial waterway of vital importance to American economic growth. "[T]o every other person" but his official contacts in Lisbon and Madrid, the Chevalier Pinto and Mr. Charmichael, he was "to appear as a private traveller," avoiding "all suspicion of being on public business." Even Chevalier Pinto, Luís Pinto de Sousa Coutinho, the Portuguese Secretary of State for War and Foreign Affairs, he was instructed, "need not know" of the journey to Madrid and was to be "made to understand" it as "a journey of curiosity" ("To the U.S. Secret Agent [Col. David Humphreys]", p. 181).

Queen Maria, realising the Americans were preparing to suggest an exchange of diplomats of a lower grade than she desired, chargé d'affaires, hastened to appoint a minister resident from the court at Lisbon to the United States, knowing full well diplomatic courtesy would oblige the Americans to do the same. Not wishing to "disgust a government so friendly and so interesting" to the United States, George

Washington appointed David Humphreys Minister Resident, averring that the change of grade would not make the mission more expensive.[6]

It was just as well, as it turned out, because, while the Americans had been locked in their own domestic political battles, the situation in Barbary had deteriorated. In a letter published in the Boston Mercury, Richard O'Brien, the enslaved Master of the Dauphin, seized 6 years earlier, even went so far as to urge Congress to obtain peace with Algiers otherwise the United States would remain, in his words, the "dupe and buffoon" of all Europe.[7] Portugal had proved to be a friendly nation, "checking the passage of the Algerine corsairs into the Atlantic Ocean" and furnishing "occasional convoys to the vessels of the United States, even when bound to other ports than her own,"[8] but, in October 1793, Portugal and Algiers agreed a truce, allowing the corsairs to enter the Atlantic freely and the attacks against American vessels multiplied – eleven vessels were taken in one month alone (Lambert, 75). Congress, this time, did not tarry and now, with constitutional backing, immediately allocated funds to purchase a peace and free American captives. More importantly, on 27 March 1794, it chose hard power over soft, authorising (Naval Documents, Vol. 1, p. 69) the President to establish a naval force for protection against the corsairs. It fell to David Humphreys, appointed commissioner plenipotentiary, to impress upon Algiers and Tripoli what the consequences of not negotiating a peace would be.

V

On 4 November, 1796, the United States of America signed a Treaty of Peace and Friendship with the Bey and Subjects of Tripoli of Barbary, a similar treaty having been signed with the Dey of Algiers the previous year.[9] The original treaty book contains fourteen right-hand pages of Arabic text, with the English translation on the corresponding left-hand pages, signed or initialled by Joel Barlow, agent

---

[6] In the words of the President, reporting to the Senate, "This embarrassment seems to have rendered the difficulty completely insurmountable" (Washington, "Special Message," February 18, 1791).
[7] *The [Boston] Mercury*, March 18, 1794.
[8] Washington, "Special Message," February 28, 1795.
[9] "Treaty of Peace and Friendship, Signed at Tripoli November 4, 1796."

Plenipotentiary, or Consul General, at Algiers. In addition to the Articles of the Treaty, there is a "Note" of the tributes, payments and presents delivered to the Bey of Tripoli; a "Receipt" of further gifts and the "Approval" of the Treaty by David Humphreys, containing the proviso that it was subject to final ratification by the President, following the consideration and advice of the Senate. It was the twelve articles of the Barlow translation, submitted to the Senate by John Adams, which prevailed.[10]

There was only one problem. The contents of Article 11 are nowhere to be found in the Arabic version of the Treaty.[11] It reads:

> **As the government of the United States of America is not in any sense founded on the Christian Religion,–as it has in itself no character of enmity against the laws, religion or tranquility of Musselmen,– and as the said States never have entered into any war or act of hostility against any Mehomitan nation, it is declared by the parties that no pretext arising from religious opinions shall ever produce an interruption of the harmony existing between the two countries.**

Albeit by negation, religion had just been placed at the centre of the economic growth arena. The tension was complete. Economics, politics, religion. The US was not a Christian state like the European hegemons of previous centuries had been, Article 11 seems to suggest. That, however, is a matter for another paper.

Bibliography

A Century of Lawmaking for a New Nation: U.S. Congressional Documents and Debates, 1774–1875, *American State Papers, Foreign Relations*: Vol. 2.
https://memory.loc.gov/ammem/amlaw/lwsplink.html

[10] ***A Century of Law-Making for a New Nation*, pp. 18-19.**
[11] **"The eleventh article of the Barlow translation has no equivalent whatever in the Arabic" ("The Annotated Translation of 1830").**

CIFELLI, Edward M. 1982. *David Humphreys*. Boston: Twayne Publishers.

CUTTING, Nathaniel. "Letter from Nathaniel Cutting to the Secretary of State, 10 February 1794". *Naval Documents Related to the United States Wars with the Barbary Powers.* Vol. 1. United States Government Printing Office Washington, 1939. Electronically published by American Naval Records Society Bolton Landing, New York, 2011.

http://www.ibiblio.org/anrs/docs/E/E3/nd_barbarywars_v01p01.pdf

EATON, William. 1813. *The Life of the Late Gen. William Eaton: Several Years an Officer in the United States' Army, Consul at the Regency of Tunis on the Coast of Barbary, and Commander of the Christian and Other Forces that Marched from Egypt Through the Desert of Barca, in 1805, and Conquered the City of Derne, which led to the Treaty of Peace Between the United States and the Regency of Tripoli: Principally Collected from his Correspondence and Other Manuscripts*. Brookfield: E Merriam & Co.

JEFFERSON, Thomas. 1790. "Report on American Trade in the Mediterranean, 28 December 1790" *Founders Online*, National Archives, last modified March 30, 2017. [Original source: *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 18, 4 November 1790–24 January 1791, ed. Julian P. Boyd. Princeton: Princeton University Press, 1971, pp. 423–430.]

http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-18-02-0139-0004

--------. "From Thomas Jefferson to John Paul Jones, 1 June 1792." Founders Online, National Archives, last modified March 30, 2017, [Original source: *The Papers of Thomas Jefferson*, vol. 24, 1 June–31 December 1792, ed. John Catanzariti. Princeton: Princeton University Press, 1990, pp. 3-10.]

http://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-24-02-0001

----------. "To the U.S. Secret Agent (Col. David Humphreys.)", August 11, 1790", in *The Writings of Thomas Jefferson* (1743-1786), edited by H. A. Washington, Vol. III. Washington, D.C.: Taylor and Maury, 1854, Library of Congress: pp. 180-81

https://www.monticello.org/site/research-and-collections/editions-jeffersons-writings

HUMPHREYS, David. 1790. *The Miscellaneous Works of Colonel Humphreys*. New York: Hodge, Allen, and Campbell.

----------. 1968. *The Miscellaneous Works of Colonel Humphreys* (1804). Gainesville, Florida: Scholars' Facsimiles and Reprints.

----------. 1794. *A Poem on Industry. Addressed to the Citizens of the United States of America*. Philadelphia: Printed for Matthew Carey. Rpt Historical Collection from the British Library. British Library. Historical Print Editions.

HUMPHREYS, Frand Landon. 1917. *Life and Times of David Humphreys, Solider–Statesman–Poet, 'Belov'd Of Washington*'. Vols. I & II. New York & London: G.P. Putnam's Sons.

"Humphrey's Poem on The Happiness of America". 1786. *The Critical Review: or, Annals of Literature*. Vol. 61. London: printed for A. Hamilton.

KINDLEBERGER, Charles. 1973. *World in Depression, 1929-39*. Berkeley, CA: University of California Press.

MILNER, Helen V. 1998. "International Political Economy: Beyond Hegemonic Stability." *Foreign Policy*, No. 110, Special Edition: *Frontiers of Knowledge* (Spring, 1998), pp. 112-123.

THOREAU, Henry David. 1975. *Early Essays and Miscellanies*. Ed. Joseph J. Maaldenhauer and Edwin Moser. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

"Treaty of Peace and Friendship, Signed at Tripoli November 4, 1796." *The Barbary Treaties 1786-1816. The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy.* Yale Law School. Lillian Goldman Law Library. [Original source: *Treaties and Other International Acts of the United States of America*. Ed. Hunter Miller. Vol. 2. Documents 1-40: 1776-1818. Washington: Government Printing Office, 1931.)

http://avalon.law.yale.edu/subject_menus/barmenu.asp

TWAIN, Mark. *A Connecticut Yankee in King Arthur's Court*. New York: Charles L. Webster & Co. 1889.

WASHINGTON, George. "Special Message," February 18, 1791. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project*.

http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65584

---------. "Special Message," February 28, 1795. Online by Gerhard Peters and John T. Woolley, *The American Presidency Project.*

http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=65494

WEISBUCH, Robert. *Atlantic Double-Cross: American Literature and British Influence in the Age of Emerson*.

RESUMO

Para Helen Milner, a "economia política internacional é uma política de crescimento" (1998) e, de acordo com a "teoria da estabilidade do crescimento", para a economia mundial ser estável e aberta, tem de haver um país dominante, uma potência líder, que coordene e discipline os restantes países, assegurando-se, assim, as condições necessárias para o crescimento económico. Durante o século XIX, segundo a maioria das opiniões, esse *hegemon* foi a Grã-Bretanha. Contudo, no início do século XVIII, ainda se debatia nos Estados Unidos como proteger o comércio e a navegação no Mediterrâneo e impedir que os Corsários da Barbária actuassem também no Atlântico, procurando-se perceber se a paz, nas palavras de Jefferson, deve ser obtida a qualquer custo: "to obtain peace by purchasing it [or] vindicate their commerce by arms" (1790). Este ensaio procura percorrer as formas encontradas por David Humphreys, tanto como poeta como político, para transformar a alteridade americana oitocentista em hegemonia, e como o fez a partir de Lisboa, na qualidade de ministro residente em Portugal e enviado especial de George Washington, incumbido da tarefa de negociar a concluir Tratados de Amizade e Comércio com Trípoli e Argel.

PALAVRAS-CHAVE

Alteridade, hegemonia, pirataria, Connecticut Wits, Tratados da Barbária

ABSTRACT

For Helen Milner, "international political economy is a growth industry" (1998) and, according to the "growth stability theory", a stable and open world economy requires the dominance of one country, or leading power, to coordinate and discipline other countries and ensure the conditions conducive to economic growth. By most accounts, throughout the 19th century that hegemon was still Great Britain. Yet, as early as the 18th

century, the United States were debating how to secure commerce and navigation in the Mediterranean Sea and prevent the Barbary pirates from entering the Atlantic, weighing whether, in Jefferson's words, to obtain peace at any cost: "to obtain peace by purchasing it [or] to vindicate their commerce by arms" (1790). This paper aims to explore the ways in which David Humphreys, as both poet and politician, helped shape 19th-century American alterity into hegemony and how he did so from Lisbon, as First Minister from the United States of America to Portugal and Commissioner Plenipotentiary charged by George Washington with negotiating and concluding Treaties of Amity and Commerce with Tripoli and Algiers.

KEY WORDS

alterity, hegemony, piracy, Connecticut Wits, Barbary Treaties

OS EX-VOTOS

Aurora Madaleno

Jurista

Introdução

O *Dicionário de Língua Portuguesa* diz-nos que a palavra "ex-voto" vem do Latim *ex voto* que significa segundo promessa. Define-a como sendo objecto, quase sempre de índole piedosa, que se oferece a Deus ou aos santos, em cumprimento de um voto[2].

Os ex-votos são testemunhos públicos de fé popular muito pessoais mas também de devoção religiosa de outras classes sociais e de reis. Exemplo disso temos o Convento de Mafra, um ex-voto que resultou do cumprimento de uma promessa

---

[1] **Aurora Martins Madaleno. Pós-graduação em Direito Matrimonial Canónico (Instituto Superior de Direito Canónico, Universidade Católica Portuguesa, 2008). Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 1980. Investigadora do Instituto Superior de Direito Canónico (Universidade Católica Portuguesa, desde 28 de Abril de 2004). Professora de Direito, Universidade de Lisboa para a Terceira Idade, desde 1989. Advogada (Cédula 5346L), desde 28 de Fevereiro de 1983. Cargos anteriores: Serviços Jurídicos da Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, de 1983 a 2005. Presidente da Direcção da Universidade de Lisboa para a Terceira Idade, de 2000 a 2003. Assessora Jurídica Principal do quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1994- 1996). Técnica Superior Principal do quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1988- 1994). Publicações: "A Cúria Romana à luz da história e do direito", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; "Procriação - Regime jurídico", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; "Natal", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; Vil "A dentro - Quem pergunta quer saber", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; "No Centenário da República (1910-2010) - Saneamento e Reintegração", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012. *Direito Do Ensino Religioso - Legislação civil e canónica, pareceres e jurisprudência*, Vol. I e Vol. II, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2012. "Santa Casa da Misericórdia de Lisboa", Forum Canonicum, vol.III/2 (2008); "A Propósito da Clonagem", Árvore do Saber (2003); "Liberdade de Educação", Árvore do Saber (2002); *Súmulas das Lições de Direito*, ULTI (2001 e 2002); *Fiscalização da Constitucionalidade das leis na Constituição*, OA (1982).**

[2] ***Dicionário de Língua Portuguesa*, Dicionários Editora, 6.ª edição, p. 727.**

feita por D. João V, rei de Portugal entre 1707 e 1750, se a rainha D. Maria Ana de Áustria lhe desse descendência. O Rei, após o nascimento, em 1711, da princesa D. Maria Bárbara, futura rainha de Espanha pelo casamento com o Príncipe das Astúrias depois Fernando VI, filho de Filipe V, cumpriu o compromisso votivo com grandeza. Como exemplo de ex-voto de um particular podemos referir a Capela da Senhora da Boa Viagem no Santuário de Nossa Senhora do Desterro, no distrito da Guarda.

Também a Basílica da Senhora de Lichen, que os peregrinos veneram como Nossa Senhora das Dores, Rainha da Polónia, em Wloclawek - Polónia, foi uma oferta votiva da nação polaca, no final do Ano Jubilar de 2000[3].

Papa João Paulo II, na Audiência Geral de quarta-feira 18 de Julho de 1979, na saudação a uma delegação da Ilha de Lampedusa composta sobretudo por pescadores, acompanhada pelo Arcipreste e pelo Presidente da Câmara, benzeu a estátua de Nossa Senhora do Mar oferecida como ex-voto e que seria exposta para protecção de todos os amantes do mar. (Cf. Audiência Geral, quarta-feira 18 de Julho de 1979, sobre "O Contributo da Igreja para o Progresso da Cultura", Saudações)[4]

Pode o ex-voto ser um simples objecto como placas com inscrições, figuras de cera ou esculturas de madeira, pinturas em tábuas, etc. Encontram-se inscrições votivas em terracota ou em pedra já desde o século IV. Nos santuários de peregrinação, em igrejas, capelas e ermidas encontramos miniaturas em cera e em madeira, objectos de prata ou dos materiais mais variados, quadros votivos ou painéis, retábulos, variados ex-votos que cobrem paredes interiores de salas daqueles lugares de culto, onde os fiéis os depositaram com fé e em sinal de agradecimento por graças recebidas. Podemos ver na cripta da igreja de Santo António, em Lisboa, ex-votos depositados em cumprimento de promessas ao Santo Português. Encontramo-los também na sala dos ex-votos do santuário de Nossa Senhora da Encarnação, bem como na Cova da Iria, no Sameiro e em tantos outros lugares de devoção religiosa por esse mundo fora.

Da capela de Nossa Senhora da Alegria, localizada no cimo do Outeiro do

---

[3] Discurso do Cardeal Tarcisio Bertone, em 15 de Setembro de 2007, na celebração das Vésperas na Basílica do Santuário de Nossa Senhora de Lichen, na véspera da beatificação do Servo de Deus Padre Estanislau Papczynski.

[4] Ver neste artigo, em Apêndice.

Castro, a cerca de 1 km a sul de Almalaguês, na freguesia de Almalaguês, concelho e distrito de Coimbra, foram retirados a maior parte dos interessantes ex-votos, alguns datados ainda de meados do século XVIII, que se encontravam nas paredes do templo. (Cf. Portaria n.º 561/2011, de 18 de Maio de 2011)[5].

No Santuário de Nossa Senhora de Aires, no lugar de Aires, freguesia e concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora, guarda-se, na Casa dos Milagres bem como nas suas dependências, um grande número de ex-votos do século XVIII até à atualidade. (Cf. Decreto n.º 31-J/2012, de 31 de Dezembro)[6].

Uma das mais numerosas colecções de ex-votos do Norte de Portugal encontra-se na Casa dos Milagres do Santuário do Senhor de Penafita, freguesia de Vila Verde, concelho de Alijó, distrito de Vila Real, "espólio de grande importância para a caracterização das linguagens artísticas e do ambiente religioso popular" (Cf. Portaria n.º 171/2013, de 13 de Março de 2013)[7].

De facto, os santuários antigos estavam sobrecarregados com ex-votos doados à Igreja. Muitos deles, ou pela fragilidade dos materiais ou pelo decurso do tempo, foram-se deteriorando. Todavia, importa preservar esse património, seja pelo seu valor como arte popular seja como memória da piedade dos fiéis. Existem já, por todo o mundo, museus de arte sacra e museus municipais que guardam ex-votos. Muitos deles são vistos e admirados em exposições públicas de arte. Nos Museus do Vaticano há várias salas bem adaptadas à recriação de espaços semelhantes aos das áreas sagradas antigas, altares e vitrinas onde se expõem oferendas votivas em terracota e noutros materiais, enfatizando quer a qualidade artística das oferendas, quer a grande variedade e quantidade de presentes que foram sendo entregues nos templos.

---

[5] Portaria n.º 561/2011, de 18 de Maio de 2011 - Classifica a Capela de Nossa Senhora da Alegria e a Capela de São Pedro, situadas no concelho e distrito de Coimbra e a Casa da família do desembargador Taborda, situada no concelho de Tábua, distrito de Coimbra, como monumentos de interesse público e fixa as respectivas zonas especiais de protecção (In: DR, II Série, n.º 101, de 25 de Maio de 2011, pp. 22491 a 22493).

[6] Decreto n.º 31-J/2012, de 31 de Dezembro - Procede à classificação como monumentos nacionais do Santuário de Nossa Senhora de Aires, no lugar de Aires, e da Ermida do Senhor Jesus do Cruzeiro, no lugar do Cruzeiro, na freguesia e concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora.

[7] Portaria n.º 171/2013, de 13 de Março de 2013 - Classifica como conjunto de interesse público o Santuário do Senhor de Perafita, em Perafita, freguesia de Vila Verde, concelho de Alijó, distrito de Vila Real, e fixa a zona especial de protecção do mesmo sítio (In: *Diário da República*, II Série, n.º 67, de 5 de Abril de 2013, p. 11300)

Os Ex-Votos no Direito Canónico

Importa ter presente conceitos bíblicos e canónicos de voto, promessa e juramento para encontrarmos a devida justificação do valor que o Direito Canónico atribui aos ex-votos. Dito de outra maneira: o cumprimento de uma promessa vale pelo sentido que o fiel imprimiu no momento em que pediu, consagrou, jurou, prometeu. O agradecimento da graça pedida, oferecendo o prometido, representa um valor imaterial, valor este que a Igreja reconhece para além de um qualquer valor material da coisa entregue à Igreja como sinal do cumprimento.

Para termos uma ideia, consultemos o *Livro dos Números*, considerado já a realização da Aliança de Deus com o seu povo, por meio do culto. Em Nm 6, 15 e 30, encontramos referências interessantes sobre o cumprimento de votos:

6. A consagração dos nazireus - 1. O Senhor falou a Moisés, dizendo: 2. "Fala aos filhos de Israel e diz-lhes: 'O homem ou a mulher que cumprir um voto de nazirato para se consagrar ao Senhor, 3. há-de abster-se de vinho e de bebida inebriante; não beberá vinagre de vinho nem vinagre de bebida inebriante; não beberá qualquer suco de uvas; não comerá uvas verdes nem secas. 4. Em todos os dias da sua consagração, não comerá nada do que fabricar da vinha, desde a pele das uvas até à grainha. [...] 13. É esta a lei referente ao nazirato: quando terminarem os dias da sua consagração, conduzi-lo-ão à entrada da tenda da reunião, 14. e apresentará a sua oferenda ao Senhor: [...] 21. Esta é a lei do nazireu que consagrar a sua oferta ao Senhor por voto, para além do que puder oferecer livremente. Conforme o voto que fez, assim cumprirá segundo a lei do seu voto'."

15. Oblações para os sacrifícios – 1. O Senhor disse a Moisés: 2. "Fala aos filhos de Israel e diz-lhes: "Quando chegardes à terra em que haveis de morar, a qual Eu vos hei-de dar, 3. e fizerdes oferta ao Senhor de um holocausto ou de um sacrifício para cumprimento de um voto, ou em oferta voluntária; [...]"

30. Votos e promessas – 1. Moisés disse aos filhos de Israel tudo o que o Senhor lhe ordenara. 2. Moisés disse, pois, aos chefes das tribos de Israel: "Foi isto que o Senhor ordenou: 3. Quando um homem fizer um voto ao Senhor ou fizer um

juramento, impondo a si mesmo um compromisso, não faltará à sua palavra; faça tudo aquilo que disse. [...]".

Código de Direito Canónico de 1917

No Código de Direito Canónico de 1917, que foi promulgado pelo Papa Bento V e entrou em vigor no dia 19 de Maio de 1918, previa-se que o voto, ou seja, a promessa deliberada e livre feita a Deus de um bem possível ou maior, deve cumprir-se, em virtude da religião. (Cf. Cânone 1307)

A obra prometida por um voto não reservado pode o mesmo comutá-la por outro bem maior ou igual; mas por um bem inferior só pode comutá-la quem tenha faculdade para a dispensar. (Cf. Cânone 1314)

Código de Direito Canónico de 1983

O Código de Direito Canónico, promulgado pela Constituição Apostólica *Sacrae Disciplinae Leges* do Papa João Paulo II, em 25 de Janeiro de 1983, determina que os ex-votos de arte popular se conservem e guardem com segurança. Não se podem alienar ex-votos oferecidos à Igreja sem licença da Santa Sé. (Cf. Cânones 638§3, 1234§2 e 1292§2 do CIC 1983, in AAS, Vol. LXXV, II parte, Apêndice, de 22 de Setembro de 1983)

> **Cânone 638 §3 - Para a validade de uma alienação e de qualquer negócio em que a condição patrimonial da pessoa jurídica se possa tornar pior, requer-se licença dada por escrito pelo Superior competente com o consentimento do seu conselho. Se contudo se tratar de um negócio que exceda a soma determinada pela Santa Sé para cada região, ou de ex-votos oferecidos à Igreja, ou de coisas preciosas pela sua arte ou história, requer-se também licença da mesma Santa Sé.**
>
> **Cânone 1234 §2 - Nos santuários ou em lugares adjacentes conservem-se e guardem-se com segurança para serem vistos os ex-votos de arte popular e outros testemunhos da piedade.**
>
> **Cânone 1292 §2 - Se se tratar de coisas cujo valor exceda a quantia máxima, ou**

de ex-votos oferecidos à Igreja, ou de coisas preciosas em razão da arte ou da história, para a validade da alienação requer-se ainda licença da Santa Sé.

Conferência Episcopal Portuguesa

A Conferência Episcopal Portuguesa publicou decretos gerais para aplicação do novo Código de Direito Canónico de 1983. No que se refere a Actos de Administração Extraordinária (XIV) e em conformidade com o cânone 1277, determinou:

"Equiparam-se a actos de administração extraordinária, para efeitos de necessitarem de licença da autoridade competente:

A) que será a Santa Sé para: a alienação de ex-votos oferecidos à Igreja e de coisas preciosas em razão da arte ou da história, de relíquias insignes e imagens que se honrem nalguma igreja com grande veneração do povo (cân. 1292§2, cân. 1190§2 e 3)"

Após a introdução do Euro em Portugal, a Conferência Episcopal Portuguesa publicou o Decreto de 7 de Maio de 2002, sobre licença para alienação de bens eclesiásticos, determinando que se requer licença da Santa Sé – além da do Bispo diocesano com o consentimento do Conselho para os Assuntos Económicos e do Colégio dos Consultores (ou Cabido) – para alienar ex-votos. (Cf. 76 Lumen Maio/Junho 2002) [8]

Código dos Cânones das Igrejas Orientais de 1990

Também o Código dos Cânones das Igrejas Orientais (*Codex Canonum Ecclesiarum Orientalium*), promulgado em 18 de Outubro de 1990, no cânone 1036 §§ 3 e 4, preceitua que a alienação dos ex-votos dados à Igreja carece do consentimento do Sínodo, nas Igrejas com Patriarca, e da Sé Apostólica, em todos os outros casos. (Cf. cânone 1036 § 3 e §4 e cânone 1036 3.º do CCEO, in AAS 82 [1990] 1033-1044)

---

[8] **Ver neste artigo, em Apêndice.**

Cânone 1036 §3 - Nas Igrejas patriarcais, se o valor dos bens ultrapassa o valor do limite máximo estabelecido pelo Sínodo dos Bispos da Igreja patriarcal, e se se trata de coisas preciosas ou dadas por voto à Igreja, observe-se o estabelecido no §2, necessitando o Patriarca o consentimento do mesmo Sínodo.

§4 - Nos demais casos requer-se o consentimento da Sé Apostólica quando o valor dos bens ultrapassa o limite estabelecido ou aprovado pela mesma Sé Apostólica, e quando se trata de coisas preciosas ou dadas por voto à Igreja.

Cânone 1037 - Para alienar bens temporais de uma Igreja patriarcal ou de uma eparquia do Patriarca, o Patriarca necessita:

3.º o consentimento do Sínodo permanente, se o valor dos bens ultrapassa o dobro daquele limite e se se trata de coisas preciosas ou dadas por voto à Igreja.

A Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos

A Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos publicou, em 17 de Dezembro de 2001, um Directório Sobre a Piedade Popular e a Liturgia. Em 15 e 239, refere os ex-votos:

"14. A linguagem verbal e gestual da piedade popular, mantendo a sua simplicidade e a sua espontaneidade de expressão, deve, no entanto, ser sempre especialmente cuidada, a fim de mostrar, em todos os casos e ao mesmo tempo, a verdade da fé e a grandeza dos mistérios cristãos.

15. A piedade popular caracteriza-se por uma variedade muito rica de expressões corporais, de gestos e de símbolos. Podemos citar, por exemplo, o uso de beijar ou tocar com a mão as imagens e os lugares santos, as relíquias ou os objectos sagrados; o facto de participar em peregrinações ou organizar procissões, de percorrer secções da estrada ou certos percursos "especiais" a pé ou de joelhos; a apresentação de ofertas, de velas e de ex-votos; o trajar roupas especiais; o facto de se ajoelhar e se curvar, de usar medalhas e insígnias... Tais expressões, que passam de pai para filho há séculos, constituem meios directos e simples destinados a manifestar exteriormente os sentimentos presentes no

coração dos fiéis, e também o seu desejo de viver de uma maneira verdadeiramente cristã. Sem esta dimensão de interioridade, os gestos simbólicos podem tornar-se vazios de sentido e, na pior das hipóteses, de degenerarem em superstição.

239. A veneração de imagens, quando são pintadas, ou realizadas sob a forma de estátuas, baixos-relevos ou outras representações, é importante, tanto no aspecto da liturgia como no campo da piedade popular: os fiéis rezam em frente delas, tanto nas igrejas como nas suas próprias casas. Eles ornamentam-nas com flores, luzes e pedras preciosas; eles usam várias formas para lhes prestar uma homenagem religiosa, eles levam-nas em procissão, eles juntam-lhes ex-voto em sinal de reconhecimento; eles põem-nos em grutas ou pequenos monumentos erguidos nos campos ou ao longo de estradas."

A Congregação para os Bispos

A Congregação para os Bispos, no Directório que redigiu, com a finalidade de oferecer um instrumento útil ao exercício do ministério pastoral na Igreja, aprovado pelo Papa João Paulo II em 24 de Janeiro de 2004, e publicado em 22 de Fevereiro de 2004, refere, em 188. Funções do Bispo na administração dos bens patrimoniais:

"Em virtude da presidência que lhe compete na Igreja particular, cabe ao Bispo a organização de tudo o que se relaciona com a administração dos bens eclesiásticos, mediante adequadas normas e indicações, em harmonia com as directivas da Sé Apostólica e socorrendo-se das eventuais orientações e subsídios da Conferência Episcopal.

Além disso, enquanto único administrador da Diocese, compete ao Bispo: velar pela justa administração de todos os bens das pessoas jurídicas que lhe estejam sujeitas; estabelecer mediante decreto, depois de ter obtido o parecer do Conselho diocesano para os assuntos económicos, os actos que superam os limites e os modos da administração ordinária; alienar, com o consentimento do Conselho diocesano para os assuntos económicos e do Colégio dos Consultores, os bens cujo valor está entre a quantia mínima e a quantia máxima estabelecidas pela Conferência

Episcopal. Para as alienações de bens cujo valor supera a quantia máxima ou também de ex-votos dados à Igreja ou de coisas preciosas por seu valor artístico ou histórico, se requer ainda a licença da Santa Sé.

Em Apêndice, publicam-se:

- a saudação do Papa João Paulo II a uma delegação da Ilha de Lampedusa.

- o Decreto da Conferência Episcopal Portuguesa de 7 de Maio de 2002, sobre licença para alienação de bens eclesiásticos,

- a Portaria n.º 561/2011, de 18 de Maio de 2011, que classifica a Capela de Nossa Senhora da Alegria e a Capela de São Pedro, situadas no concelho e distrito de Coimbra e a Casa da família do desembargador Taborda, situada no concelho de Tábua, distrito de Coimbra, como monumentos de interesse público, e

- o Decreto n.º 31-J/2012, de 31 de Dezembro, que procede à classificação como monumentos nacionais do Santuário de Nossa Senhora de Aires, no lugar de Aires, e da Ermida do Senhor Jesus do Cruzeiro, no lugar do Cruzeiro, na freguesia e concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora.

APÊNDICE

JOÃO PAULO II

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 18 de Julho de 1979

O contributo da Igreja para o progresso da Cultura

(...)

Saudações

(...)

A uma delegação da Ilha de Lampedusa

Sei que está também presente uma delegação proveniente da Ilha de Lampedusa, acompanhada pelo Arcipreste e pelo Presidente da Câmara, e composta sobretudo por pescadores, vindos aqui para que o Papa benza a estátua de "Nossa Senhora do Mar", oferecida como ex-voto.

Ao mesmo tempo que apresento a minha saudação, benzo de muito boa vontade a imagem sagrada que será exposta para protecção de todos os amantes do mar.

(...)

Decreto da Conferência Episcopal Portuguesa de 7 de Maio de 2002 – Licença para alienação de bens eclesiásticos (In: Documentos CEP, 76 Lumen Maio/Junho 2002)

Conferência Episcopal Portuguesa

Decreto

Licença para alienação de bens eclesiásticos

A Conferência Episcopal Portuguesa, em conformidade com ps cânones 1291, 1292 e 1295 do CIC, tendo presentes a introdução do euro como nova moeda e a necessidade de actualização dos quantitativos referentes a actos de administração extraordinária, revoga o anterior decreto de 3 de Setembro de 1990 e determina, quanto à licença de alienação de bens eclesiásticos:

1. Requer-se licença da Santa Sé para alienação de relíquias insignes ou outras que sejam honradas com grande veneração pelo povo e de imagens que se honrem nalguma igreja com grande veneração do povo (cân. 1190§2 e 3); e, salvo o prescrito no cân. 638§3, licença da Santa Sé – além da do Bispo diocesano com o consentimento do Conselho para os Assuntos Económicos e do Colégio dos Consultores (ou Cabido) – para alienar ex-votos, coisas preciosas em razão da arte ou da história, e bens de património estável de valor igual ou superior a 1 500 000 € (cân. 1292§2);

2. Requer-se licença do BISPO DIOCESANO, com o consentimento do Conselho para os Assuntos Económicos e do Colégio de Consultores (ou do Cabido) para alienar bens do património estável de valor compreendido entre 250 000 € e 1 500 000 €;

3. Requer-se licença do ORDINÁRIO DO LUGAR, ouvido o Conselho para os Assuntos Económicos, para alienar bens do património estável de valor compreendido entre 75 000 € e 250 000 €;

4. Requer-se licença do ORDINÁRIO DO LUGAR para alienar bens do património estável de valor compreendido entre 7 500 € e 75 000 €.

Para pessoas jurídicas com orçamentos avultados a quantia mínima pode ser alterada pelo Ordinário do lugar para uma soma mais elevada, até ao máximo de 1/12 do orçamento ordinário anual dessa mesma pessoa jurídica.

Lisboa, 7 de Maio de 2002

Portaria n.º 561/2011, de 18 de Maio de 2011 - Classifica a Capela de Nossa Senhora da Alegria e a Capela de São Pedro, situadas no concelho e distrito de Coimbra e a Casa da família do desembargador Taborda, situada no concelho de Tábua, distrito de Coimbra, como monumentos de interesse público e fixa as respectivas zonas especiais de protecção (In: Diário da República, II Série, n.º 101, Parte C, de 25 de Maio de 2011, pp. 22491 a 22493)

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

Portaria n.º 561/2011

A presente portaria procede à classificação, como monumentos de interesse público, da Capela de Nossa Senhora da Alegria, da Capela de São Pedro, ambas no concelho de Coimbra e da Casa da família do desembargador Taborda, no concelho de Tábua.

De acordo com os critérios e os pressupostos de classificação previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização cultural, os bens imóveis possuidores de um relevante interesse cultural, nomeadamente, histórico e arquitectónico, que agora se pretendem classificar, revestem-se de interesse público exigindo a respectiva protecção e valorização, atendendo ao valor patrimonial e cultural de significado para o País, reflectindo valores de memória.

Assim, tendo em conta a necessidade de assegurar medidas especiais sobre o património cultural nacional, no quadro da obrigação do Estado de proteger e valorizar esse mesmo património cultural, o Governo entende que os bens a classificar através desta portaria devem ser objecto de especial protecção.

A Capela de Nossa Senhora da Alegria fica localizada no cimo do Outeiro do Castro, no concelho de Coimbra. Na capela-mor, onde se centra o maior interesse a nível artístico deste imóvel, realça-se ainda parte do que foi outrora um revestimento total em caixotões de madeira com pinturas setecentistas, que desciam até meia altura do retábulo.

Salienta-se ainda o conjunto azulejar com cenas da Vida da Virgem, de fabrico coimbrão de meados do século XVIII, e, finalmente, o retábulo, do início do século XVIII.

A Capela de São Pedro localizada na freguesia de Almalaguês, em frente ao cruzeiro e perto do Largo do Adro, onde se situam o edifício da casa paroquial, o coreto e a igreja paroquial, é uma construção do início do século XVIII, de carácter regionalista, mas com interesse, porque eivada de certo eruditismo de influência maneirista que lhe transmite graciosidade.

A Casa da família do desembargador Taborda, constituída pela área residencial e pela capela anexa ao lado esquerdo, fica situada em Mouronho, que pertenceu efectivamente à família da mulher do desembargador Taborda, D. Margarida Lemos, 12.ª Morgada de Mouronho, descendente dos Albuquerques da Beira, é um imóvel que sobressai no aglomerado urbano em que se insere, quer em termos arquitectónicos e artísticos, quer a nível sócio-económico.

Foram cumpridos os procedimentos de audição de todos os interessados previstos no artigo 27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e efectuadas as consultas públicas previstas no Decreto-Lei n.º 181/70, de 28 de Abril.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 15.º, no artigo 18.º, no n.º 2 do artigo 28.º, no n.º 2 do artigo 43.º, todos da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como do

n.º 16 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 321/2009, de 11 de Dezembro, e no uso das competências delegadas pela Ministra da Cultura, através do despacho n.º 431/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 4, de 7 de Janeiro de 2010, manda o Governo, pelo Secretário de Estado da Cultura, o seguinte:

Artigo 1.º

Classificação

São classificados, como monumento de interesse público (MIP), os bens imóveis a seguir identificados:

a) A Capela de Nossa Senhora da Alegria, sita a cerca de 1 km a sul de Almalaguês, no cimo do Outeiro do Castro, freguesia de Almalaguês, concelho e distrito de Coimbra, cuja fundamentação para a classificação consta do anexo I à presente portaria, da qual faz parte integrante;

b) A Capela de São Pedro, sita em Almalaguês, na Rua da Igreja, freguesia de Almalaguês, concelho e distrito de Coimbra, cuja fundamentação para a classificação consta do anexo II à presente portaria, da qual faz parte integrante;

c) A Casa da família do desembargador Taborda, incluindo todo o seu património integrado, sita em Mouronho (caminho para Alvoeira), freguesia de Mouronho, concelho de Tábua, distrito de Coimbra, cuja fundamentação para a classificação consta do anexo III à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Zona especial de protecção

a) É fixada a zona especial de protecção (ZEP) da Capela de Nossa Senhora da Alegria, identificada na alínea a) do artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo IV à presente portaria, da qual faz parte integrante.

b) É fixada a ZEP da Capela de São Pedro, identificada na alínea b) do artigo anterior, conforme planta de DELIMITAÇÃO constante do anexo V à presente portaria, da qual faz parte integrante.

c) É fixada a ZEP da Casa da família do desembargador Taborda, identificada na alínea c) do artigo anterior, conforme planta de delimitação constante do anexo VI à presente portaria, da qual faz parte integrante.

18 de Maio de 2011. - O Secretário de Estado da Cultura, Elísio Costa Santos Summavielle.

ANEXO I

A Capela de Nossa Senhora da Alegria fica localizada no cimo do Outeiro do Castro, a cerca de 1 km a sul de Almalaguês, na freguesia de Almalaguês, concelho e distrito de Coimbra.

Na capela-mor, onde se centra o maior interesse a nível artístico deste imóvel, realça-se ainda parte do que foi outrora um revestimento total em caixotões de madeira com pinturas setecentistas, que desciam até meia altura do retábulo. Foram retirados na sua maioria visto que se encontravam em péssimo estado de conservação, encontrando-se guardados, assim como a maior parte dos interessantes ex-votos, alguns datados ainda de meados do século XVIII, que se encontravam nas paredes do templo.

Salienta-se também na capela-mor o conjunto azulejar com cenas da Vida da Virgem, de fabrico coimbrão de meados do século XVIII, e, finalmente, o retábulo, do início do século XVIII.

A zona especial de protecção definida integra a zona envolvente próxima da capela, adaptando-se às curvas de nível que delimitam o outeiro, concretamente à curva de nível 208, permitindo assim salvaguardar o templo e proteger a área paisagística. Efectivamente, pela importância que denota como paisagem cultural, revela-se um factor de equilíbrio entre o património natural e cultural, reflectindo uma identidade rural muito característica do território.

De forma geral, teve-se em atenção, o contexto espacial e os "pontos de vista"/eixos visuais de e para a capela.

ANEXO II

A Capela de São Pedro fica localizada na Rua da Igreja, em Almalaguês, em frente ao

cruzeiro e perto do Largo do Adro, onde se situam o edifício da casa paroquial, o coreto e a igreja paroquial, na freguesia de Almalaguês, concelho e distrito de Coimbra.

Trata-se de uma construção do início do século XVIII, de carácter regionalista, mas com interesse, porque eivada de certo eruditismo de influência maneirista que lhe transmite graciosidade.

Exteriormente, apresenta portal de verga recta, com molduras rectangulares, rematado por cornija encimada de um frontão entrecortado, sobreposto de uma desenvolvida composição decorativa com folhagens, vieiras e putti, encimada por cartela com motivos vegetais com coroa fechada, e flanqueada por capitéis coríntios que servem de base a urnas prismáticas com fogacho. A empena triangular é interrompida por cartela e cruz central e rematada lateralmente por bases piramidais, que assentam nos cunhais de pilastras, sobrepostas de pináculos terminados em esferas.

No interior, de grande simplicidade, destaca-se, integrado na parede, o retábulo-mor de pedra, também do século XVIII, com amplo nicho central, em arco de volta perfeita, continuado por alto relevo de volutas terminado em falsa cornija e ladeado de mísulas para imagens, igualmente sobrepostas por secções de falsa cornija, encimadas por volutas que terminam em vasos.

Salientam-se ainda o altar na lateral esquerda, de características neoclássicas, com retábulo em talha dourada e policromada, enquadrado por colunas coríntias que suportam frontão de lanços, bem como algumas imagens dos séculos XV/XVI.

A zona especial de protecção definida, em que se teve em atenção, o contexto espacial e os "pontos de vista"/eixos visuais de e para a capela, integra a zona urbana envolvente próxima do templo, atrás descrita, que se encontra devidamente salvaguardada.

ANEXO III

O imóvel designado por Casa da família do desembargador Taborda, constituído pela área residencial e pela capela anexa ao lado esquerdo, fica situado em Mouronho (caminho para Alvoeira), freguesia de Mouronho, concelho de Tábua.

Este imóvel, que pertenceu efectivamente à família da mulher do desembargador Taborda, D. Margarida Lemos, 12.ª Morgada de Mouronho, descendente dos Albuquerques da Beira, foi vendido à actual proprietária, em conjunto com os terrenos circundantes, pelo filho, 13.º Morgado de Mouronho.

Trata-se de um imóvel que sobressai no aglomerado urbano em que se insere, quer em termos arquitectónicos e artísticos, quer a nível sócio-económico. Para além de ter pertencido aos Morgados de Mouronho, e de, em tempos, ter empregado grande número de trabalhadores agrícolas nas terras da família, o acordo efectuado entre os Morgados de Mouronho e a Companhia Eléctrica das Beiras, para exploração de um dique localizado nessas propriedades, para central eléctrica, permitiu que, ao invés das habituais lareiras e fogões utilizados para aquecimento neste tipo de casas, fosse desde então utilizada a electricidade, que, pelo referido acordo, era gratuita.

A nível estilístico pressente-se certa hibridez, estando presentes diversas épocas de construção. Muito embora as primeiras referências ao imóvel sejam de 1756, a parte mais antiga poderá ser anterior ao século XVIII, sendo que posteriormente foi acrescentado um piso, e que, no século XIX, a casa sofreu grandes obras com o acrescento do lado direito.

O imóvel, que se desenvolve em comprimento pela sequente repetição das aberturas, apresenta, ao centro, uma ampla escadaria semicircular, sendo a porta ladeada de janelas e rematada por alto frontão de lanços, onde se insere o brasão de armas da família. A capela está adossada ao lado esquerdo.

Apresenta então laivos de um neoclassicismo tardio a par com a presença de alguns elementos tendencialmente românticos, de gosto eclético, revivalista e orientalista. Detecta-se um universalismo e individualismo "irracional", estando patente uma forte relação com o sentimento da natureza, a busca do pitoresco e do exótico, o gosto pelo orientalizante, relacionado com o passado histórico, sempre a par do culto do fantástico, do lendário e do oculto, acentuado pela própria decoração pictórica interior, rocaille talvez, mas aportuguesada "à romântica" nos amplos salões, bem como, no exterior, o gosto pelos jardins "construídos". Salienta-se, entre a decoração pictural, a de uma pequena divisão ao lado direito da sala de jantar, onde se localiza um enorme armário/louceiro, em que o tecto é todo decorado com

uma pintura que reproduz sucessivamente um mesmo prato.

A capela, (provavelmente de 1778), dedicada a Nossa Senhora das Dores, apresenta um aparatoso portal, de frontão de volutas interrompido, sobreposto de frontão ondulado, onde se insere um escudo, rematado por cruz e ladeado por vasos.

No interior, destaca-se a pequena capela-mor, com um retábulo setecentista, de motivos concheados, em talha dourada e com policromia, onde se encontrava a imagem da padroeira, daqui retirada pelos anteriores proprietários quando da venda do imóvel, bem como o púlpito, o coro alto, o confessionário, a pia de água benta, a sacristia com invulgar porta de acesso.

A zona especial de protecção abrange a extensa área agrícola que se estende na zona das traseiras do imóvel, delimitada por um muro, bem como uma faixa de menores dimensões em frente ao imóvel, igualmente delimitada por muro, onde se localiza uma curiosa fonte revestida a embrechado de conchas.

Para além do interesse patrimonial do imóvel, realça-se a importância da sua integração paisagística, visto que forma uma unidade em estreita ligação com a paisagem, de valor significativo e relativamente preservada, pelo que se deve procurar a salvaguarda, conservação e manutenção dos seus aspectos mais característicos, harmonizando as transformações associadas à evolução social e económica.

Teve também em atenção, o contexto espacial e os "pontos de vista"/eixos visuais, sendo que assegura a coerência e a especificidade arquitectónica do imóvel e da sua inserção no local, ao integrar os factores da morfologia urbana e do enquadramento paisagístico portadores de relação de proximidade com o imóvel de forma a proteger e contribuir para garantir a fruição visual do mesmo.

ANEXO IV [...]

ANEXO V [...]

ANEXO VI [...]

204697891

Decreto n.º 31-J/2012, de 31 de Dezembro - Procede à classificação como monumentos nacionais do Santuário de Nossa Senhora de Aires, no lugar de Aires, e da Ermida do Senhor Jesus do Cruzeiro, no lugar do Cruzeiro, na freguesia e concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora [In: Diário da República, I Série, n.º 252, 4.º Suplemento, de 31 de Dezembro de 2012, pp. 7424-(302) a 7424-(303)]

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto n.º 31-J/2012

de 31 de Dezembro

O Santuário de Nossa Senhora de Aires, nos arredores de Viana do Alentejo, deve ser considerado um dos mais interessantes e destacados conjuntos do barroco alentejano.

É destino de peregrinações oriundas de toda esta região do país, destacando-se a famosa Romaria de Nossa Senhora de Aires, com origem num alvará de D. José I, que, em 1751, autorizou a realização de uma feira franca no local.

O actual santuário, com obras documentadas entre 1743 e 1760, substitui um edifício primitivo, de fundação quinhentista.

O projecto manifesta influências mafrenses, visíveis na estrutura de muros ondulantes e na fachada com zimbório octogonal, de grande efeito cenográfico, e torres rematadas por cúpulas bolbosas. Da festiva decoração do interior, constituída por um conjunto de pintura mural, estuques coloridos, azulejaria, mármores e talha, destaca-se o enorme baldaquino em talha dourada albergando uma maquineta envidraçada com a imagem quatrocentista da Virgem da Piedade, proveniente da primitiva construção.

O complexo inclui toda a cerca do Santuário, abrangendo o grandioso templo e dependências anexas, a antiga hospedaria, hoje arruinada, e a fonte e tanque de Nossa Senhora de Aires, no Terreiro dos Peregrinos, esta ainda datada de 1640. Na Casa dos Milagres, antiga sala das confrarias, bem como nas dependências anexas, guarda-se um grande número de ex-votos do século XVIII até à atualidade.

A classificação do Santuário de Nossa Senhora de Aires reflecte os critérios

constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, relativos ao carácter matricial do bem, ao seu interesse como testemunho simbólico ou religioso, ao seu valor estético, técnico e material intrínseco, à sua concepção arquitectónica e paisagística e à sua extensão e o que nela se reflecte do ponto de vista da memória colectiva.

A Ermida do Senhor Jesus do Cruzeiro, situada a curta distância do grandioso Santuário de Nossa Senhora de Aires, e pelo menos contemporânea da sua construção, constituiu com este último um importante ponto de peregrinação no Alentejo. Trata-se de um pequeno templo praticamente quadrangular e coberto por cúpula, ao modo das tradicionais "cubas" alentejanas, identificadas com construções de influência islâmica, apesar das dimensões superiores ao habitual.

Os elementos construtivos indicam uma cronologia barroca, talvez ainda da primeira metade do século XVIII ou do período joanino, desde logo identificável pelos elementos decorativos da elegante fachada principal. Embora parcialmente arruinado e despojado da maioria dos elementos originais, incluindo o retábulo-mor, o interior da ermida ainda exibe alguns vestígios de pinturas murais.

O seu interesse patrimonial reside, para além do valor arquitectónico, na ligação com o complexo setecentista de Nossa Senhora de Aires, que a ermida provavelmente antecedeu, sendo possível que nela se tenha guardado a imagem cultuada no santuário enquanto decorria a sua edificação.

A classificação da Ermida do Senhor Jesus do Cruzeiro reflecte os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, relativos ao carácter matricial do bem, ao seu interesse como testemunho simbólico ou religioso, ao seu valor estético, técnico e material intrínseco, à sua concepção arquitectónica e paisagística e às circunstâncias susceptíveis de acarretarem diminuição ou perda da sua perenidade ou da sua integridade.

As zonas especiais de protecção dos bens imóveis agora classificados são fixadas por portaria, nos termos do disposto no artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Foram cumpridos os procedimentos de audição dos interessados, previstos no artigo

27.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, de acordo com o disposto nos artigos 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, e nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

Classificação

São classificados como monumentos nacionais:

a) O Santuário de Nossa Senhora de Aires, no lugar de Aires, freguesia e concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora, conforme planta constante do anexo ao presente decreto, do qual faz parte integrante;

b) A Ermida do Senhor Jesus do Cruzeiro, no lugar do Cruzeiro, freguesia e concelho de Viana do Alentejo, distrito de Évora, conforme planta constante do anexo ao presente decreto, do qual faz parte integrante.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 6 de Dezembro de 2012. - Pedro Passos Coelho.

Assinado em 27 de Dezembro de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 28 de Dezembro de 2012.
O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.
anexo [...]

RESUMO

Numa Introdução procurei expor o conceito e indicar alguns exemplos de ex-votos. Numa pesquisa a textos de Direito Canónico, encontramos boas referências a ex-votos, seja no Código de Direito Canónico de 1917, no Código de Direito Canónico de

1983 e no Código das Igrejas Orientais de 1990, seja em documentos da Conferência Episcopal Portuguesa, da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos e, ainda, da Congregação para os Bispos.

PALAVRAS-CHAVE

Administração extraordinária de bens eclesiásticos, cumprimento de promessas, ex-votos, objectos piedosos, peregrinos, piedade popular, promessas, santuários, testemunhos de fé, votos

COMENTÁRIO AO CASO LAUTSI

Aurora Madaleno

Jurista

Síntese do Caso

Em 22 de Abril de 2002, o marido da Senhora Lautsi, numa reunião de directores de escola em Albano Terme, Itália, levantou a questão da presença de símbolos religiosos nas escolas públicas, particularmente mencionando a existência de crucifixo na parede de cada sala de aula. A decisão fora de os manter.

Em 23 de Julho de 2002, a Senhora Lautsi levantou a questão para o Tribunal Administrativo de Veneto, reclamando de violação do princípio da laicidade. Em 30 de Outubro de 2003, o Ministro da Educação, Universidades e Investigação veio ao processo alegando que a sua orientação dada às escolas se baseava nos decretos reais de 1924 e 1928 ainda em vigor. O Tribunal Administrativo levantou a questão da constitucionalidade desses decretos. O Tribunal Constitucional, em 2004, declarou a questão quanto à constitucionalidade manifestamente inadmissível no que concerne às disposições pertinentes daqueles decretos que, não tendo o estatuto de lei mas só de regulamento, não poderiam ser objecto de uma revisão constitucional. Em 17 de Março de 2005, o Tribunal Administrativo indeferiu o pedido apresentado pela Senhora Lautsi e considerou que as disposições dos

---

[1] [1] **Aurora Martins Madaleno. Pós-graduação em Direito Matrimonial Canónico (Instituto Superior de Direito Canónico, Universidade Católica Portuguesa, 2008). Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, 1980. Investigadora do Instituto Superior de Direito Canónico (Universidade Católica Portuguesa, desde 28 de Abril de 2004). Professora de Direito, Universidade de Lisboa para a Terceira Idade, desde 1989. Advogada (Cédula 5346L), desde 28 de Fevereiro de 1983. Cargos anteriores: Serviços Jurídicos da Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, de 1983 a 2005. Presidente da Direcção da Universidade de Lisboa para a Terceira Idade, de 2000 a 2003. Assessora Jurídica Principal do quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1994- 1996). Técnica Superior Principal do quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (1988- 1994). Publicações: "A Cúria Romana à luz da história e do direito", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; "Procriação - Regime jurídico", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; "Natal", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; Vil "A dentro - Quem pergunta quer saber", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012; "No Centenário da República (1910-2010) - Saneamento e Reintegração", São Brás de Alportel: Casa da Cultura António Bentes, 2012. *Direito Do Ensino Religioso - Legislação civil e canónica, pareceres e jurisprudência*, Vol. I e Vol. II, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2012. "Santa Casa da Misericórdia de Lisboa", Forum Canonicum, vol.III/2 (2008); "A Propósito da Clonagem", Árvore do Saber (2003); "Liberdade de Educação", Árvore do Saber (2002); *Súmulas das Lições de Direito*, ULTI (2001 e 2002); *Fiscalização da Constitucionalidade das leis na Constituição*, OA (1982).**

decretos reais em causa estavam ainda em vigor e que a presença de crucifixos nas salas de aula da escola estadual não viola o princípio da laicidade do Estado, que era "parte do património jurídico da Europa e das democracias ocidentais". O Tribunal considerou, em especial, que o crucifixo era um símbolo do Cristianismo em geral, mais do que só do Catolicismo, pois servia como um ponto de referência para outros credos. Prosseguiu a dizer que o crucifixo era um símbolo histórico e cultural, possuindo um "valor ligado à identidade" para o povo italiano, e que também deveria ser considerado um símbolo de um sistema de valores que sustentam a Constituição Italiana.

Em 13 de Abril de 2006, o Conselho de Estado, para o qual a Senhora Lautsi entretanto apelara, confirmou que a presença de crucifixos nas salas de aula da escola estadual tem a sua base legal nos decretos reais em vigor e é compatível com o princípio da laicidade.

Por acórdão de 3 de Novembro de 2009, a Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo concluiu pela violação do artigo 2.º do protocolo n.º 1 em conjunto com o artigo 9.º da Convenção.

O Governo do Estado Italiano recorreu da sentença do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo, de 3 de Novembro de 2009 (processo nº 30814/06 – Lautsi e Outros v. Itália) que havia condenado a Itália, considerando que a presença de crucifixos nas salas de aula é uma violação da liberdade dos pais de educar os seus filhos segundo as suas crenças e a liberdade de religião dos alunos.

O recurso do Governo Italiano contra aquela sentença de 3 de Novembro de 2009 foi julgado pelo mesmo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem mas agora funcionando em Tribunal Pleno (A Grande Câmara). Após ter deliberado em conferência em 30 de Junho de 2010 e em 16 de Fevereiro de 2011, proferiu sentença, em 18 de Março de 2011, segundo a qual a presença dos crucifixos nas paredes das escolas públicas da Itália não viola o n.º 2 do artigo 9.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem assinada em Roma em 4 de Abril de 1950. Esta sentença foi proferida pelo Plenário de 17 juízes, julgamento em que intervieram França (Presidente), Grécia, Reino Unido, Dinamarca, Andorra, Malta, Croácia, Estónia, Rússia, Noruega, Finlândia, Suíça, Chipre, Irlanda, Bulgária, Moldávia, Itália e

também o Secretário Erik Fribergh. Tornada pública, é do seguinte teor, em língua inglesa:

"1. Holds, by fifteen votes to two, that there has been no violation of Article 2.º of Protocol N.º. 1 and that no separate issue arises under Article 9.º of the Convention;

2. Holds unanimously that there is no cause to examine the complaint under Article 14.º of the Convention."

1.1. A presença de crucifixos nas paredes das escolas públicas de Itália não viola o artigo 2.º do Protocolo n.º 1 que é do seguinte teor:

Artigo 2.º do Protocolo n.º 1, sobre a educação e ensino consoante as convicções religiosas e filosóficas dos pais

A ninguém pode ser negado o direito à instrução. O Estado, no exercício das funções que tem de assumir no campo da educação e do ensino, respeitará o direito dos pais a assegurar aquela educação e ensino consoante as suas convicções religiosas e filosóficas.

A Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem fundamentou a sua decisão nas alegações do Governo de Itália que prova respeitar o direito dos pais e lhes assegura a educação e ensino dos filhos consoante as suas convicções religiosas e filosóficas. Mantendo os crucifixos nas paredes das salas de aula das escolas públicas, o Governo de Itália defende princípios e valores humanos prosseguidos pelo Cristianismo enraizado na cultura e tradição do povo italiano.

1.2. Nenhuma outra questão surge ao abrigo do artigo 9.º da Convenção que é do seguinte teor:

Artigo 9.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, sobre a liberdade de pensamento, de consciência e de religião

1 - Qualquer pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de crença,

assim como a liberdade de manifestar a sua religião ou a sua crença, individual ou colectivamente, em público e em privado, por meio do culto, do ensino, de práticas e da celebração de ritos.

2 - A liberdade de manifestar a sua religião ou convicções, individual ou colectivamente, não pode ser objecto de outras restrições senão as que, previstas na lei, constituírem disposições necessárias, numa sociedade democrática, à segurança pública, à protecção da ordem, da saúde e moral públicas, ou à protecção dos direitos e liberdades de outrem.

A Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem assim entendeu com fundamento em que não está em causa, pelo facto de existirem crucifixos nas paredes das salas de aula das escolas públicas de Itália, o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião ou a liberdade de manifestação individual ou colectiva de religião ou crença.

1.3. Não há motivo para o Tribunal examinar a denúncia nos termos do artigo 14.º da Convenção que é do seguinte teor:

Artigo 14.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, sobre o dever de assegurar o gozo dos direitos e liberdades

O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.

A Grande Câmara do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem assim entendeu porque não foi provado que o Governo de Itália tenha deixado de assegurar o gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção, concretamente fundadas na religião a que pertença uma minoria de cidadãos, mantendo os crucifixos nas paredes das salas de aula das escolas públicas.

Alguns considerandos:

2. A maioria dos Italianos concordaram com a presença na sala de aula do símbolo encarando-o como "sinal cultural".

2.1. O Estado italiano garante o direito dos pais educarem os filhos de acordo com as suas crenças religiosas.

2.2. Para a ministra da Educação, Mariastella Gelmini, a sentença de que o Governo recorria tratava-se de uma "decisão ideológica". Em seu entender, a cruz "não significa adesão ao catolicismo; é um símbolo da nossa tradição".

2.3. A presença de crucifixos nas salas de aula não viola o direito à instrução nem a liberdade de pensamento, de consciência e de religião

A Convenção

3. Os Estados Europeus Membros do Conselho da Europa, animados no mesmo espírito, possuindo um património comum de ideais e tradições políticas, de respeito pela liberdade e pelo primado do direito, concluíram a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, em Roma, em 4 de Novembro de 1950, tendo em atenção a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948, destinada a assegurar o reconhecimento e aplicação universais e efectivos dos direitos nela enunciados.

Com esta Convenção o Conselho da Europa visou alcançar a sua finalidade que é realizar uma união mais estreita entre os seus Membros através da protecção e desenvolvimento dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, que constituem as verdadeiras bases da justiça e da paz no mundo.

Os direitos e liberdades que as Altas Partes Contratantes reconhecem a qualquer pessoa dependente da sua jurisdição encontram-se definidos no título I da Convenção. No título II são criados uma Comissão Europeia de Direitos do Homem e um Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, a fim de assegurar o respeito que resultam da Convenção e dos seus Protocolos. (cf. artigos 1.º e 19.º da Convenção)

3.1. O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem funciona a título permanente. Compõe-se de um número de juízes igual ao número de membros do Conselho da Europa. Não pode haver dois juízes que sejam nacionais do mesmo

Estado. Só as Altas Partes Contratantes e a Comissão Europeia dos Direitos do Homem têm o direito de requerer ao Tribunal. (cf. artigos 38.º e 44.º da Convenção)

3.2. O Protocolo n.º 1 visou tomar providências apropriadas para assegurar a garantia colectiva de direitos e liberdades, além dos que já figuravam no título I da Convenção. Este Protocolo foi feito em Paris, em 20 de Março de 1952.

3.3. Em Portugal, era Presidente da República o General António Ramalho Eanes e Presidente da Assembleia da República o Dr. Vasco da Gama Fernandes, quando a Convenção Europeia dos Direitos do Homem foi aprovada, para ratificação, pela Lei n.º 65/78, de 13 de Outubro, com seis reservas:

1.ª O artigo 5.º da Convenção não obstará à prisão disciplinar imposta a militares, em conformidade com o Regulamento de Disciplina Militar;

2.ª O artigo 7.º da Convenção não obstará à incriminação e julgamento dos agentes e responsáveis da PIDE/DGS, em conformidade com o disposto no artigo 309.º da Constituição;

3.ª O artigo 10.º da Convenção não impedirá que, por força do disposto no n.º 6 do artigo 38.º da Constituição, a televisão pode ser objecto de propriedade privada;

4.ª O artigo 11.º da Convenção não obstará à proibição do lock-out, em conformidade com o disposto no artigo 60.º da Constituição;

5.ª A alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º da Convenção não obstará a que possa ser estabelecido um serviço cívico obrigatório, em conformidade com o disposto no artigo 276.º da Constituição;

6.ª O artigo 11.º da Convenção não obstará à proibição de organizações que perfilhem ideologia fascista, em conformidade com o disposto no artigo 46.º da Constituição.

3.4. Também Portugal aprovou o Protocolo Adicional n.º 1 à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, concluído em Paris em 20 de Março de 1952, com duas reservas:

1.ª O artigo 1.º do Protocolo não obsta a que, por força do disposto na Constituição, as expropriações de latifundiários e de grandes proprietários e

empresários ou accionistas possam não dar lugar a qualquer indemnização em termos a determinar por lei;

2.ª O artigo 2.º do Protocolo n.º 1 não obstará à não confessionalidade do ensino público e fiscalização pelo Estado do ensino particular, em conformidade com o disposto nos artigos 43.º e 75.º da Constituição, nem obstará à validade das disposições legais relativas à criação de escolas particulares, em conformidade com o disposto no artigo 75.º da Constituição.

O Tratado da União Europeia

4. Parece-me também oportuno referir aqui o previsto no Tratado de Lisboa, que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia, assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007.

Lembro, designadamente, um considerando sobre a inspiração no património cultural, religioso e humanista da Europa, bem como a inserção de três artigos em que se atende à dignidade da pessoa humana, à não discriminação em razão da religião ou crença e ao respeito pelas igrejas e comunidades religiosas nos Estados-Membros.

Em Portugal, o Tratado de Lisboa foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 19/2008, de 19 de Maio.

Assim:

4.1. Sobre a inspiração no património cultural, religioso e humanista da Europa, o Tratado de Lisboa insere no preâmbulo do Tratado da União Europeia o seguinte considerando:

Inspirando-se no património cultural, religioso e humanista da Europa, de que emanaram os valores universais que são os direitos invioláveis e inalienáveis da pessoa humana, bem como a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de direito,

4.2. No que respeita à dignidade da pessoa humana, insere o artigo 1.º-A com a seguinte redacção:

A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres.

4.3. Sobre a não discriminação em razão da religião ou crença, insere o artigo 5.º-B com a seguinte redacção:

Na definição e execução das suas políticas e acções, a União tem por objectivo combater a discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

4.4. E, sobre o respeito pelas igrejas e comunidades religiosas nos Estados-Membros, insere o novo artigo 16.º-C com a seguinte redacção:

1 - A União respeita e não interfere no estatuto de que gozam, ao abrigo do direito nacional, as igrejas e associações ou comunidades religiosas nos Estados-Membros.

2 - A União respeita igualmente o estatuto de que gozam, ao abrigo do direito nacional, as organizações filosóficas e não confessionais.

3 - Reconhecendo a sua identidade e o seu contributo específico, a União mantém um diálogo aberto, transparente e regular com as referidas igrejas e organizações.

Sem pretender dar mais realce a estas normas do que a outras que os estudiosos bem conhecem, ainda assim insiro em apêndice as normas da Convenção sobre o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, concluída em Roma em 4 de Novembro de 1950, bem como da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948.

APÊNDICE

I

Convenção Europeia dos Direitos do Homem,
assinada em Roma, em 4 de Novembro de 1950

[…]

Artigo 57.º

(Reservas)

1. Qualquer Estado pode, no momento da assinatura desta Convenção ou do depósito do seu instrumento de ratificação, formular uma reserva a propósito de qualquer disposição da Convenção, na medida em que uma lei então em vigor no seu território estiver em discordância com aquela disposição. Este artigo não autoriza reservas de carácter geral.

2. Toda a reserva feita em conformidade com o presente artigo será acompanhada de uma breve descrição da lei em causa.

[…]

TÍTULO II

(Tribunal Europeu dos Direitos do Homem)

Artigo 19.º

(Criação do Tribunal)

A fim de assegurar o respeito dos compromissos que resultam, para as Altas Partes Contratantes, da presente Convenção e dos seus protocolos, é criado um Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, a seguir designado "o Tribunal", o qual funcionará a título permanente.

Artigo 20.º
(Número de juízes)

O Tribunal compõe-se de um número de juízes igual ao número de Altas Partes Contratantes.

Artigo 21.º

(Condições para o exercício de funções)

1. Os juízes deverão gozar da mais alta reputação moral e reunir as condições requeridas para o exercício de altas funções judiciais ou ser jurisconsultos de reconhecida competência.

2. Os juízes exercem as suas funções a título individual.

3. Durante o respectivo mandato, os juízes não poderão exercer qualquer actividade incompatível com as exigências de independência, imparcialidade ou disponibilidade exigidas por uma actividade exercida a tempo inteiro. Qualquer questão relativa à aplicação do disposto no presente número é decidida pelo Tribunal.

Artigo 22.º

(Eleição dos juízes)

Os juízes são eleitos pela Assembleia Parlamentar relativamente a cada Alta Parte Contratante, por maioria dos votos expressos, recaindo numa lista de três candidatos apresentados pela Alta Parte Contratante.

Artigo 23.º

(Duração do mandato e destituição)

1. Os juízes são eleitos por um período de nove anos. Não são reelegíveis.

2. O mandato dos juízes cessará logo que estes atinjam a idade de 70 anos.

3. Os juízes permanecerão em funções até serem substituídos. Depois da sua substituição continuarão a ocupar-se dos assuntos que já lhes tinham sido cometidos.

4. Nenhum juiz poderá ser afastado das suas funções, salvo se os restantes juízes decidirem, por maioria de dois terços, que o juiz em causa deixou de corresponder aos requisitos exigidos.

Artigo 24.º

(Secretaria e relatores)

O Tribunal dispõe de uma secretaria, cujas tarefas e organização serão definidas no regulamento do Tribunal.

Sempre que funcionar enquanto tribunal singular, o Tribunal será assistido por relatores que exercerão as suas funções sob autoridade do Presidente do Tribunal. Estes integram a secretaria do Tribunal.

Artigo 25.º

(Assembleia plenária do Tribunal)

O Tribunal, reunido em assembleia plenária:

a) Elegerá o seu presidente e um ou dois vice-presidentes por um período de três anos. Todos eles são reelegíveis;

b) Criará secções, que funcionarão por período determinado;
c) Elegerá os presidentes das secções do Tribunal, os quais são reelegíveis;
d) Adoptará o regulamento do Tribunal;
e) Elegerá o secretário e um ou vários secretários-adjuntos;
f) Apresentará qualquer pedido nos termos do artigo 26°, n° 2.

Artigo 26.º

(Tribunal singular, comités, secções e tribunal pleno)

1. Para o exame dos assuntos que lhe sejam submetidos, o Tribunal funcionará com juiz singular, em comités compostos por 3 juízes, em secções compostas por 7 juízes e em tribunal pleno composto por 17 juízes. As secções do tribunal constituem os comités por período determinado.

2. A pedido da Assembleia Plenária do Tribunal, o Comité de Ministros poderá, por decisão unânime e por período determinado, reduzir para cinco o número de juízes das secções.

3. Um juiz com assento na qualidade de juiz singular não procederá à apreciação de qualquer petição formulada contra a Alta Parte Contratante em nome da qual o juiz em causa tenha sido eleito.

4. O juiz eleito por uma Alta Parte Contratante que seja parte no diferendo será membro de direito da secção e do tribunal pleno. Em caso de ausência deste juiz ou se ele não estiver em condições de intervir, uma pessoa escolhida pelo Presidente do Tribunal de uma lista apresentada previamente por essa Parte intervirá na qualidade de juiz.

5. Integram igualmente o tribunal pleno o presidente do Tribunal, os vice-presidentes, os presidentes das secções e outros juízes designados em conformidade com o regulamento do Tribunal. Se o assunto tiver sido deferido ao tribunal pleno nos termos do artigo 43°, nenhum juiz da secção que haja proferido a decisão poderá naquele intervir, salvo no que respeita ao presidente da secção e ao juiz que decidiu em nome da Alta Parte Contratante que seja Parte interessada.

Artigo 27.º

(Competência dos juízes singulares)

1. Qualquer juiz singular pode declarar a inadmissibilidade ou mandar arquivar qualquer petição formulada nos termos do artigo 34° se essa decisão puder ser tomada sem posterior apreciação.
2. A decisão é definitiva.

3. Se o juiz singular não declarar a inadmissibilidade ou não mandar arquivar uma petição, o juiz em causa transmite-a a um comité ou a uma secção para fins de posterior apreciação.

Artigo 28.º

(Competência dos comités)

1. Um comité que conheça de uma petição individual formulada nos termos do artigo 34° pode, por voto unânime:

a) Declarar a inadmissibilidade ou mandar arquivar a mesma sempre que essa decisão puder ser tomada sem posterior apreciação; ou

b) Declarar a admissibilidade da mesma e proferir ao mesmo tempo uma sentença quanto ao fundo sempre que a questão subjacente ao assunto e relativa à interpretação ou à aplicação da Convenção ou dos respectivos Protocolos for já objecto de jurisprudência bem firmada do Tribunal.

2. As decisões e sentenças previstas pelo n° 1 são definitivas.

3. Se o juiz eleito pela Alta Parte Contratante, parte no litígio, não for membro do comité, o comité pode, em qualquer momento do processo, convidar o juiz em causa a ter assento no lugar de um dos membros do comité, tendo em consideração todos os factores relevantes, incluindo a questão de saber se essa Parte contestou a aplicação do processo previsto no n° 1, alínea b).

Artigo 29.º

(Decisões das secções quanto à admissibilidade e ao fundo)

1. Se nenhuma decisão tiver sido tomada nos termos dos artigos 27° ou 28°, e se nenhuma sentença tiver sido proferida nos termos do artigo 28°, uma das secções pronunciar-se-á quanto à admissibilidade e ao fundo das petições individuais formuladas nos termos do artigo 34°. A decisão quanto à admissibilidade pode ser tomada em separado.

2. Uma das secções pronunciar-se-á quanto à admissibilidade e ao fundo das petições estaduais formuladas nos termos do artigo 33°. A decisão quanto à admissibilidade é tomada em separado, salvo deliberações em contrário do Tribunal relativamente a casos excepcionais.

Artigo 30.º

(Devolução da decisão a favor do tribunal pleno)

Se um assunto pendente numa secção levantar uma questão grave quanto à interpretação da Convenção ou dos seus protocolos, ou se a solução de um litígio puder conduzir a uma contradição com uma sentença já proferida pelo Tribunal, a secção pode,

antes de proferir a sua sentença, devolver a decisão do litígio ao tribunal pleno, salvo se qualquer das partes do mesmo a tal se opuser.

Artigo 31.º
(Atribuições do tribunal pleno)

O tribunal pleno:

a) Pronunciar-se-á sobre as petições formuladas nos termos do artigo 33° ou do artigo 34°, se a secção tiver cessado de conhecer de um assunto nos termos do artigo 30° ou se o assunto lhe tiver sido cometido nos termos do artigo 43°;

b) Pronunciar-se-á sobre as questões submetidas ao Tribunal pelo Comité de Ministros nos termos do artigo 46°, n° 4; e

c) Apreciará os pedidos de parecer formulados nos termos do artigo 47°.

Artigo 32.º

(Competência do Tribunal)

1. A competência do Tribunal abrange todas as questões relativas à interpretação e à aplicação da Convenção e dos respectivos protocolos que lhe sejam submetidas nas condições previstas pelos artigos 33°, 34°,46° e 47°.

2. O Tribunal decide sobre quaisquer contestações à sua competência.

Artigo 33.º

(Assuntos interestaduais)

Qualquer Alta Parte Contratante pode submeter ao Tribunal qualquer violação das disposições da Convenção e dos seus protocolos que creia poder ser imputada a outra Alta Parte Contratante.

Artigo 34.º

(Petições individuais)

O Tribunal pode receber petições de qualquer pessoa singular, organização não governamental ou grupo de particulares que se considere vítima de violação por qualquer Alta Parte Contratante dos direitos reconhecidos na Convenção ou nos seus protocolos. As Altas Partes Contratantes comprometem - se a não criar qualquer entrave ao exercício efectivo desse direito.

Artigo 35.º

(Condições de admissibilidade)

1. O Tribunal só pode ser solicitado a conhecer de um assunto depois de esgotadas todas as vias de recurso internas, em conformidade com os princípios de direito internacional geralmente reconhecidos e num prazo de seis meses a contar da data da decisão interna definitiva.

2. O Tribunal não conhecerá de qualquer petição individual formulada em aplicação do disposto no artigo 34° se tal petição:

a) For anónima;

b) For, no essencial, idêntica a uma petição anteriormente examinada pelo Tribunal ou já submetida a outra instância internacional de inquérito ou de decisão e não contiver factos novos.

3. O Tribunal declarará a inadmissibilidade de qualquer petição individual formulada nos termos do artigo 34° sempre que considerar que:

a) A petição é incompatível com o disposto na Convenção ou nos seus Protocolos, é manifestamente mal fundada ou tem carácter abusivo; ou

b) O autor da petição não sofreu qualquer prejuízo significativo, salvo se o respeito pelos direitos do homem garantidos na Convenção e nos respectivos Protocolos exigir uma apreciação da petição quanto ao fundo e contanto que não se rejeite, por esse motivo, qualquer questão que não tenha sido devidamente apreciada por um tribunal interno.

4. O Tribunal rejeitará qualquer petição que considere inadmissível nos termos do presente artigo. O Tribunal poderá decidir nestes termos em qualquer momento do processo.

Artigo 36.º

(Intervenção de terceiros)

1. Em qualquer assunto pendente numa secção ou no tribunal pleno, a Alta Parte Contratante da qual o autor da petição seja nacional terá o direito de formular observações por escrito ou de participar nas audiências.

2. No interesse da boa administração da justiça, o presidente do Tribunal pode convidar qualquer Alta Parte Contratante que não seja parte no processo ou qualquer outra pessoa interessada que não o autor da petição a apresentar observações escritas ou a participar nas audiências.

3. Em qualquer assunto pendente numa secção ou no tribunal pleno, o Comissário para os Direitos do Homem do Conselho da Europa poderá formular observações por escrito e participar nas audiências.

Artigo 37.º
(Arquivamento)

1. O Tribunal pode decidir, em qualquer momento do processo, arquivar uma petição se as circunstâncias permitirem concluir que:

a) O requerente não pretende mais manter tal petição;
b) O litígio foi resolvido;
c) Por qualquer outro motivo constatado pelo Tribunal, não se justifica prosseguir a apreciação da petição.

Contudo, o Tribunal dará seguimento à apreciação da petição se o respeito pelos direitos do homem garantidos na Convenção assim o exigir.

2. O Tribunal poderá decidir - se pelo desarquivamento de uma petição se considerar que as circunstâncias assim o justificam.

Artigo 38.º
(Apreciação contraditória do assunto)

O Tribunal procederá a uma apreciação contraditória do assunto em conjunto com os representantes das Partes e, se for caso disso, realizará um inquérito para cuja eficaz condução as Altas Partes Contratantes interessadas fornecerão todas as facilidades necessárias.

Artigo 39.º
(Resoluções amigáveis)

1. O Tribunal poderá, em qualquer momento do processo, colocar-se à disposição dos interessados com o objectivo de se alcançar uma resolução amigável do assunto, inspirada no respeito pelos direitos do homem como tais reconhecidos pela Convenção e pelos seus Protocolos.

2. O processo descrito no n° 1 do presente artigo é confidencial.

3. Em caso de resolução amigável, o Tribunal arquivará o assunto, proferindo, para o efeito, uma decisão que conterá uma breve exposição dos factos e da solução adoptada.

4. Tal decisão será transmitida ao Comité de Ministros, o qual velará pela execução dos termos da resolução amigável tais como constam da decisão.

Artigo 40.º
(Audiência pública e acesso aos documentos)

1. A audiência é pública, salvo se o Tribunal decidir em contrário por força de circunstâncias excepcionais.

2. Os documentos depositados na secretaria ficarão acessíveis ao público, salvo decisão em contrário do presidente do Tribunal.

Artigo 41.º
(Reparação razoável)

Se o Tribunal declarar que houve violação da Convenção ou dos seus protocolos e se o direito interno da Alta Parte Contratante não permitir senão imperfeitamente obviar às consequências de tal violação, o Tribunal atribuirá à parte lesada uma reparação razoável, se necessário.

Artigo 42.º
(Decisões das secções)

As decisões tomadas pelas secções tornam-se definitivas em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 44.º

Artigo 43.º
(Devolução ao tribunal pleno)

1. Num prazo de três meses a contar da data da sentença proferida por uma secção, qualquer parte no assunto poderá, em casos excepcionais, solicitar a devolução do assunto ao tribunal pleno.

2. Um colectivo composto por cinco juízes do tribunal pleno aceitará a petição, se o assunto levantar uma questão grave quanto à interpretação ou à aplicação da Convenção ou dos seus protocolos ou ainda se levantar uma questão grave de carácter geral.

3. Se o colectivo aceitar a petição, o tribunal pleno pronunciar-se- á sobre o assunto por meio de sentença.

Artigo 44.º
(Sentenças definitivas)

1. A sentença do tribunal pleno é definitiva.

2. A sentença de uma secção pronunciar-se-á definitiva:

a)Se as partes declararem que não solicitarão a devolução do assunto ao tribunal pleno;

b)Três meses após a data da sentença, se a devolução do assunto ao tribunal pleno não for solicitada;

c) Se o colectivo do tribunal pleno rejeitar a petição de devolução formulada nos termos do artigo 43°.

3. A sentença definitiva será publicada.

Artigo 45.º
(Fundamentação das sentenças e das decisões)

1. As sentenças, bem como as decisões que declarem a admissibilidade ou a inadmissibilidade das petições, serão fundamentadas.

2. Se a sentença não expressar, no todo ou em parte, a opinião unânime dos juízes, qualquer juiz terá o direito de lhe juntar uma exposição da sua opinião divergente.

Artigo 46.º
(Força vinculativa e execução das sentenças)

1. As Altas Partes Contratantes obrigam-se a respeitar as sentenças definitivas do Tribunal nos litígios em que forem partes.

2. A sentença definitiva do Tribunal será transmitida ao Comité de Ministros, o qual velará pela sua execução.

3. Sempre que o Comité de Ministros considerar que a supervisão da execução de uma sentença definitiva está a ser entravada por uma dificuldade de interpretação dessa sentença, poderá dar conhecimento ao Tribunal a fim que o mesmo se pronuncie sobre essa questão de interpretação. A decisão de submeter a questão à apreciação do tribunal será tomada por maioria de dois terços dos seus membros titulares.

4. Sempre que o Comité de Ministros considerar que uma Alta Parte Contratante se recusa a respeitar uma sentença definitiva num litígio em que esta seja parte, poderá, após notificação dessa Parte e por decisão tomada por maioria de dois terços dos seus membros titulares, submeter à apreciação do Tribunal a questão sobre o cumprimento, por essa Parte, da sua obrigação em conformidade com o n° 1.

5. Se o Tribunal constatar que houve violação do n° 1, devolverá o assunto ao Comité de Ministros para fins de apreciação das medidas a tomar. Se o Tribunal constatar que não houve violação do n° 1, devolverá o assunto ao Comité de Ministros, o qual decidir-se-á pela conclusão da sua apreciação.

Artigo 47.º
(Pareceres)

1. A pedido do Comité de Ministros, o Tribunal pode emitir pareceres sobre questões jurídicas relativas à interpretação da Convenção e dos seus protocolos.

2. Tais pareceres não podem incidir sobre questões relativas ao conteúdo ou à extensão dos direitos e liberdades definidos no título I da Convenção e nos protocolos, nem sobre outras questões que, em virtude do recurso previsto pela Convenção, possam ser submetidas ao Tribunal ou ao Comité de Ministros.

3. A decisão do Comité de Ministros de solicitar um parecer ao Tribunal será tomada por voto maioritário dos seus membros titulares.

Artigo 48
(Competência consultiva do Tribunal)

O Tribunal decidirá se o pedido de parecer apresentado pelo Comité de Ministros cabe na sua competência consultiva, tal como a define o artigo 47.º

Artigo 49.º
(Fundamentação dos pareceres)

1. O parecer do Tribunal será fundamentado.

2. Se o parecer não expressar, no seu todo ou em parte, a opinião unânime dos juízes, qualquer juiz tem o direito de o fazer acompanhar de uma exposição com a sua opinião divergente.

3. O parecer do Tribunal será comunicado ao Comité de Ministros.

Artigo 50.º
(Despesas de funcionamento do Tribunal)

As despesas de funcionamento do Tribunal serão suportadas pelo Conselho da Europa.

Artigo 51.º
(Privilégios e imunidades dos juízes)

Os juízes gozam, enquanto no exercício das suas funções, dos privilégios e imunidades previstos no artigo 40° do Estatuto do Conselho da Europa e nos acordos concluídos em virtude desse artigo.

II

Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desconhecimento e o desprezo dos direitos do homem conduziram a actos de barbárie que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os seres humanos sejam livres de falar e de crer, libertos do terror e da miséria, foi proclamado como a mais alta inspiração do homem;

Considerando que é essencial a protecção dos direitos do homem através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando que é essencial encorajar o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamam, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres e se declararam resolvidos a favorecer o progresso social e a instaurar melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados membros se comprometeram a promover, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito universal e efectivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum destes direitos e liberdades é da mais alta importância para dar plena satisfação a tal compromisso:

A Assembleia Geral

Proclama a presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efectivos tanto entre as populações dos próprios Estados membros como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição.

Artigo 1.º

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

Artigo 2.º

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autónomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Artigo 3.º

Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4.º

Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos.

Artigo 5.º

Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Artigo 6.º

Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento em todos os lugares da sua personalidade jurídica.

Artigo 7.º

Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei. Todos têm direito a protecção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo 8.º

Toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9.º

Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10.º

Toda a pessoa tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

Artigo 11.º

1. Toda a pessoa acusada de um acto delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo público em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

2. Ninguém será condenado por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não constituíam acto delituoso à face do direito interno ou internacional. Do mesmo modo, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que o acto delituoso foi cometido.

Artigo 12.º

Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a protecção da lei.

Artigo 13.º

1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.

2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.

Artigo 14.º

1. Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.

2. Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 15.º

1. Todo o indivíduo tem direito a ter uma nacionalidade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16.º

1. A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e de constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião. Durante o casamento e na altura da sua dissolução, ambos têm direitos iguais.

2. O casamento não pode ser celebrado sem o livre e pleno consentimento dos futuros esposos.

3. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado.

Artigo 17.º

1. Toda a pessoa, individual ou colectivamente, tem direito à propriedade.

2. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

Artigo 18.º

Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

Artigo 19.º

Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Artigo 20.º

1. Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Artigo 22.º

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 23.º

1. Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego.

2. Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.

3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de protecção social.

4. Toda a pessoa tem o direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

Artigo 24.º

Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas.

Artigo 25.º

1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

2. A maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Artigo 26.º

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das actividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos.

Artigo 27.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2. Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Artigo 28.º

Toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efectivos os direitos e as liberdades enunciados na presente Declaração.

Artigo 29.º

1. O indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade.

2. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática.

3. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.

Artigo 30.º

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada de maneira a envolver para qualquer Estado, agrupamento ou indivíduo o direito de se entregar a alguma actividade ou de praticar algum acto destinado a destruir os direitos e liberdades aqui enunciados.

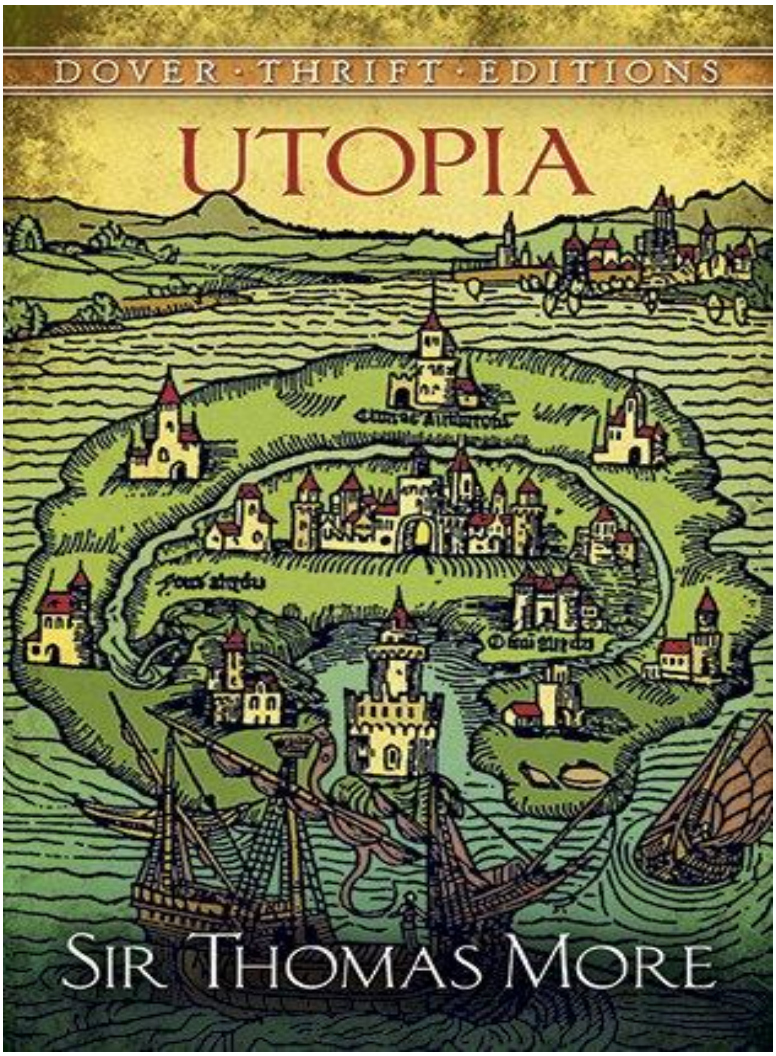
RESUMO

O Governo Italiano recorreu da sentença do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem de Estrasburgo, de 3 de Novembro de 2009, que condenava a Itália por violar o artigo 2.º do Protocolo n.º 1 em conjunto com o artigo 9.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. O Tribunal considerava que a presença de crucifixos nas salas de aula era uma violação da liberdade dos pais de educar os seus filhos segundo as suas crenças e da liberdade de religião dos alunos, dando, assim, razão aos recorrentes Senhora Lautsi e Outros. No recurso apresentado pelo Governo, a Itália defendia que a presença de crucifixos nas salas de aula não violava o princípio da laicidade do Estado, que era "parte do património jurídico da Europa e das democracias ocidentais", que o crucifixo era um símbolo histórico e cultural, possuindo um "valor ligado à identidade" para o povo italiano e que também deveria ser considerado um símbolo de um sistema de valores que sustentam a Constituição Italiana. O recurso foi julgado pelo Plenário (Grande Câmara) do Tribunal dos Direitos do Homem que proferiu sentença em 18 de Março de 2011. O Plenário deu razão ao Governo Italiano, porque não foi provado que, mantendo os crucifixos nas paredes das salas de aula das escolas públicas, não seja assegurado o gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção, concretamente fundadas na religião a que pertença uma minoria de cidadãos.

PALAVRAS CHAVE

Direitos humanos, educação religiosa, garantia da liberdade religiosa, o crucifixo como símbolo cultural, os crucifixos nas escolas, respeito dos direitos e liberdades dos outros, sociedade democrática

UTOPIA AS COMMON GOOD



AMÉRICO PEREIRA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

The main axis that theoretically structures the political edifice of *Utopia* is common good, common wealth. It is the proposed new understanding of this axis that creates a sense of unease when certain people read the book. This apparently crazed perspective on the goodness of the city, adequately explained by a Portuguese philosopher, Raphael Hythloday, informs the whole substance of the discourse.

What is the meaning of this common wealth? It is important to understand that this is presented not as a new conception of common good, as if the notion already existed before *Utopia*, but as a radically new notion, a new mode of putting the world – *Utopia* is really the world, the real "new world" – into perspective, an ontological one. It is not Utopia that is to be considered unreal, but that which one commonly considers the "real world", truly unreal in its illogical mode of being. It is not a new ontological logic that More proposes to us, but simple logic, tout court.

The narrative about Utopia is a narrative about a logical world, something that never existed. One has to ponder if the greater reasons for wonder within this philosophical work are the things culturally most distant from our habitudes or the things most distant from our habitudes because they are logical, something that many of our cultural habitudes are not. Isn't it the menacing perspective of having to live in a logically structured community, instead of in a capricious one, that which is awkward and non-appealing?

---

[1] Américo José Pinheira Pereira, Doctor in Philosophy, Portuguese Catholic University, 1996. Several items of scientific publications in the areas of Ontology, Ethics, Portuguese Thought, Epistemology, Philosophy of Religion, Ancient Philosophy and Political Philosophy, including nine books. Various Academic Administrative positions. Director of the Philosophy Department 2013-15. Senior research member and Board member of the Philosophy Centre of the Portuguese Catholic University. His main publications are: *Ética e Teologia. Declinações de uma relação* (2016); *Eros e Sophia. Estudos platónicos* II (2015); *A Crise do Bem. Reflexão sobre o Job e o sofrimento* (2014); LAVELLE, Louis, *Cadernos de Guerra. Na frente*, Francisco Piedade Vaz (transl.), Américo Pereira (coord.); "Guerra, uma redefinição", *Synesis*, vol. 6, nº 2, Jul/Dez 2014, pp. 1-20.

What one finds in Utopia is a new ontology of human-political-goodness, a new ontology of common good, of common wealth (we shall, from now on, use these two terms indistinctly), perhaps even a new metaphysics of the common wealth (seeking its transcendental principles, devoid of all human prejudice and malice).

Nevertheless, the notion is not a new one: the especially used and quoted Plato had already plunged his masterful intelligence in the matter, and Augustine had also pondered a radical doctrine on it.

What is the meaning of "common good"? A community not of "goods", but of "the good", because they are all, as forms of the one good, of common wealth, to be put to the service of all the persons involved, that is to say, of the ones who constitute the act of the great integrative "polis", for Utopia is a "polis" of "poleis", a city of cities, a community of communities, just like the present "global village" should be, but is not, prisoner as it is of old and dying cultural values of ethnocentric substance.

We use the term "polis" due to the inadequacy of the term "state". It is inadequate due to the very core of that which erects Utopia from within: what the strange Portuguese man is telling us, we, the readers, in the stead of Thomas More, is that there is no traditional "state" in Utopia and that the "state" was replaced with and by the "commonwealth" and that they are no synonymous terms or realities alike.

It is not very difficult to understand that they are, really, contradictory, for "state" is an abstract reality that, when tentatively imposed upon mundane reality tends to annihilate the latter enslaving it to the abstract form being imposed. Thus is not Utopia, for it is not an abstraction, though it may look like one to a careless onlooker, absent of attention towards the reality of the many details that constitute the report on the mode of being of the now unveiled "polis".

There are many institutions in *Utopia*, but none among them is really a "state". Utopia is its common wealth, that is to say that Utopia coincides with its common good. Utopia is a "commonwealth". There is no Utopia prior to its act as an act of

common wealth. Common good is not superposed upon an already existing Utopia. Utopia is not a "state", not even an "institution", but an act, a very complex act of political life, of human relations, totally considered, ontologically understood: it is not a modern sociological entity, made of external relations, but an entity that is, moment by moment, the integration of the acts of all the people who belong to it. This belonging is synonym to being an entity that is part of, a part that cannot be forgotten or allowed to betray.

This act, in its existence, while it exists, is the common wealth. This new political architecture is that which explains the integrative form of common political action in Utopia, action that involves all the persons, all the institutions, all the parametrization of political acts, from the most individual aspects to the most collective ones, from the way one behaves at the dinner table to the way one prays, to the making of war.

No action has any human or political sense unless it is deployed under the anthropo-cosmic dome of common wealth. After an attentive reading of the work, one easily understands that this wealth, this good, this real goodness that is common is not something to be possessed by many or even shared by many, but acted by all. This is a necessary condition for the existence of a real "polis", that which Utopia is.

This universal thing that is the wealth is no ordinary thing. It is not even a "thing" at all: it is, as we have already seen, an act. This universal act is the act of the "polis" itself as goodness.

The Polis-Utopia is not possessed – neither does it possess – it is not shared. Why not? Because there is no Utopia, prior to the common wealth, that can be possessed. When Utopia was founded by Utopus, its being as an act of common wealth began. At its first moment, there was nothing to be possessed or shared: all that was properly Utopian was yet to be created. In those times, only the process of creation was born. All the rest had to follow. This first wealth is not possessed or shared, but is that which permits all sharing, perhaps even all possession, if necessary.

The common wealth, however, is no possession, it is a creation. It is also not something to be shared like a finding can be, but something to be built.

It is only the activity of the universal act of construction of Utopia that can be shared, the movement, not the thing, because there is no "thing", just the movement of construction, of creation. This is the secret of Utopia. Thomas More knew that this is the secret of love: a motion towards good, goodness. That is why no possession makes any sense, for one cannot possess an act because of its indomitable fluidity.

Thomas More may invoke Plato, and well, but it is on the metaphysics of Heraclitus that his formal notion of the act of the "polis" stands. The "polis", Utopia, is an ever flowing never ending – one hopes – act, of immensely detailed movements, all united by the same one "logos", the finality embedded in all of that detail: common wealth. Common wealth is the logical "telos" of Utopia. But it is also its most minute flesh, its being as the means for itself, its act of poetic construction: a "polis" as an act of universal poetry, of symphonic voice.

Its absolute is as absolute as the "logos" of the movement in the metaphysics of Heraclitus. This is the reason why everything else is relative, this utter relativity being symbolized by the figure of money, the thing, which has no reality but the reality of the faith one has in it. Money, the symbol of derided futility for in itself void of ontological density other than that of a useless surrogate: for instance, nobody survives eating money.

In a world of famine, I can obtain from you the last kilogram of wheat paying you one gold ton. Nevertheless, we will both very soon perish. A ton of wheat would allow us both to wait for the next crop, the kilo of wheat allows me to live for some days; the ton of gold does not do anything for you when the matter at stake is the irreducible need for something to eat. This is the crudest human reality: to it only a continuous act of common wealth may answer with effectiveness: this effectiveness is no utopia, but the unique reality that can provide us both with the real goods that can allow us to survive, better even, live and live as human beings should live, that is, with human dignity. Nothing utopic exists in this.

The difference in the substance of things is what distinguishes wealth, real wealth – the wheat in our example – from the illusion of wealth – the gold in our example. Using the logic that erects this same example, one understands that gold is the maker of death, wheat the maker of life, therefore, gold is the utopic one, not wheat: but gold is the utopia as the city of the dead. The real utopia is the society that is similar to a cemetery, where the one's gold digs the other's grave, as a matter of "daily bread".

It is this ontological distinction that constitutes the heart of More's notion of wealth and common wealth. Gold can never be a common wealth because gold, in this ontological sense, is absolutely no wealth at all. One can easily understand now why gold is so debased in Utopia: it corresponds to no actual wealth; it is just a belief with no possible efficacy. The narrative the Portuguese philosopher elaborates is quite abundant with details of the real richness, goodness that constitutes the common wealth of Utopia. The people – the persons – each and every one are Utopia's best wealth. Its land, its water, its soil riches, its organization, its culture and civilization all are Utopia's wealth. They all take part in its common good. They all belong to this same and unique act that creates this "polis".

If the people are the main riches, no one can be alienated from the access to any other needed riches, except the ones who try to, somehow, prejudice or annihilate precisely the common richness.

All the relations between the person and the "polis" are liturgy relations, relations of service: life in Utopia is a permanent act of liturgy. It is either this or the exile. The latter happens in many forms, death being the most extreme one. The common good serves the person, the person serves the common good: the better they serve each other the better all becomes, all resulting, the system working perfectly, in a perfect common wealth.

It is this finality that deserves the name of "theoretical-utopia": it is theoretically possible, but the same narrative Thomas More presents us with shows that the real "polis" of Utopia is far from reaching such perfection.

What one has in Utopia is a really non-utopic culture, civilization, "polis". In this sense, Utopia is non-utopic, but "pre-" or "to be" utopian. It is no perfect "polis", far from it: it is just an approximate essay of perfection. What the odd Portuguese philosopher shows us is a, in his thesis, much better "city" than our own, than all of our non-Utopia cities. And that is all. No Utopia as such can we find in the text.

Though Utopians loathe violence, and never apply it, they do not deter themselves from the use of necessary, appropriate force – which is no synonym to violence – when the common wealth – Utopia itself – is in danger. The imperilment of Utopia justifies the most diamantine measures, including war, war that is to be, as long as possible, waged away – the farther possible – from the motherland, preferably with the use of mercenaries, to be fought swiftly, rapidly annihilating the enemy leader in order to spare all the others involved further suffering and death, as best as possible.

As a political apex, the Utopians practice a rule according to which, when victory is won, the persons belonging to the enemy who were not responsible for the war must be spared and helped; the ones responsible for war are to be punished, even put to death, so they do not promote another one and so that the example set may teach others the final destiny that waits those who are responsible for wars.

Maybe we can encounter More's echo in Churchill's principles evidently stated at the beginning of his World War II Memories:[2] "In war: resolution; In defeat: defiance; In victory: magnanimity; In peace: good will". But for defeat, the echo seems clear.

Knowing the price peoples have to pay for it, Utopia never provokes war. Thus, the Utopians just respond to provocation. Therefore, all of utopian war action is destined to protect Utopia from destruction or defilement. When at war, their action is warlike perfect, which means cold, effective quick measures to win it and, thus, end it. This is the price of war, only avoidable if war never breaks, that is to say if no one ever starts a war. This one is a true utopic thought.

---

[2] Winston S. Churchill, *The Second World War*, six volumes, Boston, Houghton Mifflin Company, 1985.

Great harshness calls for great mercy. Utopia responds with grace and greatness: its common good is expanded to foreign peoples even as a result of war. After the war as well as when no war exists at all, they extend it through commerce and other pacific enterprises and activities, but their best moment is when, as a result of their victory, not only Utopia's common good increases, but the wealth, the common wealth of others increases too. This is an immense lesson, one lectured by someone as important as Thomas More, but one that had no great future.

Remember the situation after World War One, the Great War: the losing potencies in need of a salutary mercy received an overcharge of punishment that much helped to create revengeful movements such as the Nazi one. The "Utopian Lesson of Mercy", if applied after World War I, as figures such as Winston Spencer Churchill and Thomas Woodrow Wilson wanted, could have avoided the Second World War.

Another lesson, the one that consists on putting the culprits face to face with their actions and the consequences of those actions, making them assume their responsibility, could have, should have transformed the Tribunals of Nuremberg and Tokyo into an unique official Peace Tribunal capable of placing under trial all war criminals who appeared since the aftermath of the Second World War.

The real Utopia is a world without the kind of tragic and perennial stupidity that leads to wars. A fundamental thing is very clear: to try to annihilate common wealth is to enter an agonic state that will result in the death of the offender. The Utopians never forget that there is nothing beyond that which constitutes the possibility of their existence: the act of the "polis". Here, Thomas More touches one unquestionable truth: the "polis", the city is the ontological possibility of humanity. There is no other. Destroy the "polis", the common good, and you will destroy humanity. If this was true in More's time, not as Utopia, but as the fundamental ontological possibility for the reality of humanity, it is ultimately true nowadays, when the "island" of Utopia refers itself to the global Planet Earth.

The reflection Thomas More undertook is applicable to "Global Island Earth". Now is the only possible time for our common good, for the common wealth. There

is no other. The common good that erected the theoretical Utopia, the one in the book with the same name, with all its assumed defects, and with all its non-assumed defects, is, as universal desire and want for universal goodness, the same that can motivate us now. This is the possibility of a common, universal, salvation, or, instead, of universal certain doom.

BIBLIOGRAPHY

MORE, THOMAS *The Utopia of Sir Thomas More*. In Latin from the; Edition of March 1518, and in English from the 1St Ed, of Ralph Robynsons Translation in 1551 with additional translations, introduction and notes, facsimiled edition of Oxford Clarendon Press by Forgotten Books, 2012.

----------, *Utopia*, translated, edited and introduced by Dominic Baker-Smith, London: Penguin Books, 2012.

CHURCHILL Winston S., *The Second World War*, six volumes, Boston: Houghton Mifflin Company, 1985.

ABSTRACT

The narrative that presents the "polis" of "Utopia" does not build an image of a "place without place", but demonstrates that which could and should be – at least structurally – the form of a real community, the one that erects itself as an act of "common-wealth/common-good/common-goodness". The utopian societies, the ones that should have "no place" in human affairs, are the ones that exist historically. So it is really an inversion of "topoi" the one that Sir Thomas operates, making us remember that the reality of humanity is not a society of Hobbes like wolves, but a community of Augustine like good-doers, even if not perfect, even if never perfect.

KEY-WORDS

Thomas More, Utopia, Common good/Common wealth, *Polis*.

Mulheres Negras, Políticas de Género e Problemas Identitários

Mulheres Igbo

Ana Monteiro-Ferreira

Eastern Michigan University

Quando em 2000 tive o privilégio de fazer o curso de pós-graduação da Internationale Frauenuniversität - IFU (Universidade Internacional de Estudos sobre as Mulheres) na Universidade de Hanover na Alemanha, uma das suas experiências mais marcantes foi a mundialidade do projecto.

Durante três meses, mais de mil mulheres de todo o mundo partilharam alojamentos, conviveram, estudaram e trabalharam doze horas por dia, sete dias por semana, trocando experiências, saberes, sabores, risos e lamentos, arte e ciência. Foi uma experiência única na sua dimensão, intensidade, variedade e riqueza de conteúdos.

Vêem estas memórias a propósito das muitas mulheres africanas das mais variadas latitudes que então conheci, com quem falei e ouvi a propósito do fio comum que nos unia: a temática do curso e a nossa condição de mulheres.

Na altura, não pude deixar de notar com alguma perplexidade abordagens díspares, contraditórias até, que eu própria também não tinha capacidade nem competência para entender nem questionar.

---

[1] NOTA BIOGRÁFICA: Ana Monteiro-Ferreira é Professora Associada do Departamento de Africology e African American Studies na Eastern Michigan University. É doutorada e mestre em Estudos Africano Americanos por Temple University (Filadélfia) e também mestre em Estudos sobre as Mulheres pela Universidade Aberta (Lisboa). Integra estas duas áreas no seu trabalho docente e de investigação em história, literatura e cultura africana/africana americana com forte ênfase na discussão das estruturas epistemológicas, teóricas, filosóficas e culturais da(s) sociedade(s) contemporânea(s). Dos seus trabalhos, publicados em Portugal, no Brazil e nos Estados Unidos, destaca-se aqui o mais recente *The Demise of the Inhuman* (SUNY, 2014) distinguido em 2015 como "The Best Scholarly Book" pelo Diopian Institute for Scholarly Advancement.

Era notória alguma fricção entre as perspectivas destas mulheres, manifestações mesmo de algum mal disfarçado desprezo quando o discurso de alguma delas favorecia o valor das tradições e se sobrepunha à linguagem dos papéis de género.

A crítica mais frequente incidia sobre o que as defensoras dos papéis de género consideravam serem expressões de um pensamento retrógrado por oposição ao que elas consideravam ser uma análise mais realística das sociedades contemporâneas africanas.

Anos passados sobre as experiências que agora vos refiro não só me deram respostas que, na altura, me faltavam mas demonstraram-me também como os 'nossos' discursos ocidentais – por mais analíticos e críticos que gostemos de os considerar – são fundamentalmente normativos e hegemónicos. Especialmente se e quando os estudos sobre género assumem a universalidade da cosmovisão e dos valores ocidentais.

A razão da minha falta de entendimento para as discussões a que assisti estava na minha acrítica e, *ipso facto*, imediata aceitação da relevância e completa aplicabilidade dos conceitos ocidentais às realidades africanas; neste caso específico o conceito de género como categoria organizadora de relações sociais.

É sobre isto que vos quero falar hoje um pouco, ou de como os discursos sobre África a partir das epistemologias ocidentais assumem, sem questionamento, que análises de género são fundamentais para se entender o desenvolvimento político, económico e social das sociedades africanas e o seu impacto na vida e nas relações entre homens e mulheres africanos, ou de descendência africana, onde quer que vivam, em África ou em qualquer das suas diásporas.

Existem três questões fundamentais e interligadas que é preciso discutir antes de se avançar qualquer discussão sobre género e mulheres negras: são as questões da universalidade, aplicabilidade e relevância do conceito. No que se refere às sociedades

africanas é essencial o conhecimento prévio dos seus contextos históricos, conceptualização do mundo ou filosofia africana, e dos valores sociais subjacentes[2].

Dir-me-ão que isso representa um programa integral de estudos antes que se possam dar passos em direcção a análises mais específicas. E assim é, precisamente. Caso contrário, estaremos a perpetuar e a reproduzir interpretações e conclusões eivadas desses preconceitos epistemológicos que derivam das nossas premissas de universalidade do conhecimento e dos superiores valores ocidentais.

No caso específico do rígido conceito ocidental de género é fundamental saber que, na generalidade das sociedades africanas tradicionais, género não é uma categoria social ou melhor, nunca foi, até à imposição de transformações políticas, religiosas, e sociais impostas pelas dominações árabes a europeias.

Nunca foi o princípio dicotómico organizativo das sociedades, nem as características biológicas ou sexuais jamais serviram de base ao estabelecimento de relações sociais; muito menos como base para a definição de posicionamentos hierárquicos.

Contrariamente ao pensamento ocidental e ao modelo islâmico, os papéis sociais em função do sexo não determinavam diferenças de estatuto ou posição social.

Na generalidade das culturas africanas tradicionais – e estou aqui a referir-me àquilo que de original sobreviveu quase intacto apesar das colonizações árabe/muçulmana a partir do século VII e europeia/cristã a partir do século XV – as mulheres não eram consideradas nem se consideravam desprovidas de poder ou em desvantagem, nem controladas e definidas pelo poder masculino.

É igualmente fundamental reconhecer que não existiam interacções reais ou simbólicas de subordinação ou de empoderamento determinadas por marcadores de

---

[2] "Se você for à Nigéria com olhar ocidental, ficará em choque. As pessoas têm dificuldade de ler aquela riqueza [dos dirigentes africanos em modelos de ostentação ocidentais]. A simplicidade material não quer dizer miséria. Quando você se abre para compreender aquele universo, vê que maldade fizeram conosco, os descendentes de africanos. Tiraram a nossa identidade. Fomos afastados de uma sociedade que valoriza a sabedoria, o respeito ao mais velho, reverenciado por estar mais próximo dos ancestrais". Palavras de babalaio Ivanir dos Santos durante a sua visita a Ifé, capital religiosa, cultural e artística do território iorubá durante a Idade Média. https://oglobo.globo.com/sociedade/religiao/brasileiros-retratam-uma-outra-nigeria-onde-fe-ancestral-ioruba-predomina-15872849#ixzz4hjMvxI8P

sexo não havendo, portanto, lugar para o conceito relacional de género na maior parte das línguas e sociedades africanas.

Isto é demonstrável através de dois exemplos, entre muitos outros: os estudos de Ifi Amadiume (1998) sobre os sistemas sociais que ela designa de 'duplo-sexo' na língua e cultura *Igbo* e os estudos linguísticos de Oloyede Oyewumi (1997) da sociedade e cultura *oyo-yoruba* da Nigéria ocidental.

Estes são excelentes exemplos uma vez que, independentemente dos costumes que as sociedades são forçadas a adoptar, as línguas permanecem como os mais duradouros testemunhos das realidades culturais e sociais profundas.

A linguagem, como o mais poderoso veículo conceptual e simbólico das representações e interacções sociais, demonstra que nestas sociedades a posição e a identidade sociais derivam de um sistema complexo e dinâmico de relações sociais tais como o nome de família, carreira ou profissão que não apresentam diferenciação linguística de género. Por exemplo, não existem na língua *yoruba* diferentes géneros gramaticais para designar filho e filha, irmão e irmã, marido e mulher.

Por outro lado, sendo a língua o veículo fundamental e central na formação da identidade social, o facto de os seres humanos pertencerem todos à categoria de *rin* - denominador comum de ser humano – torna imediatamente inviável, inexistente e por isso inaplicável o conceito ocidental relacional de homem e mulher.

Assim *obinrin* (indivíduo do sexo feminino) não está subordinado/a nem destituído/a de poder em relação a *okurin* (indivíduo do sexo masculino).

Na língua e cultura *oyo-yoruba* a idade é o mais importante marcador social. Na mais simples e imediata interacção social a determinação da hierarquia etária ou senioridade é absolutamente fundamental.

O conhecimento destas perspectivas cosmológicas e filosóficas, centrais nas definições de identidade e expressas nos sistemas linguísticos, leva-nos a apontar para outra questão fundamental: a ausência de marcadores de género na linguagem reflecte a inexistência dessa categoria tanto nas práticas como nas instituições sociais, as quais se organizam com base no conceito de senioridade.

No entanto, também este conceito não é estático nem monolítico como veremos adiante. Por isso, quando as suas interacções definem o estatuto das mulheres exteriores à linhagem, uma leitura apressada dirigida pelo pensamento ocidental pode lê-lo erradamente como expressões de desvalorização em função do género.

Oyewumi demonstra ainda que práticas sociais como, por exemplo, divisões de trabalho, relações de parentesco, profissões e estruturas de poder político, não são ordenadas em termos de diferenças de género ou papéis de género mas de acordo com a linhagem ou descendência que interagem com o conceito de senioridade.

Entre os povos *oyo-yoruba* tanto *okunrin* como *obinrin* (ou seja, indivíduos de ambos os sexos) estão igualmente representados, por exemplo, na agricultura e no comércio. Oyewumi explica que um indivíduo do sexo feminino pode ser um guerreiro, um adivinho, um caçador ou um agricultor exactamente na mesma medida em que um indivíduo do sexo masculino pode ser um comerciante ou aquele que se encarrega do cuidar (ex. preparar as refeições da família).

O que é determinante, portanto, em termos de hierarquia social é o conceito – extremamente complexo - de senioridade que inclui mesmo a distinção entre os membros da linhagem e os membros exteriores à linhagem: aqueles que, através do casamento passam a pertencer ao grupo, sendo, portanto, sempre considerados como mais novos. É este factor e não o sexo de pertença que pode determinar exclusão, ou subordinação.

Amadiume (1998, p. 17) por sua vez, refere que as construções gramaticais *Igbo* não incluem qualquer marcador de género associado a homem ou a mulher quer na linguagem falada quer na forma escrita pelo que não é necessário qualquer ajustamento mental ou linguístico não existindo também sequer qualquer confusão nas situações em que as mulheres desempenham os chamados papéis típicos masculinos. E exemplifica com a descrição da participação indiferenciada das raparigas nos rituais e na política.

Quando estas distinções dos papéis de género e a sua valorização e desvalorização se impuseram, elas foram introduzidas numa violação flagrante das fundações ontológicas das culturas *igbo, oyo, yoruba* e de muitas outras sociedades e culturas africanas, como resultado das políticas coloniais e da imposição de modelos e valores alheios a universos e práticas autóctones.

Mais de 500 anos de dominação do pensamento e das práticas europeias não puderam deixar de provocar sérios conflitos entre duas filosofias, perspectivas de vida e relações sociais tão profundamente diferentes, com clara interferência nas práticas que determinam linhas de pensamento e questões de identidade. Os historiadores, filósofos, cientistas, autores e pensadores ocidentais traduziram abusivamente e de forma quase injuriosa as cosmovisões, valores e práticas africanas:

> **"Undoubtedly, there exist untranslatable cultural, philosophical and behavioural shades of meanings in Africans expressions. (…) African living manners and ways of life that that are innate in Africans and are not similar to the English or other European ways of life" (Ezema, 2013, p. 222).**

O conceito de diabo (devil)[3] que, tal como género, também nem sequer existe na cosmovisão dos povos *Igbo*, é apenas mais um dos muitos exemplos de traduções abusivas, reconstruções de sentidos e substituições de conceitos que, quer por ignorância ou arrogância epistemológica têm relegado as culturas e os valores africanos para o plano do bárbaro, primitivo e selvagem (Radcliffe-Brown, 1952; Evans-Pritchard, 1965; Malinowski, 1926[4]).

Seguindo um processo de contracção, eliminação, codificação, e recodificação, a tradução ocidentalizada das línguas, do pensamento, e das ontologias africanas que tem levado a um quase total genocídio das suas culturas não é, no entanto, apenas resultante de um persistente racismo cultural e ideológico visível na antropologia

---

[3] "Missionaries and colonial administrators adopted this manner of translation during the colonial era (…) and ignored the fact that that culture acts as a frame within which external signs or reality are interpreted. It is this practice (…) that led to the wrong and controversial translation of the Igbo word 'ekwensu' into English as 'devil'. (Ezema, 2013: 222)

[4] Cf. Firth, R (1957). *Man and Culture: An Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski*.

ocidental da primeira vaga. Investigadores mais progressistas, desde os chamados antropólogos radicais às feministas, têm continuado a reproduzir as mesmas interpretações distorcidas de um mundo que as suas convicções ideológicas querem continuar a ignorar.

Quando hoje, tal como em 2000, ouvimos e assistimos a profundos conflitos identitários entre as mulheres negras de todas as partes do mundo, é preciso sabermos compreender que as razões destes conflitos residem, por um lado, nas distorções impostas pelas práticas coloniais sobre os seus sistemas ontológicos e por outro, num pensamento hegemónico que ao longo de mais de 500 anos tem procurado desvalorizar as riquíssimas culturas e tradições humanísticas de África substituindo-as pelos valores individualistas, capitalistas e patriarcais das sociedades ocidentais. E este comportamento intelectual, salvo honrosas excepções, é transversal a todas as disciplinas académicas.

O que quero dizer, para terminar, é que é, de facto, imprescindível que as mulheres africanas, tanto em África como nas suas respectivas diásporas, assumam que é necessário reconciliarem-se, em primeiro lugar, com a riqueza humanista das suas tradições, das filosofias africanas na sustentabilidade da vida e do ambiente, da ética das suas relações sociais tradicionais e das suas culturas.

Daí a necessidade do projecto afrocêntrico (Asante, 1980; 1990; 1998). Esta é a primeira condição para a recuperação do conhecimento e do pensamento africanos descomprometida de padrões epistemológicos ocidentais uma vez que a essência do paradigma afrocêntrico reside na centralidade da história e das experiências, vivências, valores ontológicos e filosóficos dos povos africanos como *locus* das suas próprias epistemologias. Sendo, por essa razão, eventualmente o único paradigma que oferece uma clara ruptura com o pensamento hegemónico ocidental (Monteiro-Ferreira, 2014) a Afrocentricidade reorienta o sujeito africano para o seu lugar como agente dos seus próprios contextos, participante na análise, compreensão, e produção do conhecimento como parceiros legítimos numa orientação dialógica de um discurso multicultural.

Não existe, na minha opinião, nenhum outro paradigma capaz desta consistência crítica transversal às várias áreas em que um racismo epistemológico tem sido mais dominante e persistente: história, filosofia, sociologia, serviço social, psicologia, antropologia, literatura, estudos culturais e estudos feministas e de género. Daí que esta seja a teoria do conhecimento e metodologia adequada para uma correcta interpretação e avaliação dos dados que digam respeito aos povos de origem africana, às suas culturas, identidades, línguas e estéticas qualquer que seja o país ou o continente em que se encontrem.

A primeira prioridade das mulheres africanas terá de ser, portanto, a recuperação dos seus saberes perdidos, ocultados e deturpados. Em segundo lugar, e dentro do âmbito da presente discussão, é igualmente fundamental que conheçam bem as políticas de género para perceberem como a adopção destas visões alheias aos seus valores contribuíram e continuam a contribuir para manter as mulheres negras numa dupla situação de subalternidade: (1) por serem mulheres navegando sociedades ocidentais ou sociedades africanas ocidentalizadas; e (2) por lhes ser negado o poder que a sua identidade cultural africana legitimamente lhes confere.

BIBLIOGRAFIA

AMADIUME, I. (1998). *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in an African Society.* Atlantic Highlands, NJ: Zed Books Ltd.

ASANTE, M.K. [1980] (2003). *Afrocentricity: The Theory of Social Change*. Revised Edition. Chicago: African American Images.

---------- (1990). *Kemet, Afrocentricity and Knowledge*. Trenton, NJ: Africa World Press.

---------- (1998). *The Afrocentric Idea*. Revised Edition. Philadelphia: Temple University Press.

EVANS-PRITCHARD, E.E. (1965). *Theories of Primitive Religion*. Oxford: Oxford University Press.

EZEMA, P. A. (2013). Semiotic translation and the expression of African thoughts and cultural values. *Journal of African Studies and Development,* vol. 5(8), December, pp. 218-223.
http://www.academicjournals.org/journal/JASD/article-full-text-pdf/D74EDAB41331
acedido em 28/02/2017.

FIRTH, R. (ed). (1957). ***Man and Culture: An Evaluation of the Work of Bronislaw Malinowski*****. New York, NY: Routledge.**
OYEWUMI, O. (1997). ***The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*****. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.**
MONTEIRO-FERREIRA, A. (2015). ***The Demise of the Inhuman: Afrocentricity, Modernism, and Postmodernism*****. Albany, NY: SUNY.**
RADCLIFFE-BROWN, A.R. (1952). ***Structure and Function in Primitive Society.*** **Glencoe, IL: The Free Press.**
TINOCO, D. (2015). "Brasileiros retratam uma outra Nigéria, onde a fé ancestral iorubá predomina". ***O Globo*** **de 15/04/2015.**
https://oglobo.globo.com/sociedade/religiao/brasileiros-retratam-uma-outra-nigeria-onde-fe-ancestral-ioruba-predomina-15872849#ixzz4hnXlN4FH acedido em 28/02/2017.

RESUMO

"Mulheres negras, políticas de género e problemas identitários" discute as questões resultantes do facto de os discursos sobre África a partir das epistemologias ocidentais assumirem, sem questionamento, que análises de género são fundamentais para se entenderem as sociedades africanas. Demonstrando que, na generalidade das sociedades africanas tradicionais, género nunca foi uma forma de categorização e estratificação social, o presente estudo explica que a universalidade, aplicabilidade e relevância dos paradigmas ocidentais são inadequados para o cabal entendimento da experiência africana; e evidencia que a adopção destas visões alheias aos seus valores contribuíram e continuam a contribuir para manter as mulheres negras numa dupla situação de subalternidade que é preciso reverter através de paradigmas afrocêntricos.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres negras, género, identidade, cultura, sociedades e ontologias africanas.

ABSTRACT

"Black women, Gender policies, and Issues of identity" discusses problems resulting from the fact that discourses about Africa are framed by western epistemologies following a perfunctory assumption that gender is a fundamental category of analysis to understand African societies. This article explains that the concept and its universality, applicability, and relevance are inappropriate for a comprehensive understanding of African women's experiences by demonstrating that gender has never been a determinant factor in the social structure and hierarchy in traditional African societies. Furthermore, it shows that the adoption of these concepts and visions alien to their ontological and social values have contributed and still contribute to keep black women in a two-fold subaltern position that can only be overturned by the Afrocentric paradigm.

KEY-WORDS

Black women, gender, identity, African cultures, societies, and ontologies.

JOÃO LOBO ANTUNES

A CIÊNCIA E A ARTE

Maria Laura Bettencourt Pires

Universidade Católica

A o reflectir sobre o que poderia escrever para evocar a memória de João Lobo Antunes (1944-2016), apercebi-me de como era difícil redigir uma *laudatio funebris* em que tentasse dizer algo que não fosse já do domínio público. Decidi, apesar de tudo, fazê-lo, por o seu elogio, ou panegírico, ser tão merecido e, após alguma ponderação, intitulei esta breve reflexão "João Lobo Antunes – A Ciência e a Arte". Fui, evidentemente, motivada pela admiração pelo

---

[1] **NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA - Maria Laura Bettencourt Pires é Professora Catedrática de Estudos Ingleses e Americanos, Investigadora Sénior do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Directora da revista *Gaudium Sciendi* da Sociedade Científica da Universidade Católica, Presidente da Direcção de Fulbrighters Portugal e membro do Conselho Consultivo do projecto Educating for Global Peace. Entre as suas actividades académicas, destacam-se: a docência e a coordenação (cursos de Mestrado, Doutoramento e Pós-Graduação; Secção das Ciências Sociais da Sociedade Científica e Projectos de Investigação). Ensinou também nas Universidades Nova e Aberta. Nos EUA, foi "Gulbenkian Fellow", "John Carter Brown/National Endowment for the Humanities Research Fellow"; "Fulbright Scholar" e "Visiting Researcher" e ensinou nas Universidades de Georgetown, Brown e Fairfield. Além de organizar colóquios internacionais e de proferir várias conferências e palestras em lançamento de livros, publicou: *As Humanidades e as Ciências– Dois Modos de Ver o Mundo* (Co-editora, 2013); *Intellectual Topographies and the Making of Citizenship* (Co-editora, 2011) e como autora, *Intelectuais Públicas Portuguesas - As Musas Inquietantes* (2010), *Ensino Superior: Da Ruptura à Inovação* (2007), *Teorias da Cultura* ([3]2011, [2]2006, [1]2004), *Ensaios-Notas e Reflexões* (2000), *Sociedade e Cultura Norte Americanas* (1996), *William Beckford e Portugal* (1987), *História da Literatura Infantil Portuguesa* (1982), *Portugal Visto pelos Ingleses* (1980), *Walter Scott e o Romantismo Português* (1979), além de vários editoriais, prefácios, ensaios e artigos em volumes de homenagem, revistas, jornais e enciclopédias.**

famoso médico mas também, em parte, inspirada em Fernando Pessoa, que, ele tanto apreciava, e que afirmou que: "A ciência descreve as coisas como são; a arte, como são sentidas, como se sente que são. O essencial na arte é exprimir; o que se exprime não tem importância.".[2]

A minha escolha do tema derivou também do facto de que - além de ser um neurocirurgião internacionalmente reconhecido – Lobo Antunes se distinguia, igualmente, por, durante toda a sua vida, ter pugnado, e sempre com êxito, por ser uma voz prestigiosa tanto no âmbito da Ciência como das Humanidades[3]. Era um investigador emérito e um perito exímio que explorava a forma como a Arte e o mundo quotidiano interagiam e, em toda a sua obra, se verifica que estava consciente de que tanto a Arte, no sentido lato das Humanidades, como a Ciência, na acepção das chamadas "ciências duras ou exactas", são esquemas de leitura da realidade e tentativas de compreender o mundo e o lugar que nele ocupamos.

Consciente de que todos os leitores decerto o conhecem, relativamente à sua biografia, limitar-me-ei a dizer que João Lobo Antunes foi um dos espíritos mais deslumbrantes do seu tempo. Além de ser um neurocirurgião excepcional e um insigne professor da Universidade de Lisboa, tinha vastos interesses multidisciplinares, sendo intensamente apaixonado por literatura, música e pintura. Escrevia com grande força expressiva e elegância, podendo mesmo ser considerado um verdadeiro humanista que combinava a subjectividade da arte com a objectividade científica. Referia-se a si próprio como um "angustiado metafísico", dizendo mesmo que tinha uma "inquietação interminável".

Os seus múltiplos interesses incluíam, como já referi, além da Medicina, a Cultura, a Criatividade, as Artes, a Literatura, a Fotografia, o Cinema e a Música, destacando-se, praticamente, em todos eles. A forma como actuava lembrava a de Gilles Deleuze (1925–1995) que, na sua *magnum opus*, intitulada *Différence et Répètition* (1968), tentou desenvolver uma metafísica que fosse adequada à

---

[2] *Pessoa Inédito*. (Orientação, coordenação e prefácio de Teresa Rita Lopes). Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

[3] A propósito de a noção de cidadania implicar ter uma voz pública em defesa das artes *vidé* Mary Schmidt & Randy Martin (Eds.), *Artistic Citizenship: A Public Voice for the Arts,* New York: Routledge, 2006.

matemática e à ciência contemporâneas, procurando, de modo inteiramente original, criar conceitos que correspondessem às práticas artísticas dos pintores, dos escritores e dos cineastas e em que, entre outras, a noção de Multiplicidade substituía a de Substância[4].

No âmbito da Ciência, começarei, obviamente, por me referir à Medicina a propósito da qual creio que basta citar aquilo que, em 2015, João Lobo Antunes escreveu na colecção de ensaios intitulada *Ouvir com Outros Olhos*[5] e que passo a citar:

> **"O que me preocupa: é que a medicina, empolgada pela ciência, seduzida pela tecnologia e atordoada pela burocracia, apague a sua face humana e ignore a individualidade única de cada pessoa que sofre, pois embora se inventem cada vez mais modos de tratar, não se descobriu ainda a forma de aliviar o sofrimento sem empatia nem compaixão".**

Apesar de tudo o que se poderia acrescentar sobre aquele que – na atribuição do Prémio Pessoa, em 1996 - foi considerado "um verdadeiro renovador da tradição médica humanista"[6] , estas suas palavras parecem dizer o primordial, se pensarmos, tal como nos ensinou o Padre António Vieira, que: "O melhor retrato de cada um é aquilo que escreve."[7]

Em relação à Arte, que constitui o segundo elemento do meu título, quem o conhecia, sabe como a considerava importante e é inegável que parecia pensar, tal como dizia Nietzsche[8], que era o fenómeno estético que: "possibilitava, aliciava e

---

[4] A este propósito, Deleuze afirmava: "A filosofia consiste sempre em criar conceitos. Nunca me preocupei com a morte da filosofia; ela tem uma função que permanece perfeitamente actual, ninguém o pode fazer em vez dela. Certamente, a filosofia sempre teve os seus rivais. Hoje é a informação, a comunicação que forma uma raça atrevida... A filosofia sente-se pequena e só diante de tais potências, mas, se chegar a morrer, pelo menos será de rir." "Qu'est-ce que la philosophie?, in *Chimères* Nº. 8, mai 1990.

[5] João Lobo Antunes, *Ouvir com Outros Olhos*, Lisboa: Gradiva, [1]2015; [4]2016, p. 34.

[6] *Idem*, p. 193.

[7] Padre António Vieira, *Sermões* 74.

8 Friedrich Nietzsche, *Also Sprach Zarathustra: Ein Buch für Alle und Keinen* (1883-1891). Versão portuguesa (*e-book*): *Assim Falou Zaratustra*
https://www.elivrosgratis.com/download/1953/assim-falou-zaratustra-friedrich-nietzsche.html

estimulava a vida e que existia para, ao criar belas ilusões, impedir que a realidade nos destruísse".

Relativamente a pormenores biográficos, como é do conhecimento geral, licenciou-se em Medicina na Universidade de Lisboa, em 1968, com as mais altas classificações, tendo, seguidamente, ido para os Estados Unidos, onde trabalhou no Departamento de Neurocirurgia do New York - Presbyterian Hospital (o hospital das Universidades de Cornell e Columbia), e ensinado na conhecida Columbia University. Quando regressou a Portugal, obteve o grau de Doutor em 1983 e, um ano mais tarde, era Professor de Neurocirurgia na Faculdade de Medicina. Na prática clinica, distinguia-se por ter sempre tempo para atender todos os que o procuravam, independentemente da sua classe social, e por ser gentil e simpático.

Em 1990, foi eleito Vice-Presidente da World Federation of Neurosurgical Societies e, em 1999, Presidente da European Neurosurgery Society. Em 1996, foi nomeado Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Medicina, tendo-lhe, nesse mesmo ano, sido atribuído o prestigioso "Prémio Pessoa". Até à sua jubilação, em 2014, foi Professor Catedrático de Neurocirurgia da Faculdade de Medicina de Lisboa e fundador e Presidente do Instituto de Medicina Molecular.

Escreveu mais de cento e cinquenta artigos científicos e é o autor de seis livros, que seguidamente enumero: *Um Modo de Ser* (1996), *Numa Cidade Feliz* (1999), Memória *de Nova Iorque e Outros Ensaios* (2002), *Sobre a Mão e Outros Ensaios* (2005), *O Eco Silencioso* (2008), *Inquietação Interminável* (2010) e *Egas Moniz - Uma Biografia* (2010), que lhe granjearam a merecida fama de excelente escritor.

Entre os múltiplos artigos e ensaios que escreveu, destaco o que publicou em 2003 e intitulou "A Profissão de Médico"[9] por nele se referir à Medicina como ciência e às suas novas faces, sublinhando – sabiamente como sempre - que o modo como esta se vê a si própria nem sempre coincide com a imagem que outros dela fazem. Menciona também, atribuindo-lhe a merecida importância para a criação de uma medicina científica, ao admirável tratado de Anatomia de Andreas Vesalius

[9] **"A profissão de Médico", *in Análise Social*, vol. XXXVIII (166), 2003, pp. 77-99.**

(1514-1564), intitulado *De Humani Corporis fabrica libri septem*[10], publicado em 1543.

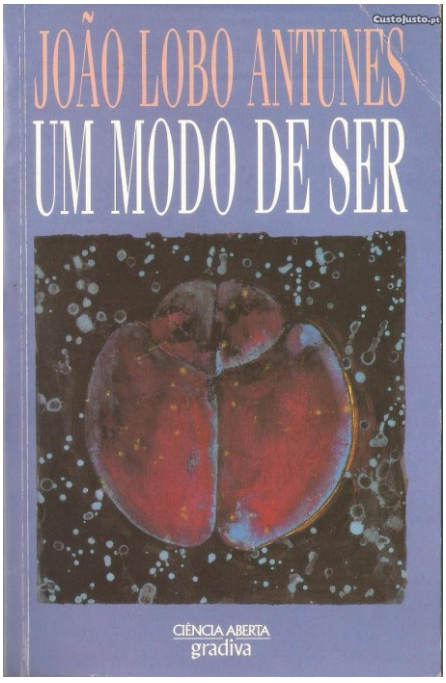
Considera que, sendo muito mais do que um simples atlas anatómico, a obra de Vesalius foi fundamental para que se passasse a valorizar mais a importância da observação rigorosa do que construções teóricas de fundamento filosófico. Ao falar da época actual, afirma:

> **"Este é, portanto, um tempo de singular desconforto, em que os médicos parecem ignorar que a sua imagem e a representação social que dela deriva têm hoje uma configuração diferente e que lhes é exigido não só tratar como cuidar."**

[10] O título completo da obra, que é constituída por 7 livros, é *Andreae Vesalii Bruxellensis, scholae medicorum Patauinae professoris, de Humani corporis fabrica Libri septem* e foi publicada, em 1543, pela Escola de Medicina de Pádua, onde Vesalius deu aulas, ilustrada com um estudo de Ticiano.

Analisa os novos modos de tratar o conhecimento científico em Medicina, falando da pertinência do ponto de vista sociológico, da relação fiduciária tradicional entre médico e doente e da necessidade da reflexão ética multidisciplinar no que diz respeito à introdução de novas tecnologias. E conclui, da forma lapidar e arrebatadora que o caracteriza, dizendo:

> **"O contrato tácito que fizemos com a sociedade que nos deu a liberdade de actuar como profissionais é fundamentalmente moral e supõe, para lá do contínuo aperfeiçoamento científico e técnico, uma reflexão ética correlativa. Mas não haja dúvida de que só iremos sobreviver, mantendo acesa uma chama que arde há muitos séculos, se soubermos exercer essa liberdade, não para garantir um privilégio, mas para cumprir um serviço."**



Entre as várias distinções que recebeu, conta-se, além do já supramencionado Prémio Pessoa (1996), o Prémio da Universidade de Lisboa (2013) e o Prémio Nacional de Saúde (2015). Foi ainda agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique (2004) e com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada (2014), que distingue o mérito literário, científico e artístico.

A manifestação pública de tristeza generalizada que ocorreu a seguir à sua morte, em 2016, demonstrou bem como ele tinha as duas qualidades de que falava nos seus ensaios: "empatia e compaixão", que quem tenha estado doente sabe bem como são importantes na relação com o médico.

Para concluir, e tendo em consideração que pode ser um aspecto menos conhecido da sua biografia, lembro que João Lobo Antunes era também Presidente da Direcção da Associação de Bolseiros e Amigos do Programa Fulbright, abreviadamente designada como "Fulbrighters Portugal – Alumni Association", tendo sido eleito na Assembleia Geral de 14 de Setembro de 2012, portanto, há cerca de cinco anos, ocorreu-me que – em sua honra e como comprovativo de como o seu carácter era adequado para as funções que exercia - poderíamos reflectir sobre as características dessa instituição por também revelarem aspectos da sua maneira de "ouvir com outros olhos".

Recordo, portanto, que a Associação "Fulbrighters Portugal" é de âmbito nacional, de carácter educativo, técnico e científico, e independente de qualquer ideologia política ou religiosa. Por outro lado, é também de referir que se propõe designadamente: promover acções e iniciativas que mantenham e estreitem os laços entre os actuais e os antigos bolseiros em Portugal e desenvolver o intercâmbio com Associações congéneres estrangeiras em colaboração com a Comissão Cultural Luso-Americana na divulgação dos méritos e qualidades do Programa Fulbright.

É também de referir que João Lobo Antunes, apesar da sua vida profissional tão preenchida, teve sempre em mente os objectivos do referido Programa, que incluem, como já referido, promover a discussão e a partilha de experiência entre os Fulbright Alumni e apostar no desenvolvimento e na criação de uma "network" de Fulbrighters, aproveitando assim a sabedoria de antigos Bolseiros e o seu reconhecido mérito.

Nesta perspectiva, entre outras actividades, acedeu a colaborar no ciclo de Conferências Fulbright Alumni, tendo, no dia 7 de Março de 2013, proferido, com o brilho que sempre o distinguia, uma comunicação, que intitulou "Uma Nova Universidade em Lisboa", sobre o tema da fusão da Universidade de Lisboa com a

Universidade Técnica, um projecto de reforma educativa de grande envergadura em que esteve envolvido com o sucesso habitual.

Poderia, obviamente, continuar a falar sobre João Lobo Antunes e o Programa Fulbright mas vou concluir fazendo uma citação que me parece dizer o essencial sobre ambos. É da autoria do Senador J. William Fulbright, que, em 1946, fundou o Programa, que tem o seu nome, e que, desde então, recebeu mais de 325.000 Fulbrighters de 155 países que sabiam, tal como Lobo Antunes, que ser Fulbrighter significa integrar uma comunidade de indivíduos excepcionalmente dotados e que há múltiplos modos de permanecer envolvido no programa ao longo da vida. Com uma breve referência a mim própria, de que peço desculpa, vou ler uma passagem de uma obra do Senador Fulbright, intitulada *The Price of the Empire*, que me foi oferecida, rubricada pelo autor, no Fulbright's Day, em Washington, nos longínquos dias de 1997, quando fui bolseira em Georgetown, um privilégio que me marcou até hoje:

> **"Our future is not in the stars but in our own minds and hearts. Creative leadership and liberal education, which in fact go together, are the first requirements for a hopeful future for humankind. Fostering these -- leadership, learning, and empathy between cultures -- was and remains the purpose of the international scholarship program that I was privileged to sponsor in the U.S. Senate over forty years ago. It is a modest program with an immodest aim--the achievement in international affairs of a regime more civilized, rational and humane than the empty system of power of the past. I believed in that possibility when I began. I still do." [11]**

[11] **J. William Fulbright,** *The Price of Empire,* **New York: Pantheon Books, 1989, p. xi.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, João Lobo, *Ouvir com Outros Olhos*, Lisboa: Gradiva, [1]2015; [4]2016.

----------, "A profissão de Médico", *apud Análise Social*, vol. XXXVIII (166), 2003, pp. 77-99.

DELEUZE, Gilles, *Différence et Répètition*, Paris: Presses Universitaires de France - PUF, 2000 ([1]1968).

----------, "Qu'est-ce que la philosophie?, *apud Chimères* Nº. 8, mai 1990.

FULBRIGHT, J. William, *The Price of Empire*, New York: Pantheon Books, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich, *Also Sprach Zarathustra: Ein Buch für Alle und Keinen* (1883-1891). Versão portuguesa (*e-book*): *Assim Falou Zaratustra*

https://www.elivrosgratis.com/download/1953/assim-falou-zaratustra-friedrich-nietzsche.html

PESSOA, Fernando, *Pessoa Inédito*. (Orientação, coordenação e prefácio de Teresa Rita Lopes). Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

SCHMIDT, Mary & Randy MARTIN (Eds.), *Artistic Citizenship: A Public Voice for the Arts*, New York: Routledge, 2006.

SILVA, Paulo Neves, *Citações e Pensamentos de Padre António Vieira,* Leya S.A./Casa das Letras, 2012.

RESUMO

Inspirada em Fernando Pessoa, que, ele tanto apreciava, decidi intitular esta breve reflexão "João Lobo Antunes – A Ciência e a Arte", fi-lo por o eminente cirurgião, cuja memória pretendo evocar, ser uma voz prestigiosa tanto no âmbito da Ciência como das Humanidades. Pode mesmo afirmar-se que era um verdadeiro humanista, que combinava a subjectividade da arte com a objectividade científica, sendo, talvez por isso, um dos espíritos mais deslumbrantes do seu tempo. Após algumas referências à sua biografia, menciona-se que é o autor de seis livros e que escreveu

mais de cento e cinquenta artigos científicos, distinguindo-se aquele em que – com a originalidade que o caracterizava - fala da profissão de médico. Por ser um aspecto menos conhecido, refere-se igualmente a sua relação com "Fulbrighters Portugal – Alumni Association" e o facto de as características dessa instituição também revelarem aspectos da sua maneira de "ouvir com outros olhos". Nesta perspectiva, entre outras actividades, acedeu a colaborar no ciclo de Conferências Fulbright Alumni, proferindo, com o brilho que sempre o distinguia, uma comunicação, que intitulou "Uma Nova Universidade em Lisboa", sobre o tema da fusão da Universidade de Lisboa com a Universidade Técnica, um projecto de reforma educativa de grande envergadura em que esteve envolvido com o sucesso habitual.

PALAVRAS-CHAVE

João Lobo Antunes – Ciência – Arte – Medicina

ABSTRACT

Inspired by Fernando Pessoa, the poet that he so much appreciated, I've entitled this short reflection "João Lobo Antunes – Science and Art", because the renowned surgeon, whose memory I want to evoke, was a prominent voice both in the area of Science and of the Humanities. One can even say that he was a real humanist who combined the subjectivity of the art with scientific objectivity, being, maybe therefore, one of the most dazzling spirits of his time. After some references to his biography, it is mentioned that he is the author of six books and of more that one hundred and fifty scientific articles, and among them I distinguish the one in which – with his usual originality – he spoke of the medical profession. Because it is a less well-known aspect, references are also made to his relationship to "Fulbrighters Portugal – Alumni Association" and to the fact that the characteristics of that institution also reveal features of his way of "listening with other eyes". Consequently, among other activities, he accepted to collaborate in the Fulbright Alumni, Conferences, presenting, with the usual virtuosity, a paper entitled "A New University in Lisbon", on the theme of the union of the University of Lisbon with the

Technical University, a very impressive project of educational reorganization in which he was involved with his customary accomplishment.

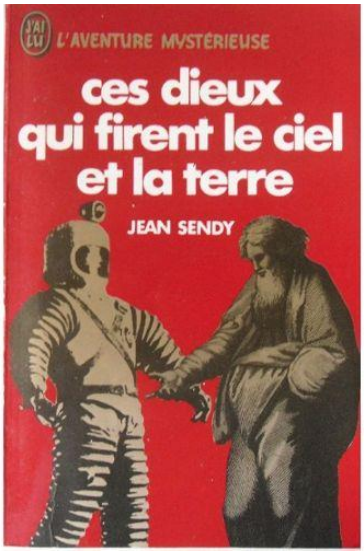
KEY-WORDS

João Lobo Antunes – Science – Art - Medicine

RECENSÕES CRÍTICAS

RECENSÕES CRÍTICAS

Manuel Boaventura Pereira da Silva,
Universidade de Lisboa para a Terceira Idade (ULTI)



A obra de Jean Sendy intitulada *Os Deuses que Fizeram o Céu e a Terra* (O *Romance da Bíblia)* foi editada pela Livraria Bertrand (4.ª edição, ano 1978), integrada na colecção "Enigmas de todos os tempos", no original *Ces dieux qui firent le ciel et la terre,* de 1969, de Robert Lafont. Composto com tipo graúdo, cada página, tamanho A-5, tem apenas 32 linhas cada uma das quais, em média, possui apenas sete palavras de mais de 2 caracteres. O texto, extremamente legível, é pontuado por algumas ilustrações demonstrativas.

Em 1969, ano do lançamento, ocorrera a primeira alunagem humana, de que o livro se faz eco, circunstância esta que será a causa próxima da publicação.

O autor apresenta o livro como sendo a tese, e sua defesa, de que o cosmos foi criado por cosmonautas, identificados na tradição como sendo os deuses, que figuravam na descrição bíblica original, escrita em caracteres hebraicos primitivos,

tudo anterior à implantação do monoteísmo. Tais cosmonautas teriam desembarcado duma grande nave destinados a estarem na Terra (velho lugar do observador) durante centenas, ou mesmo milhares de anos. Seriam mamíferos, machos e fêmeas e, por mero acaso, também de figura humana - a tal medida de todas as coisas - cosmonautas que o autor passa a designar por "celestes".

Criação: a descrição que adapta é incongruente, como o pormenor de pôr cosmonautas a criar o cosmos, enfim, não passará, passaria, de mais um contributo para discussões cosmogónicas; mas fá-lo conscientemente ao referir a transcrição de linguagem figurada, nada factual.

Moisés é apresentado sem qualificativos mas, ao contrário do Judaísmo em que é referido como unicamente pastor[1], é citado como cortesão, filho adoptivo da filha do faraó, e sacerdote do culto do deus Ámon, pouco sabedor em artes mágicas dada a sua limitada idade ao decidir encabeçar o movimento do povo hebreu - apenas exibia a transformação de uma serpente num pau e vice-versa - quando iniciou as suas diligências junto do faraó, sem qualquer êxito.

Face ao insucesso, Moisés recolheu-se à montanha de Madiã para, junto de quem sabia, melhorar os seus conhecimentos mágicos. Quando se sentia confiante desafiava novamente o faraó e os seus sacerdotes, repetidamente com resultado negativo, mas, ao fim de novas lições em Madiã, o faraó, tendo os seus apoiantes sido incapazes de ripostar aos poderes demonstrados por Moisés, anuiu em deixar partir os Semitas para o início do seu Êxodo.

Omitida no livro é a obra de Moisés (o Pentateuco não o será com uma certeza absoluta) de construção da Arca da Aliança, célebre pelos seus mortíferos poderes de autodefesa mediante poderosas descargas eléctricas. À Arca acabou por se perder o rasto - como a tudo aquilo que é orgânico ou consumível.

A estrutura interna da Arca, de madeira da leguminosa acácia (tal como de leguminosa é o afamado pau-santo) não condutora de electricidade, foi forrada por uma película de ouro fino do que resultou um aproveitamento da electricidade

---

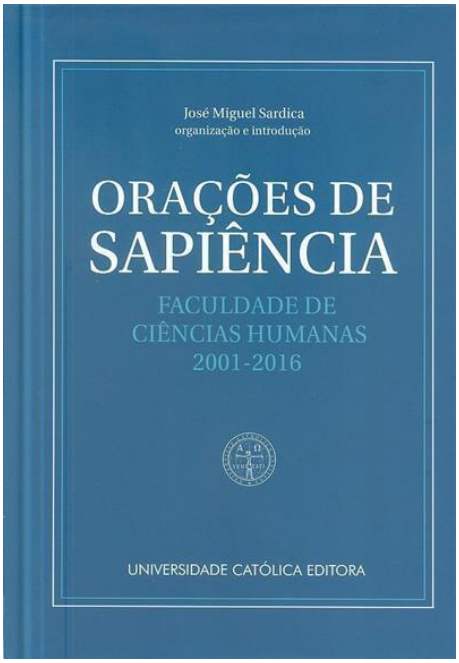
[1] **Por todos, Isidore Epstein, rabino, na obra *Judaísmo*, da Editora Ulisseia, Lisboa, na colecção Livros Pelicano, sem indicação do ano; no original, *Judaism - A Historical Presentation*, 1959, da editora Penguim Books, Ld.ª, Middlesex, Londres, na pág. 16 da edição portuguesa.**

estática pela Arca que funcionava como um conjunto "pilha/condensador", este próprio para reter e potenciar a energia obtida. Moisés foi, assim, precursor dos físicos Volta e Faraday com um avanço de 3000 anos.

Numa apreciação global do livro, pode dizer-se que contém alguma fantasia, aliás assumida. Igualmente positivo é a transcrição de muito saber, quer científico quer em humanidades - pelo que sou levado a afirmar que a obra será enriquecedora de qualquer biblioteca pessoal.

RECENSÃO CRÍTICA

Maria Laura Bettencourt Pires
Universidade Católica Portuguesa



Orações de Sapiência – Faculdade de Ciências Humanas 2001-2016
Organização e Coordenação – José Miguel Sardica
Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016
ISBN 978-972-5405017

Em 2016 a Faculdade de Ciências Humanas comemorou 44 anos de vida e 25 anos da sua refundação. Para celebrar essa data decidiu fixar no papel algumas das Orações de Sapiência produzidas pelos seus professores ao longo dos últimos 15 anos com o título Orações de Sapiência – Faculdade de Ciências Humanas 2001-2016. Devido ao alto mérito científico da obra, o objectivo desta recensão crítica é fazer uma chamada de atenção e contribuir para proporcionar aos seus leitores o mesmo prazer e estímulo intelectual de que disfrutei quando fiz a sua leitura e análise. Gostaria com as minhas palavras de suscitar um momento de reflexão sobre a natureza da instituição a que pertencemos e o significado da formação que aqui

se proporciona, lembrando que esta universidade, sendo católica, está construída em torno de uma ideia universal do saber acessível a todos.

Tal como disse o Prof. José Miguel Sardica na sua Oração de Sapiência, podemos considerar que, com esta publicação, a Faculdade de Ciências Humanas escreve mais uma página da sua história institucional e, consequentemente, é com enorme gosto que faço a recensão desta magnífica obra que se destaca pela excelência do seu conteúdo. Felicito todos os autores, cujos textos foram incluídos neste volume, começando, portanto, por Nelson Costa Ribeiro, que escreveu o excelente "Prefácio" repleto de informações e por José Miguel Sardica, que organizou a colectânea e redigiu também uma "Introdução", que nos revela todo o seu saber sobre os tópicos tratados na obra. Enumero seguidamente os nomes dos autores e os títulos das respectivas Orações de Sapiência. Isabel Ferin Cunha, em 2001, perorou sobre A Comunicação num Mundo em Mudança; no mesmo ano, ouvimos Luísa Leal de Faria, no magnífico estilo que a caracteriza, discursar sobre A Ideia de Universidade e a Formação da Intelligentsia; seguiu-se, em 2002, Isabel Casanova com História e Mitos da Linguagem e, no ano seguinte, Isabel Guerra falou sobre Projectos Sociais, Projectos Pessoais: Que Fazer com o meu Diploma?; Cassiano Maria Reimão, em 2004, discursou sobre Guerra, Paz e Perdão: Perspectivas Filosóficas e Pedagógicas e, em 2005, Fernando Ilharco dissertou sobre A Televisão e a Cultura do Pessimismo; seguindo-se-lhe a prelecção de Jorge Fazenda Lourenço, em 2006, intitulada A Sapiência ainda é possível?; o nosso saudoso colega Mário Ferreira Lages, no ano seguinte, discorreu Sobre a Armadura Simbólica dos Ritos de Passagem. Desde 2007 a 2016, ouvimos as Orações de Sapiência de vários professores, cujos nomes refiro primeiro, indicando seguidamente os títulos e as datas das respectivas prelecções. Assim temos: Manuel Cândido Pimentel; José Miguel Sardica; Rogério Santos; Francisco Branco; Carlos Morujão; Helena Rebelo Pinto; Alexandra Lopes; Nelson Ribeiro e, este ano, Manuel Braga da Cruz, nas quais trataram dos seguintes temas: Ética e Existência, em 2008; História, Vida, Liberdade e Responsabilidade, em 2009; Sobre a Percepção dos Media e das Novas Tecnologias, em 2010; A "Sociatria" em Jane Addams e Mary Richmond, em 2011; O Desafio das Humanidades no Século XXI, em 2012; Psicologia, Ciência e Vida, em

2013; O Elogio do Não-Saber, em 2014; O Discurso sobre os Novos Media: Utopia e Disrupção, em 2015 e As Ciências Sociais perante a Globalização, em 2016.

Foi devido a ter conhecimento do elevado gabarito dos oradores e das múltiplas matérias plenas de interesse e de qualidade científica, que me pareceu ter interesse fazer esta recensão, agradecendo aos autores assim como a todos aqueles que se dignaram participar na elaboração deste volume, colaborando assim também para preservar a memória da Universidade e das suas Faculdades. A obra, sendo uma colectânea de Orações de Sapiência, revela bem a identidade multifacetada da Faculdade de Ciências Humanas que a publica e ilustra toda a riqueza do passado e do presente da nossa instituição.

A leitura das magníficas Orações de Sapiência proferidas por ocasião da abertura dos anos lectivos, escritas e pronunciadas no âmbito da Universidade Católica, entre 2001 e 2016, e coligidas neste volume, é particularmente estimulante. As peças de oratória aqui incluídas reflectem claramente a evolução sócio-política verificada em cada momento histórico. Tal como lemos na Introdução, foi a celebração das "Bodas de Prata" da Faculdade que ofereceu o pretexto adequado para se publicar uma obra que ilustrasse 25 anos de história da instituição. A colectânea, além do "Prefácio" e da "Introdução", contém 16 textos que correspondem a intervenções muito variadas e brilhantes, provenientes de quatro das cinco áreas da Faculdade de Ciências Humanas e do Instituto de Ciências da Família. A esse propósito, não resisto a citar, de novo, o Prof. Sardica que afirma que aquilo que aqui se apresenta é um repositório das Orações de Sapiência, que, segundo ele: " ... são testemunho das diversas rotas dos saberes, muito plurais, que foram dando, e dão, corpo à escola."

Trata-se, pois, de um acto de celebração e de efeméride, que segue o costume secular da tradição e dos estatutos universitários, que prescreviam as Orações de Sapiência por ocasião de certas festividades, como a concessão de graus académicos ou actos inaugurais de instituições e de especiais actividades escolares. Mas é também um gesto de afirmação científica, de serviço à universidade, à comunidade e, portanto, a toda a sociedade.

Além de ser indiscutível o interesse científico e cultural que estes textos representam para o estudo das Humanidades em geral e, em particular, do modelo oratório, assim como para a história do sistema educativo e para o conhecimento da estrutura do ensino superior, o motivo de os reunir no presente volume reside, pois, não apenas no facto de eles respeitarem a um modelo estilístico, mas também por estarem centrados num único espaço institucional e numa unidade de tempo sequencial entre 2001 e 2016. A sua edição, agora impressa e conjunta, além de os colocar à disposição do leitor, preserva os discursos para o futuro e facilita o seu acesso. E, a este propósito, não resisto a citar o texto que Arnaldo Fabrício apresentou, no Colégio das Artes, em 21 de Fevereiro de 1548, na sua Oração de Sapiência intitulada *Laudes Litterarum*, que foi traduzido como "O Estudo das Artes Liberais", e que a Universidade de Coimbra incluiu na colectânea Orações de Sapiência 1548-1555, que publicou em 2011, e na qual o insigne humanista francês afirmou: "O discurso oral é captado pelos ouvidos de poucos que nos escutam e, preso como que numas grades, não se divulga para além do local em que se pronuncia e nem permanece mais tempo do que aquele em que é proferido. Mas já a escrita permanece durante muito tempo e difundida, longa e largamente, ela é praticada por muitos, lida e ouvida em épocas diversas e em diversos lugares".[1]

No que se refere à obra, é igualmente de realçar que os autores – além do seu inegável valor científico e de serem vozes autorizadas nos diferentes saberes - todos se reconhecem como tendo uma cultura de matriz católica. Podemos, pois, concluir que esta compilação de dezassete peças de oratória, pronunciadas na formalidade do rito da prelecção de uma Oração de Sapiência, abre pistas sobre os diferentes horizontes das Ciências Humanas e sobre tudo aquilo que com elas se relaciona, proporcionando agora aos seus leitores, como antes aos ouvintes, linhas

[1] ***Orações de Sapiência 1548-1555*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 55. O famoso discurso em louvor das belas-letras foi publicado com o título *Arnaldi Fabricii Aquitani de Liberalium Artium Studiis Oratio Conimbricae habita in Gymnasio Regio* em 1548.**

cruzadas de vários temas e que o seu estudo comprova ter um extraordinário potencial heurístico. Trata-se de uma antologia de textos consistentes e profundos que encerram uma grande densidade simbólica na vida institucional da Universidade. Dada a sua enorme relevância, quando foram apresentados oralmente, foram momentos que atraíram sobre si as atenções, quer da comunidade universitária, quer do público exterior à Universidade e, estou certa, que o mesmo sucederá agora com a sua versão escrita.

Nas universidades, Oração de Sapiência é a designação dada às alocuções feitas pelos professores nas sessões anuais de bênção e entrega de diplomas. É uma tradição medieval e caracteriza-se por ser um discurso formal, sobre um tema à escolha do orador, que é, geralmente, pronunciado na sessão solene de abertura do ano lectivo, mas também, por vezes, no princípio e no fim de cursos, momentos que representam, de algum modo, o início ou a conclusão de um percurso ou ciclo de vida. É seguida por muitas instituições universitárias portuguesas, sendo também designada como Aula Inaugural ou Aula Magna. Nessas ocasiões, um professor, especialmente convocado para o efeito, apresenta uma bela peça de oratória sobre um assunto da sua preferência, sendo tão importante as ideias que expressa como a eloquência oratória com que as expõe e o ambiente sumptuoso em que decorre a cerimónia.

Por outro lado, é uma tradição que remonta à Antiguidade quando os actos de alocução solene em contexto político ou bélico eram designados como Orações de Sapiência. Esses discursos eloquentes, como preconiza Cícero, no *Orator*, deviam convencer, deleitar e comover os ouvintes. Foi o próprio Marcus Tullius Cícero (106 a. C – 43 a. C) que deles nos deixou um modelo, que ficou célebre, com a sua famosa *Oratio pro Archia Poeta*, - de que falou Carlos Morujão, em 2012 - na qual defende o poeta Aulus Licinius Archia (c. 120 – 61 a. C) e faz um magnífico elogio das letras, declarando que são os artistas, os poetas, os filósofos e os oradores que contribuem para o progresso da humanidade.

A partir da Idade Média, a cerimónia passou a ocorrer nos claustros das abadias e nas universidades por toda a Europa, como um momento de celebração e de transmissão de conhecimento durante o qual se ouvia um discurso intelectual,

"de saberes e sobre os saberes", que promovia uma ideia de ensino universitário, como acima referi, e ao qual assistia toda a comunidade académica, professores, funcionários, alunos diplomados e seus familiares e amigos, e era escutado com agrado por uma erudita assembleia.

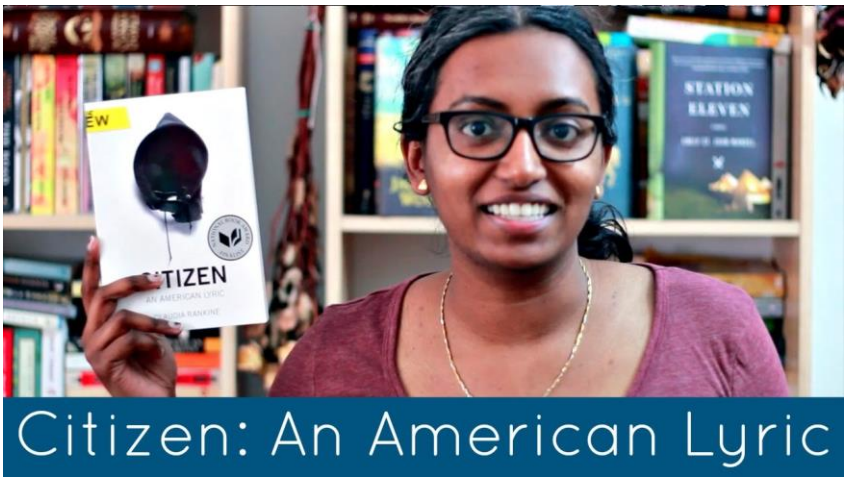
Actualmente, quase todas as universidades têm um arquivo de "Orações de Sapiência", que são consideradas provas do talento, da erudição e da sabedoria dos seus autores. Segundo os Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1654, relativamente à Oração de Sapiência, na época designada "Oração de Princípio", deveria ser, e cito: "hüa peffoa graue, & de talento, a fazer hüa oração que fe chama Principio, em louuor das Sciencias, & exortação dos ouuintes ao eftudo dellas ... ".

A leitura das orações coligidas no volume a que me refiro demonstra que se seguiu essa tradição e tem, por isso, um conteúdo particularmente interessante, que deverá contribuir para incitar os leitores a estudarem e apreciarem as Ciências Humanas. Relativamente à história das Orações de Sapiência, diz-nos J. Fazenda Lourenço que a literatura sapiencial tem origens na Mesopotâmia (actual Iraque) e no Egipto, cerca de 3000 anos a. C., e que é ela que vai fecundar aquele pequeno conjunto de "livros sapienciais" que encontramos na tradição hebraica e que, depois, veio a ser integrado na Bíblia cristã. Quanto à designação da peroração, o termo sapiência, como equivalente de sabedoria, pode ser entendido como aplicação da inteligência à aquisição de conhecimentos, a partir da experiência humana; como habilidade prática no exercício de uma actividade profissional ou para escapar ao perigo. A sabedoria, porém, não é a ordem. É a busca de uma regra interior, de uma harmonia com o universo. A sabedoria é, portanto, uma arte de viver – uma ética.

Ao considerarmos agora a causa motivadora desta edição, verificamos que são múltiplas as razões que a justificam e que passo a enumerar. Podemos começar por pensar que é uma obra que contribui para preservar a memória institucional o que é fundamental para que a nossa Universidade se afirme como perdurável. Entre a abundância de argumentos, sobressai também o facto de ela testemunhar a "Sapiência" dos Mestres que nela colaboraram, até a de alguns já desaparecidos e cuja memória assim persistirá. Vai, decerto, concorrer também para que os leitores

mais jovens – tanto entre os professores como entre os alunos – fiquem a conhecer as ideias e as opiniões que contribuíram para que a nossa instituição fosse, e continue a ser, uma "marca que marca" e na qual se cultiva "a ecologia dos saberes".

Considerando que a maioria das alocuções faz o louvor das Humanidades, referindo os benefícios do seu estudo, que, inegavelmente, contribui para se viver num mundo melhor e mais humano, é de esperar que os leitores se sintam motivados a aumentarem o seu saber nessa área. Na minha opinião, para justificar a publicação bastaria pensar-se que os autores das Orações de Sapiência são reconhecidos como mestres insignes, cujos textos são testemunhos da cultura do conhecimento e da alegria do saber, *Gaudium Sciendi*, que se vive na nossa Faculdade e, consequentemente, a obra deverá ser para todos nós um motivo de orgulho e de inspiração.



Citizen: An American Lyric **by Claudia Rankine,** **Graywolf Press, 2014**

Critical Review by Nyambura Njee
Eastern Michigan University

Claudia Rankine's *Citizen: An American Lyric,* is described as a timely "acute critique of contemporary American culture" (Andersen, 2015). Unfortunately, as *Citizen* so beautifully and painfully depicts, the timeliness of this work is actually its *timelessness*, as issues of racist ideology and violence against Black bodies *continue* to pervade American culture, historically and contemporarily. Rankine uses multiple mediums to explore the nuanced ways that racism is both expressed and experienced from the micro (remarks, glances, implied judgements) to the macro (police violence) (Chiasson, 2014; Rankine, 2014). From racism in our everyday lives and intimate interactions, to the handling of hurricane Katrina, Rankine closes the gap between the "smallness" of microaggressions and the seriousness of macroaggressions by demonstrating they are sides of the same coin. This review seeks to use *Citizen* as a medium to further understand the cultural ideological dimensions of genocide against African/Americans.

Many interconnected elements maintain our societal structure, and what Rankine manages to do with this expertly curated *American Lyric* is to display the various ways that the insidiousness of white supremacist ideology manifests in our personal experiences to our experiences with entire state apparatuses. This has been maintained through various and

interconnected dimensions - culture, language and even the imagination being some of them. Rankine asks and takes a critical look at how it is that a country could "warehouse black men, shoot them constantly, and no one object" (Rankine, 2014b). By looking at some common examples of "unintended" racist episodes, such as "When a woman you work with calls you the name of another woman you work with" (p. 43) to the impending anxiety of police encounter because "you are not the guy and still you fit the description because there is only one guy who is always the guy fitting the description" (p. 105), Rankine shows the complexities of the relationship between the stacking of personal instances of racism to the large and overt expressions that characterize the experiences of black bodies in the States (Rankine, 2014). "Today, as in the past, this oppression is not just a surface level feature of American society, but rather pervades and interconnects major social groups, networks, and institutions across the society" (Feagin, 2006, p. 2).

The technique of referring to the reader often as "you", displacing the body both of the transgressor and transgressed, works as a method that decenters solely white racism and instead draws critical attention to the complicity of all bodies, conscious or unconscious, with behaviors, emotions, feelings, habits, and reactions that maintain white supremacy (Andersen, 2015; Feagin, 2006; hooks, 2014). This places the reader in the position to question whether the "you" she uses applies to *you* and lays bare the deeply unconscious ways that the insidiousness of racist ideology is inescapably a part of and embedded in American culture. "The real estate woman, who didn't fathom she could have made an appointment to show her house to you, spends much of the walk-through telling your friend, repeatedly, how comfortable she feels around her. Neither you nor your friend bothers to ask who is making her feel uncomfortable" (Rankine, 2014, p. 51).

This normalization of the fear of black bodies is a revisited theme throughout the work. From not sitting next to a black man on a train to the description of Michael Brown as "a demon", fear of blackness is played out in multiple contexts. "You step quickly over the woman's fear, a fear she shares. You let her have it" (Rankine, 2014, p. 131). "This fear she shares" of the black man on the train exposes the very ideology that not only leaves the seat next to him empty but goes as far as justifying violence against bodies that resemble his.

What Rankine demonstrates is that if people in our everyday interactions, reactions, habits, behaviors, and feelings normalize anti-black violence, these seemingly "small" behaviors accumulate into an entire societal structure that allows genocidal violence against a group (Feagin, 2006; Rankine, 2014; Rankine, 2014b). *Citizen* weaves together the complex ways that large and abstract systems that shape our lives are omnipresent, down to the intimate sphere where we most tenderly experience them (Starr & Adams, 2016). The violence hidden in these acts is recounted from the psychic, emotional, and physical damage they cause the transgressed to the oblivion of the transgressor.

> **Another friend tells you you have to learn not to absorb the world. She says sometimes, she can her own voice saying *silently* to whomever – you are saying this thing and I am not to going to accept it. Your fried refuses to carry what does not belong to her.**
> **You take in things you don't want all the time. The second you hear or see some ordinary moment, all its intended targets, all the meanings behind the retreating seconds, as far as you are able to see, come into focus. Hold up, did you just hear, did you just say, did you just see, did you just do that? Then the voice in your head silently tells you to take your foot off your throat because just getting along shouldn't be an ambition (Rankine, 2014, p. 55).**

Rankine, with poet ease, demonstrates what these "small" moments actually reflect about American society, its culture and ideology as a whole. It is the quotidian accumulation of these moments that build a society in which violence at genocidal levels can be enacted upon a group and "no one object" (Rankine, 2014b). Seen as casual expressions of racism, Rankine weaves together the complicated fabrics of American culture to show how such interactions ultimately sustain a society where: Black people are more likely to be pulled over by the police (Rankine, 2014), suffer police brutality, where "black infants are about 230% more likely than white infants to die before their first birthday" (Norris, 2011), and an unfortunately long list of racial disparities that characterize the conditions of ones citizenship to the state "with the full force of your American positioning" (Rankine, 2014, p. 14). *Citizen* artistically portrays the dangerous and unsettling connection between those "certain moments [that] send adrenaline to the heart, dry out the tongue, and clog the lungs" and a social reality where "Whether it is premature birth, infant mortality, homicide, childhood

obesity, or HIV infection, black children and young adults disproportionately bear the brunt of these medical and social ills" (Tweedy, 2015, p.4).

This "casual" racism, thus is part and parcel of a broad range of white-racist dimensions: the racist ideology, attitudes, emotions, habits, actions, and institutions of whites in this society" (Feagin, 2006, p. 2). Rankine's *Lyric* explores all of these dimensions of racism "in familiar settings – academic office, supermarket, restaurant" (Fischer, 2014). The varied settings racism manifests itself speaks both to its insidious nature and the myth that it can be escaped by class, location, or level of education (Rankine, 2015). Rankine, in an interview, contends that "the black body, visually, can trigger violence, despite age, gender, just by enter a certain space in the face of white fear or the white imagination" (Rankine, 2015). Central to the persistence of racism are the ways that fear and the imagination shape "the white racial frame – that is, an organized set of racialized ideas, stereotypes, emotions, and inclinations to discriminate. This white racial frame generates closely associated, recurring, and habitual discriminatory actions" (Feagin, 2006, p. 25). Rankine's work eloquently traces the associated, recurring and habitual racist interactions to the very fabric of American society and culture.

Both Rankine (2014) and Feagin (2006) speak of the multiple dimensions, parts, and "bits" that maintain a web of cultural ideological genocide. Citizen traces and demystifies the "gap" between casual, every day, encounters with racism and overt racial violence, exposing them as interconnected facets that structure our experiences, citizenship and relationship to the state (Rankine, 2015). "'Citizen' carefully catalogs the ways in which casual racism permeates our day-to-day interactions -- both spoken and unspoken; those "Did that really happen?" moments. These are slights, dismissals and elisions that are deeply ingrained. They are reflexive gestures -- judgments -- enacted upon another: the door that is not held open, the seat that is not occupied, the fumbled or "mistaken" identity. Each slip, each cut, is an obliteration" (George, 2015). Exploring the expression and internalization of racism in many familiar settings, laying bare the intimacy of oppressive racial ideology, Rankine weaves a timely and timeless poetic assay of American culture that captures with full force one's "American positioning" (Rankine, 2014).

REFERENCES

ANDERSEN, K. (2015, February 12). Claudia Rankine's "Citizen" Shows What Racism Really Feels Like. Retrieved from wnyc.org: Retrieved May, 19,2017 from http://www.wnyc.org/story/claudia-rankine-citizen-shows-what-racism-really-feels-like/

CHIASSON, D. (2014, October 27). Color Codes. Retrieved May 19,2017 from *The New Yorker*: http://www.newyorker.com/magazine/2014/10/27/color-codes

FEAGIN, J. (2006). *Systemic Racism: A Theory of Oppression* . New York: Routledge.

FISCHER, B. (2014, December 9). Chokehold: Claudia Rankine's Embodied Rhythms. Retrieved May, 20, 2017 from *Boston Review*: http://bostonreview.net/poetry/bk-fischer-claudia-rankine-citizen-american-lyric-chokehold

GEORGE, L. (2015, September 3). Artbound: Literature. Retrieved May 21, 2017 from KCET: https://www.kcet.org/shows/artbound/writer-claudia-rankine-on-white-blindness-the-black-body-and-the-freedom-to-live

hooks, b. (2014). *Talking Back: Thinking Feminisit, Thinking Black* . New York: Routledge.

NORRIS, M. (2011, July 8). NPR Science and Medicine. Retrieved May 22, 2017 from NPR: http://www.npr.org/2011/07/08/137652226/-the-race-gap

RANKINE, C. (2014*). Citizen: An American Lyric*. Minneapolis: Graywolf Press.

----------(2014b, December 4). Using poetry to uncover the moments that lead to racism. (P. N. Hour, Gwen Iffil)

----------(2015, June 26). Claudia Rankine speaks about racism; Barack Obama and the White fear of the Black Man... (C. 4. *News*, Interviewer)

STARR, E., & Adams, M. (2016). The Domestic Exotic: Mail-Order Brides and the Paradox of Globalized Intimacies*. Journal of Women in Culture and Society*, pp. 953-972.

TWEEDY, D. (2015). *Black Man in a White Coat*. New York: Picador.

Informações

INFORMAÇÕES SOBRE *GAUDIUM SCIENDI*

DIRECTORA: Maria Laura Bettencourt Pires

CONTACTOS:

Revista *Gaudium Sciendi*, Sociedade Cientifica, Palma de Cima 1649-023 Lisboa, Portugal

Telefone: +351 217 214 136; *e-mail*: gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER: ISSN 2182-7605

INFORMAÇÕES SOBRE A REVISTA

***Gaudium Sciendi* é uma revista electrónica da Sociedade Cientifica da Universidade Católica Portuguesa publicada desde 2012 com periodicidade semestral e acesso gratuito. Foi concebida para ser vista em formato digital num computador, num *tablet* ou outro dispositivo móvel. A publicação da *Gaudium Sciendi* através da Internet permite chegar a leitores em todo o mundo. Cria também novas oportunidades que incluem poder ser lida a qualquer hora e local, tanto em bibliotecas nacionais como estrangeiras.**

Poderá, obviamente, também - se o leitor assim preferir - ser impressa e encadernada e lida como um livro.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

A Revista oferece acesso livre e imediato ao seu conteúdo. Segue, assim, o princípio de que disponibilizar gratuitamente a informação científica ao público-leitor lhe proporciona a "alegria do saber" que está, aliás, implícita no seu título *Gaudium Sciendi* e contribui para uma maior democratização do conhecimento. Apesar disso, segue a directiva de privacidade em relação aos endereços e contactos dos autores.

OBJECTIVOS DA *GAUDIUM SCIENDI*

A actividade editorial da revista rege-se por princípios que visam assegurar a liberdade de iniciativa e de cooperação e, por isso, a *Gaudium Sciendi* aceita e incentiva a colaboração de todos os Associados da Sociedade Científica assim como a de académicos da UCP e de outras instituições nacionais e estrangeiras vocacionadas para a investigação, para o ensino e para a cultura, desde que pretendam servir os mesmos objectivos e

valores que a norteiam, procurando assim motivar o intercâmbio interinstitucional.

A *Gaudium Sciendi* pretende ser um instrumento de divulgação dos objectivos e dos valores da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa (SCUCP). Segue uma política editorial que tem também como um dos seus objectivos actuar como um constante vector de promoção do encontro entre investigadores, autores, estudantes e leitores, nos diversos momentos da sua vida científica e de formação académica. Outro dos seus propósitos é promover oportunidades para uma reflexão crítica e um diálogo sobre os temas apresentados e proporcionar ocasiões de debate intelectual e de cooperação académica, numa perspectiva interdisciplinar, que contribuam para desenvolver a formação e o interesse pela investigação científica dos seus leitores, sobretudo dos mais jovens. Para atingir essa meta, gostaria de contar com contribuições regulares dos associados das diferentes "Secções" da SCUCP, que incluem áreas tão variadas como: Ciências das Artes, Filosofia, Direito, História, Economia, Ciências do Ambiente, Literatura e Linguística, Educação, Teologia, Ciências Exactas e Naturais, Ciências Aplicadas e Engenharia, Ciências e Tecnologia da Saúde, Ciências Sociais e Políticas e Ciências da Comunicação e Informação. A revista aceita igualmente - e acolhe com muito gosto - colaborações de académicos de outras instituições, desde que sigam as políticas directivas da *Gaudium Sciendi* e as normas de submissão de artigos.

Outra das missões da *Gaudium Sciendi* é contribuir para manter os seus leitores - quer sejam associados da SCUCP, professores, actuais ou antigos estudantes ou investigadores da Universidade Católica - ligados à sua *alma mater.* Essa ligação pode fazer-se não apenas através da leitura regular mas também enviando artigos para a revista ou, de forma mais intervencionista, textos mais breves para as Secções "Debate", "Cartas à Directora" e "Entrevistas".

A revista pretende ainda, dentro das suas possibilidades, contribuir para demonstrar publicamente – através das colaborações que recebe - que todos os que estão associados tanto à Sociedade Científica como à Universidade Católica têm orgulho de pertencer a estas instituições. Ao manter os leitores informados sobre resultados de investigações científicas em curso ou sobre o sucesso profissional de antigos alunos ou investigadores assim como com a publicação de textos relacionados com eventos organizados pela Sociedade Científica e pela Universidade Católica, a *Gaudium Sciendi* pretende também contribuir para demonstrar como ambas as instituições têm influência na academia tanto em Portugal como no estrangeiro.

NÚMEROS TEMÁTICOS

Embora a revista esteja direccionada para a divulgação de trabalhos académicos, sendo portanto, regra geral, os temas livres, têm havido também alguns números temáticos que focam um tópico central, como "A Transversalidade Linguístico-Cultural da Bíblia" (Janeiro 2013), "Direito"(Julho 2013) e "O Conceito de Alma – Do Antigo Egipto ao Mundo de *Matrix*" (Junho 2014).

SECÇÕES

No âmbito da *Gaudium Sciendi* há várias secções, tais como Editorial, Artigos, Debates, Poesia, Recensões críticas e Entrevista.

INFORMAÇÕES AOS LEITORES

Convidamos os nossos leitores a enviarem-nos comentários sobre a revista em geral ou sobre algum dos artigos publicados. Poderão também inscreverem-se no serviço de notificação de publicação da revista, bastando para tal que nos enviem um *e-mail* nesse sentido. Essa inscrição permitirá ao leitor receber via *e-mail* um aviso da publicação de um novo número da *Gaudium Sciendi* assim como o sumário de cada nova edição. De acordo com a Política de Privacidade, a revista assegura aos leitores que os seus nomes e endereços informáticos não serão utilizados para outros fins.

INFORMAÇÕES PARA OS COLABORADORES

- **Áreas - A revista aceita propostas de artigos para publicação sobre um amplo leque de tópicos em diversas áreas científicas.**
- **Norma Ortográfica - A Direcção respeita a decisão pessoal dos autores relativamente à regra ortográfica da língua portuguesa que seguem nos seus textos.**
- **Ilustrações - Todas as imagens incluídas nos artigos da *Gaudium Sciendi* são da responsabilidade da Direcção a menos que os autores as tenham escolhido, sendo, nesse caso, indicado em nota.**

INFORMAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS

Convidamos as bibliotecas a incluir a *Gaudium Sciendi,* assim como outras revistas

de acesso livre, nos seus catálogos de revistas electrónicas. Este sistema de publicação é desenvolvido também para ser operado por bibliotecas universitárias, como a Biblioteca Universitária João Paulo II da Universidade Católica, dando assim apoio ao trabalho de publicação das revistas do seu corpo académico.

NORMAS DE SUBMISSÃO DE ARTIGOS

- **Os artigos devem ser submetidos à *Gaudium Sciendi*, Revista *on-line* da Sociedade Científica, em formato electrónico, para o seguinte endereço: gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt**
- **Os textos devem incluir, em nota de rodapé, um C.V. do autor com aproximadamente 1.720 caracteres incluído os espaços.**
- **Os artigos podem ser submetidos em Português, Inglês, Francês e Espanhol.**
- **As publicações devem conter, obrigatoriamente, um resumo em português e em língua estrangeira com cerca de 2.620 caracteres com espaço, seguido de palavras-chave, no máximo de cinco.**
- **Os ensaios não deverão exceder 52.360 caracteres com espaço (c. 20 pp. A4), incluindo os resumos, palavras-chave e bibliografia.**
- **As recensões críticas não deverão ter mais de 7.854 caracteres com espaço (c. 3 pp. A4).**

Os colaboradores devem conservar em seu poder um duplicado de todo o material enviado para a *Gaudium Sciendi*.

FORMATAÇÃO

- **FORMATAÇÃO: Word ou RTF, letra Calibri 12, alinhamento justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Citações com mais de 3 linhas–espaçamento entre linhas 1.**
- **TÍTULO: Além do título do artigo, deve incluir o nome e a universidade do autor.**
- **EPÍGRAFE ou citação inicial (se houver): alinhada à direita, seguida de uma linha em branco.**
- **PARÁGRAFO NORMAL: justificado, indentação: esquerda: 0 cm, direita: 0 cm, primeira linha: 0,7cm.**
- **CITAÇÕES COM MAIS DE TRÊS LINHAS: separadas do texto por uma linha em branco, indentação: esquerda e direita 1 cm.**
- **ASPAS E PARÊNTESES: Devem ser sempre usadas aspas rectas "" e não curvas como «» e “” e parênteses curvos (...) em vez de rectos [...], excepto na indicação da data da 1ª edição nas bibliografias.**
- **NOTAS: Devem ser usadas notas de rodapé e não notas no fim do artigo.**
- **VÍRGULAS E PONTOS FINAIS NAS CITAÇÕES: Devem ser incluídos depois das aspas. Dois pontos e ponto e virgule também devem ser colocados depois das aspas.**
- **NÚMERO SOBRE ELEVADO (*SUPERSCRIPT*) INDICATIVO DAS NOTAS: deve ser colocado**

depois do ponto final ou vírgula, dois pontos ou ponto e vírgula.

- **USO DE MAIÚSCULAS NOS TÍTULOS: Devem ser seguidas as normas internacionais, incluindo o uso de maiúscula na primeira palavra do subtítulo depois dos dois pontos. Exemplo: *As Humanidades e as Ciências: Dois Modos de Ver o Mundo.***
- **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Tanto no texto, como nas notas de rodapé assim como nas referências bibliográficas no final dos artigos, devem ser seguidas as normas internacionais de *The Chicago Manual Style.***
- **IMAGENS: Se os autores incluírem nos seus textos ilustrações, tabelas ou longas citações que tenham sido previamente publicadas noutro local são responsáveis pela obtenção dos respectivos direitos de autor, devendo comprová-lo à Direcção.**

CONSELHO EDITORIAL

Os Conselhos Editoriais são uma antiga tradição em todos os jornais. Actualmente, embora não detenham o poder decisório de outros tempos, têm ainda um papel importante nas análises críticas que fazem de todos os materiais, sendo de sua responsabilidade zelar pelo conteúdo científico e pela imagem das publicações.

O Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* é o sector responsável pela edição e publicação da Revista, que tem por objectivo ser um veículo de difusão científica semestral e interdisciplinar de artigos de autores da Sociedade Científica da Universidade Católica e de outras instituições académicas que queiram ter seus trabalhos publicados e difundidos no país e no estrangeiro. Tem também como objectivo contribuir para o conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico e da pesquisa. Uma das competências do Conselho é estabelecer a política editorial da publicação relativamente às suas diferentes Secções de Artigos, Recensões Críticas, Poesia e Cartas à Directora, colaborando, assim, directamente, com a Directora, que, por sua vez, articula com a Presidência da Sociedade, sendo a sua voz na revista.

O recém-criado Conselho Editorial da *Gaudium Sciendi* é composto por três membros da Sociedade Científica, que são professoras da Universidade Católica e especialistas em diferentes áreas científicas. Na sua constituição, procurou-se a diversidade tanto nas áreas de ensino como nos níveis de senioridade.

COMPOSIÇÃO

O Conselho Editorial é constituído por professores doutorados que representam várias áreas do conhecimento e, actualmente, é composto pelos seguintes membros:

- **Prof. Doutora Maria Laura Bettencourt Pires, Directora da *Gaudium Sciendi* e Investigadora Sénior do CECC.**
- **Prof. Doutora Ana Costa Lopes, Docente e Investigadora Sénior do CEPCEP e do CECC.**
- **Prof. Doutora Marília Lopes dos Santos, Investigadora Sénior de CECC.**

COMPETÊNCIAS

O Conselho Editorial tem por finalidade principal viabilizar a publicação da revista electrónica *Gaudium Sciendi,* onde serão difundidos textos originais resultantes de actividades de investigação e ensino - produzidos prioritariamente por membros da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa - e cujo valor técnico, científico, artístico e literário tenha sido assegurado pelo Conselho de Avaliação (*Blind Peer Review*) da revista. Além de promover e divulgar a produção científica multidisciplinar da comunidade universitária em que se integra, a revista edita também artigos de autores nacionais e estrangeiros de outras instituições, desde que se articulem com a sua política editorial. O Conselho deve igualmente ter o propósito de difundir novas ideias e, através do cuidado com o conteúdo e a técnica, apostar no desenvolvimento de um projecto editorial e de um *design* gráfico diferenciados, seguindo a tendência do actual mercado editorial universitário.

FUNCIONAMENTO

O Conselho Editorial reunirá, ordinariamente, de três em três meses, e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente da Sociedade Científica, pela Directora da revista ou pela maioria de seus membros.

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da *Gaudium Sciendi* é uma comissão externa permanente de aconselhamento científico que actua como órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de actuação da Directora da revista.

CONSTITUIÇÃO

O Conselho Consultivo é composto por académicos, investigadores e personalidades de reconhecido mérito e gabarito científico, tanto portugueses como estrangeiros, convidados pela Directora por serem especialistas nas matérias publicadas pela revista.

DECISÕES

As decisões do Conselho Consultivo são tomadas por maioria simples e não são vinculativas.

CANDIDATURAS

Os candidatos a membros do Conselho Consultivo são propostos pela Directora da *Gaudium Sciendi* ao Presidente da Direcção da Sociedade Científica, a quem cabe aceitar ou recusar a candidatura.

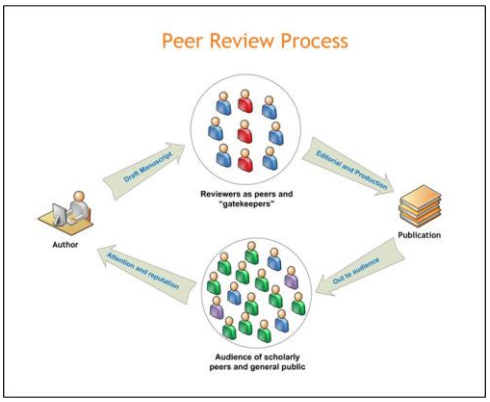
É uma honra e um aval científico para a *Gaudium Sciendi* que o seu Conselho Consultivo inclua nomes de académicos de tão grande prestígio internacional como os de:

- **Luísa Leal de Faria (Universidade Católica Portuguesa), Portugal**
- **Molefi Asante (Temple University), EUA**
- **Pedro Louzada da Fonseca (Universidade Federal de Goiás), Brasil**
- **Ian Campbell (University of Edinburgh), UK**
- **Dália Guerreiro (Universidade de Évora), Portugal**
- **Ana Maria Monteiro Ferreira (Eastern Michigan University), EUA**

- **Leonídio Ferreira (Direcção Diário de Notícias) Portugal**
- **Georges Rousseau (Oxford University), UK**
- **Ana Paula Machado (Universidade Aberta), Portugal**
- **Catarina Burnay (Universidade Católica Portuguesa), Portugal**
- **Gerald Bär (Universidade Aberta), Portugal**

CONSELHO DE AVALIAÇÃO

O êxito editorial da publicação depende da qualidade dos artigos publicados, que é, obviamente, assegurada pelos autores mas também pelo Conselho de Avaliação. Pertencendo, contudo, à Directora a última palavra no que se refere à edição pois é da sua responsabilidade assegurar a qualidade, a correcção e a variedade do conteúdo científico, que deverá, tanto quanto possível, ser interactivo.



Os textos enviados para a *Gaudium Sciendi,* desde que sejam adequados à linha editorial previamente estabelecida e não tenham sido publicados antes, serão avaliados pela Directora e revistos segundo o sistema de *Blind Peer Review* e submetidos, em regime de anonimato, ao parecer de especialistas da respectiva área científica, sendo o autor notificado da decisão do Conselho de Avaliação. O artigo não deverá conter qualquer indicação de autoria ou vínculo institucional, para que o material seja analisado de maneira absolutamente impessoal.

Nesse processo, os nomes dos avaliadores permanecem em sigilo, sendo também junto deles mantido o anonimato dos articulistas. Os dados relacionados à titulação, afiliação institucional e profissional devem ser inseridos apenas num dos exemplares enviados. Caso sejam necessárias informações adicionais que vinculem o texto ao autor, as mesmas serão mencionadas na versão final para publicação.

Dos pareceres emitidos, podem constar sugestões de alterações, acréscimos ou adaptações necessárias ao aprimoramento do texto examinado, a serem efectuadas com a concordância do autor. Após a aprovação dos textos, os autores são informados e feitos os necessários ajustes dos trabalhos de acordo com as normas de submissão de artigos da *Gaudium Sciendi*. Ao contrário do que sucede em algumas revistas universitárias, trata-se

de um método de revisão que deve funcionar como um estímulo e não como um ataque e cujo objectivo principal é assegurar a qualidade e o mérito científico da publicação para benefício tantos dos leitores como dos autores.

About us

ABOUT US

CONTACTS

EDITOR: Maria Laura Bettencourt Pires

ADDRESS: *Gaudium Sciendi*, Universidade Católica, Palma de Cima, 1649-023, Lisboa Portugal e-mail: gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER: ISSN 2182-7605

***Gaudium Sciendi* is a bi-annual, open and free access online magazine published since 2012 by the Scientific Society of the Portuguese Catholic University. It has been conceived to be read online on a computer, a tablet or any other mobile devise. The publication of *Gaudium Sciendi* on the Net reaches readers all over the world and creates new opportunities that include being accessible at any time and place, in Portuguese as well as in foreign libraries. It can also, if the reader prefers, be printed and read as a book.**

OPEN ACCESS POLICY

The magazine offers freely to its readers the type of scientific information that gives them "the joy of knowing", as implicit in its title *Gaudium Sciendi* thus contributing to a better democratization of knowledge. Although following a policy of open access, the contacts of the authors will be kept private.

OBJECTIVES OF *GAUDIUM SCIENDI*

The editorial activity of the magazine follows principles aimed at assuring the freedom of initiative and cooperation and, therefore, *Gaudium Sciendi* accepts and encourages the collaboration of all the members of Sociedade Científica as well as of academics of UCP and other Portuguese and foreign institutions who are interested in research, tuition and culture, if they want to attain the same objectives and values, thus trying to motivate inter-institutional interchange.

***Gaudium Sciendi* follows an editorial policy that also aims at establishing contacts and providing occasions for meetings and debates of researchers, authors, students and readers, in the different moments of their scientific career and academic education. Another of its purposes is to promote opportunities for a critical reflection and for a dialogue about the themes presented in the magazine and to provide occasions for an intellectual debate and for academic cooperation, in an interdisciplinary perspective, that contribute to develop the formation and the interest for scientific research among its readers, primarily the younger ones. To attain this goal, it would be good to have regular contributions of the associates of all the different "Sections" of SCUCP. The magazine also**

gladly accepts collaborations of academics of other institutions, if they follow the directives of *Gaudium Sciendi* and the rules for the submission of articles. *Gaudium Sciendi* also wants to contribute to keep its readers – whether they are SCUCP associates or professors, actual or former students or researchers at Universidade Católica – connected to their *alma mater*. That connection can be made not only by regularly reading the magazine but also by sending articles or, in more intervening way, by writing more short texts to the Sections "Debate", "Letters to the Editor" and "Interviews".

The magazine also wants, within the scope of its possibilities, to contribute to publicly demonstrate, through all the collaborations that it gets, that all those who are connected either to the Sociedade Científica or to Universidade Católica are proud to belong to those institutions. By keeping our readers informed about the results of undergoing scientific research or about the professional success of former students or researchers as well as with the publication of texts, which are related with events organized by Sociedade Científica and by Universidade Católica, *Gaudium Sciendi* also aims at contributing to demonstrate how both institutions are important in Portugal and abroad.

THEMATIC NUMBERS

Although one of the aims of *Gaudium Sciendi* is to publish of academic articles, whose themes are free, there are also some thematic numbers that focus a central topic, such as " The Linguistic-Cultural Transversability of the Bible" (January 2013), "The Law" (July 2013) and "The Concept of Soul – From Ancient Egypt to the World of Matrix" (June 2014).

INFORMATION FOR THE AUTHORS

We welcome contributions about a wide range of subjects from different research and scientific areas. The Editor is responsible for all the images included in the articles unless the authors have chosen the illustrations themselves and, in that case, it will be mentioned in a note.

BLIND PEER REVIEW

The articles will be anonymously submitted to blind peer-review by recognized scholarly experts on the theme.

SECTIONS

There are several sections in the magazine, such as the Editorial, Articles, Debates, Critical Reviews, Poetry, Interviews and Letters to the Editor.

RULES FOR PUBLICATION

1. **The articles for publication, which should not have been printed previously, should be submitted to *Gaudium Sciendi*, the *on-line magazine* of Sociedade Científica, by e-mail to the following address: gaudiumsciendi@fch.lisboa.ucp.pt**
2. **The texts should include a footnote with a C. V. of the author of around 1720 characters including spaces.**
3. **The articles can be written either in Portuguese, English, French or Spanish.**
4. **The essays must include an abstract in Portuguese and in a foreign language with c. 2620 characters with spaces, followed by no more than five key-words.**
5. **The texts should not have more than 52.360 characters with spaces (20 pp. A4), including the abstracts, key-words and bibliography.**
6. **Book reviews should not have more than 7854 characters with spaces (3 pp. A4).**
7. **Format: Word or RTF, Size A4, font Calibri 12, Bold, justified, space between lines 1,5.**
8. **The authors should keep a duplicate of all the materials sent to *Gaudium Sciendi*.**
9. **Footnotes, bibliographical citations as well as bibliographical references at the end of the articles, should follow the international rules of *The Chicago Manual Style*.**

EDITORIAL BOARD

Editorial Boards are a longstanding tradition in every newspaper. Nowadays, although they no longer have the deciding power they used to have, they still have an important role in the critical analysis they make of every material presented for publication, and it is their responsibility to watch over the scientific content and the public image of the publications.

The Editorial Board of *Gaudium Sciendi* is responsible for the edition and the publication of the magazine, which is published twice a year and whose objective is to be a means of transmission of scientific interdisciplinary articles written by members of Sociedade Científica of Universidade Católica and of other academic institutions who want to have their work published and acknowledged at home and abroad. It also has the objective of contributing to the knowledge and the disclosure of critical reflections and research. One of the capacities of the Board is the establishment of the editorial policy of the magazine regarding its different Sections such as Articles, Book Reviews, Poetry, and Interviews and, thus directly collaborating with the Director, who, on the other hand, is the link with the President of the Society and represents him in the publication.

The recently created Editorial Board of *Gaudium Sciendi* is composed by three members of Sociedade Científica, who are Professors at Universidade Católica Portuguesa and reknown scholars in different research areas. Both the diversity in the tuition fields and the levels of seniority were taken into account for the constitution of the Board.

ORGANIZATION

The Editorial Board is constituted by PhD Professors who represent several fields of knowledge and, nowadays, its members are:

- **Professor Maria Laura Bettencourt Pires, Chief Editor of *Gaudium Sciendi* and Senior Researcher of the Research Center for Communication and Culture.**
- **Professor Ana Costa Lopes, Executive Editor and Senior Researcher of the Research Center for Portuguese Culture and of the Research Center for Communication and Culture.**
- **Professor Marília dos Santos Lopes, Executive Editor and Senior Researcher of the Research Center for Communication and Culture.**

DUTIES AND OBLIGATIONS

The main objective of the Editorial Board is to assure the publication of the on-line magazine *Gaudium Sciendi,* thus making known original texts that result both from teaching and research activities and are mainly produced by members of Sociedade Científica of Universidade Católica Portuguesa – once their technical, scientific, artistic and literary value have been assured by the *Blind Peer Review*. Besides promoting and publicizing the multidisciplinary scientific production of the academic community in which it is integrated, the magazine also publishes articles written by Portuguese and foreign authors from other institutions, if they follow the editorial policy. The Board must also aim at diffusing new ideas and - due to its care for the content and technological aspects – contributing to the development of an editorial project and search for a graphical *design* that is distinct from others, thus following the tendencies of our day's academic editorial market.

MEETINGS

The Editorial Board will meet, as a rule, every three months and extraordinarily, whenever convoked by the President of Sociedade Científica, by the Director of the magazine or by the majority of its members.

ADVISORY BOARD

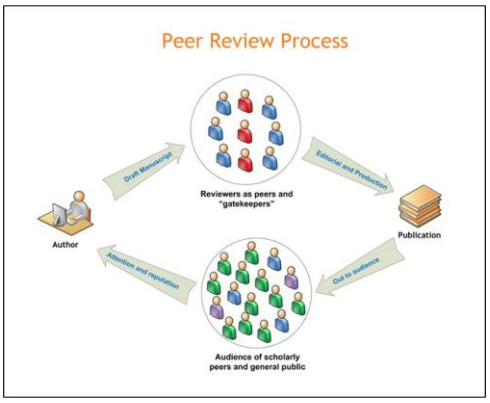
The Advisory Board of *Gaudium Sciendi* is an external permanent committee that gives scientific advice and support to the Director and participates in the definition of general editorial directives. It is constituted by Portuguese and international academics, researchers and other personalities, who, being well known for their merit and scientific level, are considered experts on the topics published by *Gaudium Sciendi*. The members are invited by the Director, who proposes their names to the President of the Society. The decisions of the Advisory Board are not mandatory.

The Advisory Board of *Gaudium Sciendi* is currently constituted by:

- **Luísa Leal de Faria (Universidade Católica Portuguesa), Portugal**
- **Molefi Asante (Temple University), EUA**
- **Pedro Louzada da Fonseca (Universidade Federal de Goiás), Brasil**
- **Ian Campbell (University of Edinburgh), U K**
- **Dália Guerreiro (Universidade de Évora), Portugal**
- **Ana Maria Monteiro Ferreira (Eastern Michigan University), EUA**
- **Leonídio Ferreira (Direcção Diário de Notícias) Portugal**
- **Georges Rousseau (Oxford University), UK**
- **Ana Paula Machado (Universidade Aberta), Portugal**
- **Catarina Burnay (Universidade Católica Portuguesa), Portugal**
- **Gerald Bär (Universidade Aberta), Portugal**

BLIND PEER REVIEW

The editorial success of the magazine depends on the scientific quality of the articles, which is, obviously assured by the authors but it also depends on the Blind Peer Review Process of evaluation. The Editor, being responsible for the quality, the correction and the variety of the scientific material published in the magazine, has, however, the last word.



The texts sent to *Gaudium Sciendi,* which should not have been published previously, will be evaluated by the Editor and then reviewed according to the *Blind Peer Review* Process. The names of the members of the Blind Peer Review Board as well as those of the authors whose texts they evaluate are kept secret. The writers will be informed of the evaluation of their texts and also of any required correction.